



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

JOÃO PAULO DA SILVA

HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO ENGENHO ITAMATAMIRIM, EM PERNAMBUCO

RECIFE - PE

2010

JOÃO PAULO DA SILVA

**HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO ENGENHO ITAMATAMIRIM, EM PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria Salett Tauk Santos.

RECIFE - PE

2010

**HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO ENGENHO ITAMATAMIRIM, EM PERNAMBUCO**

João Paulo da Silva

Orientadora: Professora Doutora Maria Salett Tauk Santos

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Salett Tauk Santos
Orientadora

Prof. Dr. Paulo de Jesus
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Lúcia Maria Góes Moutinho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha
Universidade Federal de Pernambuco

Aprovado no Recife, em 18 de Março de 2010.

Ao meu avô José Antonino Pereira Gomes,
in memoriam.

AGRADECIMENTOS

O Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX representa mais do que um título no meu currículo. É a realização de um sonho que se iniciou em meados de 2004, quando ainda cursava os primeiros períodos da graduação. Quando conheci o POSMEX, foi amor à primeira vista! Por isso decidi que deveria começar a trilhar um caminho que me levasse ao encontro desse Mestrado. O caminho não foi fácil. Porém, tudo valeu à pena.

Assim, começo meus agradecimentos ressaltando que cada pessoa citada foi muito importante para que eu pudesse chegar até aqui. Até aquele que, por acaso, esqueci de citar, sinta-se representado neste parágrafo, pois você também foi muito importante!

Então vamos lá...

Não poderia iniciar de outra forma, que não fosse agradecendo a minha Mestra e Tutora: a Professora Maria Salett Tauk Santos. Ela foi a pessoa mais importante para o meu amadurecimento pessoal e profissional durante o Mestrado. Nunca esquecerei suas broncas, seus cascudos, seus conselhos e suas palavras de carinho. Expresso aqui o meu profundo agradecimento pela confiança que sempre depositou em mim.

Ao Professor Paulo de Jesus, a pessoa mais humana, compreensiva e carinhosa que conheci nesta Universidade. Agradeço por ter “aberto as portas” do POSMEX para mim no momento em que permitiu que cursasse sua disciplina como aluno ouvinte, em 2007. Agradeço também pelas oportunidades profissionais e, principalmente, pela amizade demonstrada. Espero sempre corresponder a suas expectativas.

À Professora Maria Luiza Lins e Silva Pires pelas valiosas contribuições na qualificação deste trabalho e pela forma carinhosa com que sempre me orientou. Suas aulas na disciplina de Sociologia Rural me fizeram apaixonar ainda mais pelos estudos no campo das ‘ruralidades’.

Ao Professor Heitor da Costa Lima pelas palavras de incentivo e pelas valiosas contribuições na qualificação deste trabalho.

Aos amigos, Jademilson Silva, Verônica Fox e Rosiane Alves, pelo companheirismo, cumplicidade e pela sincera amizade. Vocês são amigos que pretendo levar para toda a minha vida. Também às amigas Anny Jatobá (chefe) e Jeanine Calixto (subchefe), com quem formei a famosa “Bancada do Turismo”.

À Ladjane Rameh, amiga e parceira, por ter tornado possível meu início na carreira docente. Com ela aprendi que amizade, carinho, simpatia e simplicidade são requisitos fundamentais de um bom profissional de educação.

Aos demais companheiros das turmas 2007, 2008 e 2009 do POSMEX, com quem compartilhei momentos de muita alegria e muito trabalho.

Aos meus colegas da INCUBACOOP, em especial Jadsom Fonseca, Cirides Nunes e o Professor Paulo de Jesus, pela sincera amizade.

A todos os funcionários do Departamento de Educação – DED, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, especialmente Jerry, Jane, Darci, Shirley, Márcia e Nádia.

Aos proprietários e às famílias do Engenho Itamatamirim, que tão bem me acolheram nesta pesquisa. Em especial, agradeço ao amigo de longa data, Eduardo Maranhão, pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas do Ônibus de Vitória, que acordam todos os dias, assim como eu, ao “canto do galo”, para vir até a UFRPE em busca da realização de sonhos. Nunca vou esquecer as brincadeiras, as conversas e as festas que sempre amenizam um dia cansativo.

Aos meus pais, Severino Roberto e Maria do Carmo, pela dedicação e pela educação que sempre me deram e por, mesmo diante das dificuldades, nunca permitirem que eu desistisse dos meus sonhos. A maior recompensa é olhar nos seus olhos e ver que acreditam neste filho teimoso.

À minha tia, Maria José Gomes (Teté Duda), pelo incentivo e por sempre ser a minha “musa inspiradora”, a maior referência que tenho como pessoa e como profissional.

Às minhas avós, Terezinha Francisca e Helena Francisca, por estarem sempre presentes e me colocarem sempre em suas orações. Vocês são a maior paixão da minha vida.

À minha noiva Marília Medeiros, pelo amor, carinho e companheirismo e por ter compreendido minha ausência em alguns momentos durante o Mestrado.

A toda minha família e amigos que, de uma forma ou de outra, me apoiaram ao longo desse percurso.

“A terra nos ensina mais coisas sobre nós mesmos, que todos os livros. Porque nos oferece resistência. Ao enfrentar um obstáculo o homem aprende a se conhecer. Contudo para superá-lo, ele necessita de ferramenta. Uma plaina, um arado. O lavrador, em sua labuta, vai arrancando lentamente alguns segredos à natureza; e a verdade que ele obtém é universal”.

SAINT-EXUPERY
Terra dos Homens (1973)

RESUMO

Neste estudo analisou-se o processo de hibridização cultural a que estão submetidos os trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Especificamente, a análise foi voltada à compreensão das reconversões culturais que essa população, formada por ex-canavieiros, sofreu ao longo da passagem da condição laboral de cortador de cana para a de trabalhador do turismo rural. Tal reconversão é compreendida como a materialização dos processos de hibridização cultural, na qual práticas culturais que existiam separadamente se combinam para gerar novas estruturas e práticas. O aporte teórico sobre hibridização e reconversão culturais fundamentou-se, essencialmente, na teoria de Canclini, que passa a considerar o popular na contemporaneidade como uma categoria política e que se apropria de forma desigual dos bens econômicos e culturais da sociedade. Também foram considerados os trabalhos de Tauk Santos, na intenção de observar como essas estratégias de reconversão cultural estão acontecendo em contextos populares rurais, na direção da Extensão Rural para o desenvolvimento local. A perspectiva do desenvolvimento local foi discutida neste trabalho com base nos estudos de Tauk Santos, Paulo de Jesus, Tânia Bacelar, Carlos Jara e Augusto Franco. A questão do turismo rural como um fenômeno das novas ruralidades presente nas preocupações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), enquanto atividade que pode contribuir para a construção do desenvolvimento local no meio rural foi discutida a partir dos trabalhos de Graziano da Silva, Anécio Almeida, Adyr Rodrigues, Adonis Zimmermann, e Fontana e Dencker. Como procedimentos metodológicos foram utilizadas técnicas combinadas de coleta de dados, como: entrevista semi-estruturada, história oral e observação direta. Os resultados dessa investigação demonstraram que as reconversões processadas nos campos do trabalho e da vida dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim tiveram influência na renda, nas condições de moradia, no uso do tempo livre, no lazer, no acesso às novas tecnologias da comunicação e da informação, nas formas de participação e organização política, na auto-estima e no cotidiano familiar. A pesquisa revelou também que essa população tem se submetido a uma condição de trabalho polivalente, ou seja, esses trabalhadores desenvolvem atividades simultâneas no campo da pecuária e do turismo rural. Tal condição laboral tem reproduzido, no turismo rural, as características paternalista, autoritária e de exploração que marcaram historicamente a Zona da Mata de Pernambuco, nos tempos áureos da agricultura canavieira. Ao mesmo tempo, observou-se que a experiência do Engenho Itamatamirim constitui um processo em construção, um cenário de possibilidades para a Extensão Rural, para trabalhar o turismo rural como um importante indutor na construção do desenvolvimento local.

Palavras-chave: hibridização cultural, reconversão cultural, turismo rural, extensão rural e desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study analyzed the process of cultural hybridization to which are submitted the agricultural workers of the Engenho Itamatamirim, in Victória de Santo Antão, Pernambuco. The analysis was specifically directed to the understanding of the cultural reconversions that this population, consisting of sugar cane ex-workers, suffered throughout the passage from the labor condition of sugar cane cutter to the rural tourism worker. Such reconversion is understood as the cultural hybridization processes materialization in which practical cultural that existed separately combine to generate new practices and structures. The theoretical support on cultural hybridization and reconversion was essentially based on Canclini's theory that starts to consider the popular in the contemporary as a political category and that appropriates the economic and cultural goods of the society in a different form. The works of Tauk Santos were also considered, with the intention of observing how these cultural reconversion strategies happen in rural popular contexts, in the Rural Extension direction to the local development. The perspective of the local development was discussed in this work based on Tauk Santos', Pablo de Jesus', Tânia Bacelar's, Carlos Jara's and Frank Augustus' studies. The rural tourism question as a phenomenon of the new rural present in the concerns of the National Politics of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), while activity that can contribute for the construction of the local development in the rural environment was discussed based on Graziano Da Silva's, Anécio Almeida's, Adyr Rodrigues', Adonis Zimmermann's, and Fontana and Dencker's works. Combined techniques of data collection such as: the half-structured interview, oral history and diary of the field were used as methodological procedures. The results of this inquiry demonstrated that the reconversions processed in the fields of work and life of the sugar cane ex-workers of the Engenho Itamatamirim had influence on the income, housing conditions, use of free time, leisure, access to new technologies of communication and information, ways of political participation and organization, auto-esteem and daily family life. The research also revealed that this population is submitted to a multipurpose work condition, that is, these workers develop simultaneous activities in the fields of cattle rural tourism. Such labor condition reproduces characteristics of paternalism, authoritarianism and exploration that historically marked the Zona da Mata of Pernambuco, in the golden times of the sugar cane culture. At the same time, it was observed that the Engenho Itamatamirim experience constitutes a process under construction, a scene of possibilities for the Rural Extension, to work the rural tourism as an important inductor in the local development construction.

Keywords: cultural hybridization, cultural reconversion, rural tourism, rural extension and local development.

LISTA DE SIGLAS

CONTUR - Conselho de Turismo de Pernambuco

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

IPA - Instituto Agrônômico de Pernambuco

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTUR – Ministério do Turismo

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNT – Plano Nacional de Turismo

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

SEBRAE - Sistema Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do Município de Vitória de Santo Antão.....	52
Figura 02 - Sobradinho Mourisco em Vitória.....	53
Figura 03 - Sítio Histórico Monte das Tabocas em Vitória.....	53
Figura 04 - Mercado de Farinha (ao fundo) e a feira-livre em Vitória de Santo Antão.....	54
Figura 05 - Monumento do Leão Coroado em Vitória de Santo Antão.....	55
Figura 06 - Pirâmide na praça Dom Luiz de Brito, em Vitória.....	56
Figura 07 - Pintura de Neuza Baptista, que retrata o Engenho Itamatamirim no ano de 1945.....	57
Figura 08 - Localização do Engenho Itamatamirim.....	62
Figura 09 - Entrada principal do Engenho Itamatamirim.....	63
Figura 10 - Casa-grande do Engenho Itamatamirim.....	63
Figura 11 - Paredão da pedra desativada no Engenho Itamatamirim.....	64
Figura 12 - Pesque-e-pague do Engenho Itamatamirim.....	65
Figura 13 - Entrada do pesque-e-pague no Engenho Itamatamirim.....	65
Figura 14 - Pesque-e-pague reformado do Engenho Itamatamirim.....	67
Figura 15 - Prática do rapel no Engenho Itamatamirim.....	68
Figura 16 - Chalé que fica às margens do açude no Engenho Itamatamirim.....	69
Figura 17 - Trabalhador rural no Engenho Itamatamirim.....	71
Figura 18 - Residências das famílias no Engenho Itamatamirim.....	72
Figura 19 - Começando o dia para o trabalhador rural no Engenho Itamatamirim.....	73
Figura 20 - Trabalhadores rurais em atividade no Engenho Itamatamirim.....	74
Figura 21 - Escola Municipal Constâncio Maranhão, no Engenho Itamatamirim.....	77
Figura 22 - Trabalhador rural preparando a tirolesa no Engenho Itamatamirim.....	79
Figura 23 - Trabalho no turismo rural.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O PROBLEMA, SUA ORIGEM, IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	12
O processo de investigação.....	22
CAPÍTULO 1 – HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	28
1.1 O turismo como alternativa para o campo.....	35
1.2 Turismo rural, extensão rural e desenvolvimento local.....	40
CAPÍTULO 2 - TURISMO RURAL EM PERNAMBUCO E A EXPERIÊNCIA DO ENGENHO ITAMATAMIRIM.....	44
2.1 Desenhando o cenário da pesquisa.....	51
2.1.1 A experiência do Engenho Itamatamirim.....	56
2.1.2 O Engenho Itamatamirim no contexto do turismo rural.....	61
CAPÍTULO 3 – O TURISMO RURAL POR QUEM FAZ: A POPULAÇÃO EM ESTUDO E O SEU COTIDIANO.....	70
3.1 Quem são eles?.....	70
3.2 O que fazem?.....	73
3.3 Organização e participação política dos ex-canavieiros.....	75
3.4 Cotidiano de Trabalhador Rural.....	76
3.5 Cotidiano de Trabalhador de Turismo Rural.....	78
CAPÍTULO 4 - O TRABALHO COMO O LUGAR DAS RECONVERSÕES.....	83
4.1 O trabalho na cana-de-açúcar: como era antes.....	83
4.2 O trabalho no turismo rural: como é hoje.....	86
4.3 Reversões culturais nas formas de participação política.....	93
4.4 Uso do tempo livre, lazer e o trabalho.....	96
4.5 Uso dos meios de comunicação e os seus impactos no trabalho.....	98
4.6 Aspirações para o futuro no trabalho e na vida.....	100
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	118
ANEXO.....	122

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA, SUA ORIGEM, IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o processo de hibridização cultural a que estão submetidos os trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Especificamente, o que se quer compreender são as reconversões culturais que essa população, formada por ex-canavieiros, procedeu ao longo da passagem de uma condição laboral de cortador de cana para a de trabalhador do turismo rural.

A reconversão cultural é a materialização dos processos de hibridização cultural, onde estruturas ou práticas discretas, que existiam separadamente, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 1996). A reconversão, nesse sentido, se refere às transformações que populações de contextos populares procedem durante sua vida. Para Canclini (1996), essas transformações podem ser associadas ao fenômeno da mundialização da cultura de massa e do avanço das tecnologias da comunicação e da informação.

Esses processos socioculturais que caracterizam a reconversão podem ocorrer de forma intencional ou não intencional. As reconversões não intencionais podem ser observadas, por exemplo, em destinações turísticas, quando a população local passa a falar e se vestir de maneira diferente, decorrente do contato constante com turistas (CANCLINI, 1996). Porém, são nas reconversões intencionais que as tensões na vida das populações de contextos populares ficam mais evidentes, uma vez que essas pessoas são levadas a modificar seus códigos culturais para participar de uma determinada lógica econômica ou social (TAUK SANTOS, 2000).

Dessa forma, ao reconverterem intencionalmente os códigos de sua cultura na tentativa de participar de uma lógica massiva, as culturas populares contemporâneas interagem com outras culturas e promovem uma transferência simbólica entre modos e práticas culturais também distintas. Tauk Santos (2000) afirma que nas culturas populares a hibridização cultural não está relacionada à simples incorporação das mensagens e propostas de uma cultura massiva, mas sim às estratégias de reconversão simbólicas intencionais no intuito de se inserir numa lógica de mercado, participar de uma ordem social ou simplesmente ser reconhecido dentro de um determinado grupo.

Canclini (1996) afirma que o processo de hibridização, materializado nas estratégias de reconversão, interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade. Tauk Santos (2008) ressalta que é importante compreender que as reconversões culturais de contextos populares nem sempre se dão de forma natural ou espontânea. A autora afirma que esse processo pode ocorrer rodeado de conflitos sociais e culturais, o que representa em muitos casos uma experiência penosa e difícil para as culturas populares.

A explicação, segundo Tauk Santos (2001), está no fato de que a principal característica das culturas populares é a contingência, ou seja, o acesso aos bens materiais e imateriais se dá de forma incompleta, desigual ou desnivelada. Por isso, a reconversão cultural acontece rodeada de tensões que afetam diretamente diversos domínios da vida dessas pessoas.

Reconverter os códigos de sua cultura constitui, portanto, um processo conflituoso e que pode influenciar a construção da identidade cultural de uma determinada população. Ao se apropriar dos códigos de outra cultura, o indivíduo tem a sua identidade deslocada, em virtude da incorporação de hábitos, práticas e costumes diferentes (HALL, 2005). A consequência disso está na explicação de Hall (2005), quando afirma que nenhuma identidade é pura e, por isso, não é possível considerar que as identidades culturais referem-se apenas a um conjunto de características fixas ou como a essência de uma etnia ou nação.

Nesta pesquisa, a categoria trabalho parece essencial para a compreensão dos processos de construção identitária, por ser aí onde se dão as reconversões no espaço laboral da cana-de-açúcar para a atividade laboral de trabalhador de turismo rural. O mundo do trabalho como recorte epistemológico dessa pesquisa se justifica pelo fato de, conceitualmente, a categoria trabalho ter importância fundamental para a compreensão das transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea (ANTUNES, 1995), sobretudo nos contextos populares, pelas dificuldades que essas pessoas têm de acesso à formação profissional, treinamentos, capacitações, etc.

Para Antunes (1995), as mudanças no mundo do trabalho possuem relação direta com a introdução das novas tecnologias e com o crescimento da economia capitalista, gerando novas formas de trabalho e de relações de trabalho. O autor ainda afirma que o trabalho é responsável por criar formas de intercâmbio entre o setor social e a natureza, criando também novos valores de uso a partir do consumo simbólico de bens e serviços, característica do mundo capitalista (ANTUNES, 1995).

Nos últimos 20 anos do Século XX, a sociedade mundial tem vivenciado uma reestruturação produtiva do capital, que trouxe consigo novas formas de produção e de trabalho. Segundo Carleial (1997), esse movimento resultou em alterações profundas no processo de acumulação e (re)produção de capitais e em uma verdadeira metamorfose nas relações de trabalho com conseqüências danosas para os movimentos sindical e operário e para a classe trabalhadora de uma forma geral.

No meio rural brasileiro, essas transformações no mundo do trabalho vem gerando impactos dolorosos aos pequenos e médios produtores. Em meados de 1970, o que se observou foi a elevação da produção agrícola, dos níveis de exportação e dos preços reais dos produtos. Porém, Graziano da Silva (1982) ressalta que a renda da maioria dos agricultores manteve-se num nível muito baixo e a geração de postos de trabalho também esteve aquém do crescimento produtivo que se apontava naquele período.

A solução que as esferas do poder público encontraram para esse cenário de crise foi o da modernização da agricultura nacional. Contudo, esse processo promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos. Além disso, “o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deteriorização da distribuição da renda no setor agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 29).

A “modernização dolorosa”, como chamou Graziano da Silva (1982), acentuou a sazonalidade da ocupação de uma mão-de-obra cada vez mais não-qualificada, que era exigida por ocasião das colheitas. Dessa maneira, “a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola” (p. 30). A solução encontrada pelo empresário rural, segundo o autor, foi a de substituir o trabalhador permanente pelo volante, o que aumentou a sazonalidade do emprego no meio rural e constituiu, a partir daí, o surgimento de novas formas de trabalho.

Desse modo, podemos dizer que a modernização da agricultura brasileira serviu apenas aos grandes proprietários de terra, que puderam ter acesso às novas tecnologias desenvolvidas para garantir o aumento da produtividade agropecuária, enquanto que as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam a produção familiar, foram colocadas à margem de todo o processo (ANDRADE, 1988).

Em meio à modernização agrícola, a Região Nordeste, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em dezembro de 1959, viu o Governo Federal se propor a trazer fortes mudanças à organização do setor primário (ANDRADE, 1988). A proposta, segundo Andrade (1988), era a de financiar os grandes

proprietários do setor agrícola na implantação de obras de infra-estrutura em suas propriedades e essas obras poderiam ser pagas através da doação de terras para as famílias de agricultores sem terra, para que estes se transformassem em pequenos proprietários, produtores de alimentos.

Porém, o que o Governo Federal não esperava era a oposição dos grandes proprietários, que temiam a constituição de uma Reforma Agrária. Por essa razão, o projeto da SUDENE, não chegou nem a ser executado. Andrade (1988) explica que nessa época, início dos anos de 1960, vivia-se no Nordeste um momento de luta aberta no campo com as Ligas Camponesas e com os movimentos sindicais. Daí por diante, Andrade (1988, p. 43) explica que “a resistência das estruturas tradicionais, com o apoio dos órgãos governamentais delas dependentes, fez com que a SUDENE, no campo, se desviasse de uma orientação reformadora para uma orientação modernizadora, sem preocupações sociais”. Assim, nas regiões onde predominava a monocultura, sobretudo a canavieira, “desenvolveu-se uma intensa política de expropriação dos camponeses, na tentativa de transformá-los em assalariados” (ANDRADE, 1986).

No Estado de Pernambuco a modernização da agricultura atingiu diretamente o setor canavieiro, fortalecendo um sistema contraditório que impulsionava o êxodo rural e desvalorizava cada vez mais o pequeno produtor. Em meados dos anos de 1990, a agroindústria açucareira em Pernambuco sofreu uma forte crise, o que levou à falência de muitos usineiros. A modernização agrícola significou para o espaço rural pernambucano, sobretudo para a Zona da Mata, uma transformação muito grande nos modos de vida e nas relações de trabalho (ARAÚJO, 2002). Diante disso, Pernambuco tem vivido atualmente um momento de muitas transformações em favor do desenvolvimento regional, com a introdução de novas indústrias e com o fortalecimento do turismo.

Nesse contexto, o turismo passou a ser visto como um instrumento acelerador do processo de re-inserção e permanência do homem rural no seu *habitat*. Para superar a crise que atingiu principalmente os pequenos agricultores, foi proposta a diversificação das atividades produtivas. Em decorrência, explica Fontana e Dencker (2006, p. 3), “a agricultura e a pecuária começaram a dar lugar ao turismo rural, considerado como um negócio com possibilidades de gerar dinheiro e empregos direta e indiretamente na área”.

O turismo rural é um dos segmentos que mais cresce no país e vem possibilitando a mudança no perfil do emprego gerado no campo. No Brasil, essa atividade despontou na região sul e, hoje, já é explorada em todas as regiões do país.

Almeida e Silva (2001) afirmam que o turismo rural é uma atividade que pode contribuir para a geração de trabalho e renda a população do campo, atuando como um agente de inclusão social. De acordo com Fontana e Dencker (2006), em algumas regiões brasileiras o turismo rural vem se desenvolvendo de maneira satisfatória, com significativo retorno econômico. Contudo, como em toda atividade inovadora, multiplicam-se os riscos envolvidos em sua implantação, principalmente em razão da “relativa inexperiência do homem do campo com uma atividade não tradicional, aliada ao desconhecimento da maioria das nuances e especificidades do turismo no espaço rural” (ALMEIDA, FROEHLICH & RIEDL, 2000, p. 9).

Mesmo diante das dificuldades que o desenvolvimento do turismo rural pode apresentar, o Estado de Pernambuco é um destino que vem se mostrando fértil para a implantação dessa atividade. O poder público estadual junto com a iniciativa privada tem buscado incentivar cada vez mais antigos engenhos de cana-de-açúcar a investir no turismo como uma alternativa economicamente viável. Com isso, os agricultores da região, em sua maioria canavieiros, vêm sendo envolvidos nessa proposta como forma de aumentar sua renda familiar e garantir sua sobrevivência, já que a cana-de-açúcar não representa mais uma fonte de renda segura em função de seu aspecto sazonal.

Todavia, o turismo rural em Pernambuco parece ter herdado os princípios autoritários e patriarcalistas dos antigos engenhos de cana-de-açúcar que, por épocas, marcaram regiões como a Zona da Mata (TAUK SANTOS et al, 2001). Segundo Holanda (1995), o patriarcalismo rural abriga uma série de características vinculadas ao modo de vida das famílias rurais, que têm nos seus senhores a referência de poder máximo, a quem tudo deve estar subordinado. Essa idéia de poder era reforçada ainda pelo fato dos próprios engenhos se constituírem como organizações completas, auto-suficientes em termos da provisão da vida doméstica, pelo menos nas dependências dos “senhores de engenho” (HOLANDA, 1995).

Com o desenvolvimento do turismo rural em Pernambuco focado nos grandes empresários do setor canavieiro, os “senhores de engenho”, as populações de contextos populares rurais têm sido levadas a uma mudança significativa nas suas vidas. O trabalho com o turismo rural, em alguns casos, tem submetido essas pessoas a condições precárias de trabalho em função da necessidade que têm de garantir melhores condições de vida para suas famílias (TAUK SANTOS et al, 2001).

O fenômeno da “modernização dolorosa”, ao que parece, se repete em relação à implantação do turismo rural. Com a expansão das atividades não-agrícolas, a população rural é levada a modificar seus hábitos de vida e de trabalho para também participar desse

movimento, na busca de uma melhor qualidade de vida e de trabalho (FONTANA & DENCKER, 2006).

O trabalhador rural, nesse caso, pode ser submetido a condições de trabalho que combinam várias atividades produtivas, o que caracteriza uma situação de exploração do trabalho. O conceito de trabalhador polivalente pode ser utilizado para classificar essa situação, pois refere-se àquele trabalhador que é levado a executar um número cada vez maior de funções dentro do processo produtivo¹ (BALSAMO, 2001). A condição de trabalho polivalente se materializa no turismo rural, por exemplo, quando os agricultores que tradicionalmente trabalhavam na lavoura canavieira passam a ser exigidos para trabalhar simultaneamente em atividades do setor de serviços. Esse processo leva esses agricultores a reverter os códigos de sua cultura de canavieiros em códigos de uma cultura de massa, mais urbana, para participar na nova atividade produtiva - o turismo rural.

Essa situação pode ser observada no trabalho de Tauk Santos et al (2001), realizado no Engenho Santa Fé, em Nazaré da Mata, Pernambuco. Este estudo identificou que ex-canavieiros, acostumados a um ritmo de vida desgastante, com hábitos de consumo simples e que estabelecem relações familiares que perpetuam a atividade agrícola entre membros da mesma família, se vêem impelidos a trabalhar no turismo rural, passando a exigir naquele momento a reconversão dos códigos de sua cultura laboral tradicional nos códigos e uma cultura moderna, da prestação de serviços.

Fenômeno semelhante vem ocorrendo no Engenho Itamatamirim, localizado no Município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. Este antigo Engenho deixou de explorar a cana-de-açúcar em meados de 1980 e passou a investir na pecuária, na piscicultura e, posteriormente, no turismo rural. Investindo numa atividade produtiva não-agrícola aliada às atividades primárias desenvolvidas no local, os proprietários do empreendimento apostaram no turismo como uma possibilidade de crescimento econômico.

Vivendo dentro do Engenho Itamatamirim encontra-se uma população de ex-canavieiros que passaram a trabalhar com o turismo rural sem abandonar a atividade agrícola. Esta mudança tem levado essas pessoas a desenvolverem novas práticas produtivas, agora ligadas ao setor de serviços. Além disso, estão sendo submetidas a um regime de trabalho intenso, onde de segunda-feira a sexta-feira dedicam-se às atividades primárias do Engenho

¹ A polivalência se diferencia da pluriatividade no momento em que esse trabalhador desenvolve várias atividades como empregado de uma determinada empresa ou propriedade, enquanto na pluriatividade o agricultor se envolve em várias atividades produtivas dentro e fora da sua própria propriedade, com o intuito de complementar a renda obtida na agricultura (CARNEIRO, 1998).

voltadas, sobretudo, à pecuária e à piscicultura. Já nos finais de semana e feriados, estão envolvidos no trabalho com o turismo rural, pois é nesse período da semana que funcionam naquele local as instalações de hospedagem, alimentação e lazer.

Observando algumas experiências de turismo rural no Brasil, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste (FROEHLICH, 2002) e Região Nordeste (RIBEIRO, 2004), percebe-se o inegável potencial desta atividade na geração de trabalho e renda às propriedades que optam por esta alternativa complementar à atividade agropecuária. A Zona da Mata de Pernambuco, tratando-se de um espaço tradicionalmente oligárquico, verticalizado e autoritário (ANDRADE, 1988), encontra no turismo rural um instrumento de diversificação da sua economia, de estímulo à valorização da pequena produção familiar e de preservação ambiental.

Contudo, é importante, como salienta Fontana e Dencker (2006), destacar que ainda existe uma distância do discurso teórico e o que acontece de fato, na prática. O turismo rural tem sido muitas vezes colocado como a melhor entre todas alternativas de diversificação de renda para o produtor rural. Esse discurso apresenta fragilidades, pois coloca a atividade como a grande panacéia para o campo, onde toda propriedade rural que esteja passando por problemas econômicos terá todas as suas dificuldades sanadas ao investir na atividade turística. O que em alguns casos ocorre, na verdade, é a implantação da atividade turística rural “de forma improvisada e sem o auxílio de um profissional de turismo qualificado, acarretando sérios problemas tanto na questão ambiental, como socioeconômica da propriedade e comunidade local” (FONTANA & DENCKER, 2006, p. 7).

No estudo de Tauk Santos et al (2001), por exemplo, ficou demonstrado que na Zona da Mata pernambucana, em função da carência de mão-de-obra especializada, ex-canavieiros são impedidos a desenvolverem atividades com um nível de complexidade que ultrapassa os conhecimentos que adquiriram ao longo do trabalho no corte da cana-de-açúcar. Muitos passam a lidar com equipamentos eletrônicos, informática, *internet*, entre outros, tecnologias estas para as quais não foram devidamente treinados para utilizar.

No momento de tratar diretamente com o turista, são cobrados a utilizar um vocabulário mais técnico, com termos estrangeiros, como *chek-in*, *chek-out*, *breakfast*, etc. O mercado do turismo rural passa a exigir também um profissional que conheça as normas de funcionamento estabelecidas pelos órgãos que regulamentam os empreendimentos turísticos. Questões relacionadas à limpeza, à alimentação, às formas de organização do espaço, decoração, atendimento, recepção e serviços de quarto, são alguns dos segmentos que possuem padrões de funcionamento pré-estabelecidos na legislação turística (ALMEIDA,

2002). Nesse caso, trabalhadores rurais que passam a atuar com turismo se vêem na necessidade de lidar com essas normas de funcionamento, contrastando com o trabalho no corte da cana-de-açúcar, que é tradicionalmente mais rústico e penoso e que não exige o conhecimento acerca das leis que regem o setor.

Para encarar essa condição de trabalho, os ex-canavieiros passam a depender de treinamentos de curta duração realizados pelas instituições públicas ligadas ao desenvolvimento do turismo rural que geralmente repassam os conteúdos em um ritmo diferente daquele que os canavieiros estão acostumados. Ou até, como ocorre em diversos casos, esse treinamento é dado pelos próprios proprietários dos engenhos, a fim de minimizar os custos com capacitação (TAUK SANTOS et al, 2001).

Tauk Santos et al (2001) demonstrou no estudo realizado em Nazaré da Mata - PE que o trabalho com o turismo rural passou a afetar diretamente o cotidiano dos ex-canavieiros. Isso porque a introdução da atividade turística não altera apenas os valores sociais dessa população, mas também pode influenciar no processo de organização e divisão social do trabalho no interior do grupo doméstico, redefinindo papéis exercidos pelos membros da família. A autora ainda explica que, ao contrário do trabalho na cana-de-açúcar, no turismo rural, entre outras mudanças, o trabalhador é obrigado a cumprir um horário fixo de trabalho e seu salário também é pré-definido pelo empregador.

Essa nova forma de organização do trabalho a que estão submetidos esses trabalhadores rurais, pode influenciar também na maneira de encarar a vida, de cuidarem dos filhos, de usar os meios de comunicação, de usufruir do tempo livre e de participarem de organizações políticas ou recreativas, bem como redefinir papes dentro da ambiente familiar (ALMEIDA & SILVA, 2001).

Outro impacto significativo sobre a população rural, oriundo do desenvolvimento turístico, está relacionado às formas de moradia. No caso dos ex-canavieiros, por exemplo, a população passa a residir em casas dentro dos engenhos, não pagam aluguel e podem plantar um roçado para consumo da família e para vender na feira (TAUK SANTOS et al, 2001). Os canavieiros se sentem apadrinhados e protegidos pelo “senhor de engenho”, que resolve questões de doença e ampara na morte, caracterizando uma relação paternalista que por épocas marcou o território da Zona da Mata de Pernambuco e que parece estar se reproduzindo no turismo rural.

A partir das mudanças relativas à atividade produtiva, as relações dos trabalhadores com o tempo livre e as formas de desfrutá-lo também pode sofrer influências. Eles agora se vêem na obrigação de cumprir um horário fixo, mesmo que haja pouco trabalho a ser feito e

que as tarefas sejam consideradas mais leves. Muitos trabalhadores também aproveitam para se ocupar em outras atividades que proporcionem alguma renda extra, executando funções como pedreiro, vigilante, motorista, jardineiro, garçom, etc (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Além dessas mudanças, a jornada de trabalho pode vir a caracterizar uma condição de polivalência. Na expressão “polivalência” se reconhece um significado que de modo mais ou menos empírico, é comum a todos: trabalhador polivalente é o capaz de realizar uma multiplicidade de tarefas (XAVIER, 1997). Não propriamente um “faz-tudo”, um “pau para toda a obra”, mas, segundo Xavier (1997), alguém com múltiplas obrigações, que se vê na necessidade de enfrentar os imprevistos surgidos no oferecimento da sua prestação.

Todos esses impactos relacionados ao trabalho no turismo rural diminuem a possibilidade dessa atividade agir efetivamente como um impulsionador do desenvolvimento local. Jesus (2003) afirma que somente há desenvolvimento local quando há também uma mudança que se traduz em benefícios para as comunidades locais. Esses benefícios não estão relacionados apenas à geração de renda, mas também, a outros indicadores do desenvolvimento local, tais como a participação, a preservação ambiental, a valorização da cultura local, acesso ao conhecimento, entre outros (FRANCO, 2000).

O que se nota na Zona da Mata de Pernambuco, é que o turismo rural tem contribuído em muitos casos para acentuar ainda mais a condição de exclusão da população que vive no campo, especialmente aqueles que deixaram de cortar cana e passaram a trabalhar nos engenhos como trabalhadores polivalentes, desenvolvendo funções para as quais não foram treinados (TAUK SANTOS et al, 2001). Essa tensão gera estratégias de reconversão cultural na vida e no trabalho desses ex-canavieiros, que passam a estar envolvidos numa nova lógica produtiva.

Nessa perspectiva, este estudo se volta à análise das reconversões culturais da população de ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim a partir das seguintes indagações:

- Como se dá o processo de reconversão cultural, de uma cultura tradicionalmente de trabalhadores canavieiros, em uma cultura de serviços voltada para o turismo rural?
- Até que ponto essas reconversões culturais na atividade laboral estão contribuindo para a melhoria do trabalho e da vida cotidiana desses trabalhadores rurais?
- Até que ponto esta experiência de turismo rural, vivenciada na Zona da Mata de Pernambuco, pode ser considerada um esforço de desenvolvimento local?

Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), tendo como objeto de

análise o desenvolvimento do turismo rural em Pernambuco. O estudo de Santo (2006)², por exemplo, analisou o Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTUR), e os impactos dessa política no turismo rural no Município de Goiana, Pernambuco, demonstrando que as ações para o desenvolvimento do turismo rural ainda são incipientes, o que têm favorecido apenas os grandes empresários do setor. Já o trabalho de Rameh (2009)³ teve como objetivo analisar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em relação ao turismo rural como importante componente no processo de desenvolvimento local. Ambos os estudos se voltaram, de um modo geral, à compreensão/análise de como o turismo rural está sendo arquitetado no Estado de Pernambuco e como as políticas públicas regionais estão abordando a questão da participação de trabalhadores rurais nas propostas de turismo rural nos antigos engenhos de cana-de-açúcar.

Observa-se que ainda são escassos os estudos que abordam as reconversões culturais em contextos populares rurais. Por essa razão, ressalta-se a importância desse estudo, que terá como objetivo principal analisar o processo de hibridização cultural de ex-canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco.

O estudo sobre o turismo rural partindo da cultura e da identidade dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento local traz uma contribuição à compreensão dos desafios do turismo rural no Brasil. Outra questão importante dessa pesquisa é evidenciar os desafios que enfrenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004), que apesar de ter o turismo rural como proposta para o desenvolvimento local, em Pernambuco não tem conseguido que os técnicos da Extensão Rural atuem de forma eficaz no trabalho de formação dos agricultores para atuarem como trabalhadores do turismo rural (RAMEH, 2009). Em estudo de Rameh (2009), ficou evidenciado que essas dificuldades se dão pela falta de preparo dos técnicos e pelo pouco conhecimento acerca das propostas da PNATER.

Portanto, importa à Extensão Rural os processos de hibridização a que estão sendo submetidas as populações rurais que se vêm na necessidade de participar de novas atividades econômicas desenvolvidas no campo para garantir a sobrevivência da sua família. Esse fenômeno gera tensões na vida dessas pessoas e cabe à Extensão Rural se voltar para a análise

² SANTO, Fabiana Bandeira Espírito. **Políticas públicas para o turismo e desenvolvimento local: o programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil, em Goiana-PE e a relação turismo rural e desenvolvimento local nas concepções dos gestores locais** (Dissertação de Mestrado) Posmex, UFRPE, 2006.

³ RAMEH, Ladjane Milfont. **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** (Dissertação de Mestrado) Posmex, UFRPE, 2009.

dessas tensões no sentido de encontrar saídas para a construção do desenvolvimento local em contextos populares rurais.

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Nesse estudo, optamos pelo mundo do trabalho para analisar as reconversões culturais porque é na atividade laboral onde a população do Engenho Itamatamirim é levada a reconverter grande parte dos códigos de sua cultura de trabalhador, embora tenhamos ficado atentos também às reconversões em outros domínios da vida dessas pessoas, como no tempo livre, no lazer, no cotidiano doméstico e no uso dos meios de comunicação.

As mudanças em curso no mundo do trabalho vêm alterando a rotina, a forma, e o conteúdo também do trabalho no turismo rural. Exigências de produtividade e polivalência em face ao enxugamento de postos de trabalho vão se tornando cada vez mais comuns (CATANI, OLIVEIRA & DOURADO, 2001). Em tempos de extrema competitividade do capital, tal como percebe-se na atualidade, a questão da flexibilidade da mão-de-obra no turismo merece atenção especial. Os empresários do setor turístico buscam sem cessar a otimização da produção de serviços, porém é preciso que tomem cuidados especiais quando tal otimização está relacionada aos recursos humanos.

Optamos pela pesquisa qualitativa para analisar as reconversões culturais dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim no campo do trabalho, que combina duas atividades distintas. Conforme Godoy (1995), a perspectiva qualitativa auxilia a compreensão do fenômeno no momento em que o analisa de maneira integrada. A investigação predominantemente qualitativa se volta para explicar o processo social em profundidade, captando a maneira de ser do objeto pesquisado e tudo que o diferencia dos demais (GODOY, 1995).

Esta pesquisa configura-se também como um estudo de caso. Segundo Yin (2005), estudos de caso são as estratégias preferidas quando as questões "como" ou "por que" estão presentes e quando o pesquisador tem baixo controle de uma situação que, por sua natureza, esteja inserida em contextos sociais. No caso do presente estudo, o contexto social analisado refere-se ao cotidiano laboral de ex-canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco, que se vêm impelidos a reconverter códigos de sua cultura tradicional/popular em códigos de uma cultura de massa para participar da nova ordem econômico-produtiva que se instala na região através do turismo rural.

Foram utilizadas técnicas combinadas de coleta de dados, onde, num primeiro momento, foi feita uma pesquisa bibliográfica acerca de cada tema discutido nesta pesquisa. Com relação à hibridização e à reconversão cultural, recorreremos aos estudos de Nestor García Canclini, que considera o popular na contemporaneidade como uma categoria que se manifesta da apropriação desigual dos bens materiais e simbólicos da sociedade (CANCLINI, 1983). Também buscou-se no trabalho de Peter Burke as formas como o hibridismo cultural pode ocorrer e nos trabalhos de Tauk Santos sobre as reconversões culturais nas culturas populares à luz da extensão rural e do desenvolvimento local.

Para tratar da temática da identidade cultural, foram utilizados essencialmente os trabalhos de Stuart Hall e Manuel Castells, que consideram a identidade como algo mutável e flexível, podendo levar à construção de identidades híbridas na contemporaneidade. E para discutir sobre o turismo rural, nos voltamos em um primeiro momento para os trabalhos de Graziano da Silva e Almeida, que tratam do turismo rural enquanto uma nova ruralidade. Em um segundo momento, para caracterizar teoricamente o turismo rural, utilizou-se especialmente os trabalhos de Adônis Zimmermann, Anécio Almeida e Adyr Rodrigues.

Na intenção de descrever o ambiente da pesquisa, foram utilizadas técnicas etnográficas que possibilitaram ao pesquisador conhecer o cotidiano e as relações sociais e familiares entre o grupo estudado. Nesse sentido, fez-se importante a observação *in loco*, no ambiente de trabalho dos canavieiros, onde se desenvolvem duas atividades laborais distintas – a pecuária e o turismo rural - uma vez que as reconversões culturais não acontecem dissociadas da realidade e do cotidiano de vida dessa população.

Recorreremos também à técnica da história oral, uma vez que, buscou-se preencher as lacunas existentes nos documentos escritos a partir da observação direta do contexto social de ex-canavieiros na Zona da Mata de Pernambuco. Segundo Haguette (1987, p. 83), a história oral é uma técnica de coleta de dados “baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade”. O uso da história oral, nesse contexto, está associado à necessidade de uma reconstituição histórica sobre um determinado tema ou população.

Haguette (1987) explica que a utilização da história oral como técnica de coleta de dados é muito ampla. No entanto, é importante compreender que a história oral está “preocupada com o que é relevante e significativo para a compreensão da sociedade e não na acumulação anárquica de supostas peças de evidência que não acrescentam nada aos dados já existentes” (p. 81).

Nesta pesquisa, busca-se identificar, através de depoimentos, elementos que reconstruam a vivência dos ex-canavieiros, que hoje se encontram inseridos numa nova lógica econômico-produtiva, porém sem abandonar as atividades primárias. Isso leva a construção de uma identidade híbrida, onde a história oral representa um papel importante na recuperação da “história dos excluídos, onde os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como se constituir em instrumentos de construção de identidade e de transformação” (FERREIRA, 1994, p. 9).

Para Moss (apud HAGUETTE, 1987), a história oral vem sendo frequentemente utilizada para o registro e memória, como também na coleta de reflexões e opiniões de pessoas que estão envolvidas com atividades públicas. Assim, Haguette (1987, p. 81) explica que “a história oral utiliza-se da memória como elemento dinâmico na relação entre o passado e o presente, diferenciando-se do aspecto estático do documento escrito que se mantém o mesmo através dos tempos”.

Na técnica da história oral, o roteiro de entrevista tem um papel fundamental. Segundo Haguette (1987, p. 84), “a organização do roteiro de entrevista pressupõe uma série de procedimentos tais como o conhecimento profundo do tema e questão, obtido através de todas as fontes disponíveis [...], para qualquer tipo de entrevista”. Além disso, o planejamento e o escalonamento das entrevistas “devem obedecer à ordem dos contatos preliminares estabelecidos pela instituição à qual o programa está afeto ou pessoalmente pelos entrevistadores” (p. 85).

A população entrevistada no Engenho Itamatamirim é reconhecida como trabalhador rural, pois é dessa maneira que são registrados na sua carteira profissional. Trabalhador rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste, mediante salário (BRASIL, 2009).

A escolha dos entrevistados ocorreu de forma intencional e não aleatória, obedecendo aos seguintes critérios: pessoas oriundas da agricultura canavieira e que, hoje, desenvolvem no Engenho Itamatamirim outras atividades agrícolas, voltadas à pecuária e à piscicultura, ao mesmo tempo em que também atuam como trabalhadores do turismo rural nos equipamentos de lazer existentes no referido Engenho. Identificamos, com isso, 05 (cinco) trabalhadores rurais que possuem essas características, conforme quadro 01:

Quadro 01. Trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim.

Nº	ENTREVISTADO	PROFISSÃO	ATIVIDADE NA PECUÁRIA	ATIVIDADE NO TURISMO	SEXO	IDADE
01	Entrevistado 01	Trabalhador rural	Batedor de pasto ⁴ , Cortador de Capim.	Condutor dos cavalos	Masculino	53 anos
02	Entrevistado 02	Trabalhador rural	Manutenção das cercas e Batedor de pasto.	Condutor de trilha	Masculino	37 anos
03	Entrevistado 03	Trabalhador rural	Administrador de campo.	Monitor de Esportes de Aventura	Masculino	34 anos
04	Entrevistado 04	Trabalhador rural	Batedor de pasto, Cortador de Capim.	Garçom	Masculino	30 anos
05	Entrevistado 05	Trabalhador rural	Batedor de pasto, Cortador de Capim.	Cozinheiro	Masculino	44 anos

Os primeiros contatos com esses trabalhadores rurais aconteceram sem grandes dificuldades. Foi utilizada uma abordagem interpessoal para proceder com uma aproximação menos impactante. No início, alguns demonstraram certa resistência, mas, aos poucos, eles foram ficando mais a vontade e colaboraram sem nenhum problema com a pesquisa. Também foram tiradas algumas fotografias dos trabalhadores no dia-a-dia do seu trabalho na pecuária e no turismo rural⁵.

Para a presente pesquisa elaborou-se dois roteiros de entrevista semi-estruturada. O primeiro, aplicado com o proprietário do Engenho Itamatamirim, teve o objetivo de conhecer a história da propriedade, do início de suas atividades até os dias de hoje, bem como a relação que vem se estabelecendo entre o proprietário e os trabalhadores do Engenho.

O segundo roteiro de entrevista foi aplicado com a população em estudo, os ex-canavieiros e atuais trabalhadores do turismo rural, sendo dividido em 03 (três) blocos. No primeiro bloco – Identificação - buscou-se conhecer o sexo, idade, local onde nasceu e o nível de escolaridade do entrevistado. Além disso, este bloco de entrevista teve a intenção de identificar a função que cada trabalhador exerce no engenho, o tempo de trabalho na propriedade e quais as atividades produtivas que desenvolve dentro e fora do empreendimento.

No segundo bloco – Organização/Participação Política - a proposta foi identificar se o trabalho com o turismo rural modificou a participação da população estudada em organizações de classe produtiva, política e social. Ou seja, observar se, após ingressarem no

⁴ Refere-se ao corte e aparo do pasto para ser levado ao consumo do gado.

⁵ As imagens que foram utilizadas nesta dissertação foram devidamente autorizadas pelos trabalhadores, onde assinaram na oportunidade um Termo de Autorização de Uso da Imagem (Anexo 01).

turismo rural, os indivíduos foram levados a participar de novas organizações, ou mesmo intensificar a participação que tinham antes.

Esse bloco foi dividido em três sub-blocos: 1) Organização produtiva – se participa de alguma associação de produtores, cooperativas ou outra organização relacionada a uma ou mais atividades produtivas; 2) Organização política – se participa de sindicatos, conselhos municipais, partidos, redes ou outra organização que esteja relacionada à participação política do trabalhador; 3) Organização social – se participa de algum grupo recreativo (de dança, teatro, maracatu), grupo religioso, redes sociais e virtuais, entre outros. Nos três sub-blocos também buscou-se identificar se esses trabalhadores possuem algum cargo na direção das organizações mencionadas e se essa experiência tem influência no seu trabalho com o turismo rural.

E, por fim, no terceiro bloco - História, Identidade e Trabalho – buscou-se conhecer um pouco da história dos entrevistados, sobretudo no que diz respeito a sua relação com a agricultura canavieira, suas experiências de vida e elementos de sua identidade enquanto cultura popular, compreendendo como era antes a vida desses canavieiros e como estão hoje, agora envolvidos na lógica produtiva do setor de serviços. Parece necessário refletir sobre as possibilidades de construção identitária nos atuais contextos produtivos, tendo em vista as transformações drásticas por quais têm passado. Para Lima (2007, p. 1), isso significa que, “se há algumas décadas não havia dúvida sobre o papel do trabalho nesse processo de construção e de consolidação das identidades individuais e coletivas, hoje, esse tema tornou-se objeto de considerável polêmica”.

Assim, interessou neste bloco de entrevista conhecer o cotidiano do trabalho que desenvolvem em duas atividades distintas – a agricultura e o turismo rural -, as jornadas de trabalho, equipamentos utilizados, relação com o empregador, satisfação do empregado, remuneração e segurança. Interessam também os meios de comunicação que utilizam no trabalho, vestuário, técnicas de atendimento, capacitações/treinamentos, participação de outros integrantes familiares no turismo rural e o que mudou na vida dessas pessoas desde que passaram a trabalhar com a atividade turística. Os entrevistados também tiveram a oportunidade de avaliar o seu trabalho no turismo rural, apontando suas principais dificuldades.

Com esse bloco de entrevista também teve-se a intenção de identificar as atividades que desenvolvem quando não estão trabalhando, as formas de ocupar o tempo livre e de usufruir do lazer. Para Rodrigues (1997, p. 22), a evolução atual da sociedade mostra que o tempo livre, deixa de ser um tempo privado do indivíduo, para tornar-se criador de novas

relações sociais, quem sabe uma nova mercadoria: “o tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e que se compra”. E, por último, buscou-se identificar as aspirações para o futuro com relação ao seu trabalho no Engenho Itamatamirim.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No **Capítulo 1 – Hibridização Cultural, Turismo Rural e Desenvolvimento Local**, foi traçado um percurso teórico sobre as questões contemporâneas que envolvem as culturas populares enquanto culturas híbridas, que reconvertem seus códigos para participar de uma outra lógica de vida, levando também a formação de uma nova identidade. Sobre hibridização e reconversão cultural sinalizou-se para os estudos latino-americanos de comunicação. Também foi feita uma discussão sobre o turismo rural, suas principais características, tipos, conceitos e definições, além de apontar sua relevância para o desenvolvimento local.

No **Capítulo 2 – Turismo Rural em Pernambuco e a experiência do Engenho Itamatamirim**, busca-se como tem se dado o desenvolvimento do turismo rural em Pernambuco, especialmente na Zona da Mata, identificando as políticas públicas existentes nas esferas governamentais que apóiam seu fomento. Também faz-se uma caracterização do local da pesquisa, o Engenho Itamatamirim, e sua população, ressaltando seu potencial para o turismo rural e a forma de organização do trabalho dentro da propriedade. No **Capítulo 3 – O Turismo Rural por quem faz: a população em estudo e o seu cotidiano** buscou-se registrar o cotidiano da vida e do trabalho da população de ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim. A intenção, nesse capítulo, foi observar como é o dia-a-dia do Engenho, dos trabalhadores, das famílias e das atividades que são desenvolvidas no local.

O **Capítulo 4 – O Trabalho como o lugar das reconversões** traz a análise do processo de hibridização dos canavieiros do Engenho Itamatamirim e até que ponto as reconversões culturais que procederam da atividade de canavieiro para a de trabalhador do turismo rural estão contribuindo para o desenvolvimento local da região e para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Por fim, traz-se a conclusão da pesquisa e as referências.

No capítulo seguinte serão apresentadas as bases teóricas sobre hibridização cultural, reconversão cultural, turismo rural e desenvolvimento local, importantes para a análise do objeto empírico desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Estudar as reconversões culturais no trabalho de ex-canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco implica em adotar como perspectiva teórica a relação entre as culturas popular e massiva no estágio atual do capitalismo. Assim, o que interessa a este estudo não é o híbrido, mas sim os processos de hibridização (CANCLINI, 2006).

Nessa direção, a questão do popular, na contemporaneidade, tem se afastado cada vez mais de uma visão romântica e folclórica. Atualmente, o popular tem sido associado às relações de consumo e de acesso desigual aos bens culturais e simbólicos da sociedade (CANCLINI, 1987; TAUKE SANTOS, 2008). Vai de encontro, portanto, às teorias que se apóiam no folclore, associando o popular ao tradicional, ao rústico e ao imutável. O popular, segundo Canclini (1987), avança na condição de simples objeto de estudo cientificamente delimitado, para se tornar um campo de trabalho mais amplo e complexo.

O interesse pelo popular se deu com a expansão internacional do capitalismo. Segundo Canclini (1988), a ampliação do mercado mundial nos séculos XIX e XX, que se deu em virtude dos confrontos entre países colonizados e colonizadores, o que gerou a necessidade de entender essas formas “estranhas”, “inferiores” de racionalidade e de vida. Dessa forma, o conceito de cultura passou por um processo de reformulação, incluindo essas novas formas de pensar, crer e atuar até então desprezadas pelos Antropólogos.

Outra corrente que passa a trabalhar conceitualmente o popular é o da comunicação social. Trata-se de uma visão contrária a corrente do folclore, que associa o popular à tradição de um povo. Sob o prisma da comunicação, o popular “se constitui a partir dos meios eletrônicos, não é resultado das experiências locais e sim da ação homogeneizadora da indústria cultural” (CANCLINI, 1987, p. 8). O popular, segundo Canclini (1988), abrange de forma geral todas as situações de subordinação como minorias étnicas, as relações de produção a aos pertencentes a determinadas localidades geográficas, como ocorre com a relação rural-urbano.

Ainda para Canclini (1983), é necessário abandonar conceitos que entendem o popular apenas como essência pura ou expressão da personalidade de um povo. Para compreender o popular enquanto cultura deve-se reconhecê-lo como produto da interação dos contextos

socais. Assim, este autor define as culturas populares como sendo resultado de uma apropriação desigual do capital cultural e de bens econômicos por parte dos setores subalternos de uma nação ou etnia (CANCLINI, 1983).

As culturas populares se constituem em dois espaços distintos: 1) as práticas profissionais, familiares, comunicacionais e de todo tipo através das quais o sistema capitalista organiza a vida de todos os membros; 2) as práticas e formas de pensamento que os setores populares criam para si próprios, mediante as quais concebem a expressão de sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo (CANCLINI, 1983).

O conceito de culturas populares de Canclini traz consigo forte influência de Antonio Gramsci e se fundamenta no binômio cultura hegemônica/culturas subalternas. Os trabalhos de Gramsci contribuíram significativamente para que as culturas populares passassem a ser vistas de dentro para fora (TAUK SANTOS, 2001). Como explica Canclini (1988, p. 64), a partir dos escritos de gramscinianos “o popular deixa de ser definido por uma série de características internas e por um repertório de conteúdos tradicionais, anteriores à industrialização e à massificação da cultura, e passa a ser caracterizado por sua posição frente às classes hegemônicas”.

Porém, é importante ressaltar que, atualmente, analisar as culturas populares em oposição à cultura hegemônica não é algo que traduza de fato a realidade dessa relação na contemporaneidade. Canclini (1988) afirma que em ambas as culturas existem elementos que se caracterizam ora como hegemônicos, ora como populares. O autor ainda coloca:

Quando as complexas relações entre a hegemonia e a subalternidade são reduzidas a um simples jogo bipolar, minimiza-se a sutil distinção gramsciana entre dominação e hegemonia, descuida-se da ‘rede de intercâmbios, empréstimos, condicionamentos recíprocos’ entre as culturas de diferentes classes (CANCLINI, 1988, p. 65).

Isso significa dizer que as culturas populares estão em constante processo de negociação com outras culturas. Canclini (1983) coloca que as culturas populares podem acatar ou impugnar a oferta de outra cultura e, em outros momentos, podem refuncionalizar, ou seja, atribuir nova função, um novo sentido, que venha a satisfazer suas necessidades materiais e simbólicas. Sendo assim, “o tradicional e o moderno, portanto, já não sofrem uma oposição tão evidente, pelo contrário, convivem em um mesmo cenário social” (JACKS, 1999, p. 34).

É nesse cenário, que não mais considera o popular como oposto ao massivo, mas sim, como um modo de atuar nele, refuncionalizando suas mensagens e reconvertendo seus

códigos, que surge o conceito de hibridização cultural (TAUK SANTOS, 2001). Canclini (1996) afirma que a intenção principal na elaboração do termo hibridização e empregá-lo como um conceito social, capaz de abarcar as diversas mesclas interculturais que se estabelecem entre o tradicional e o moderno, entre o popular e o massivo.

Assim, a hibridização cultural é definida por Canclini (1996) como sendo a combinação de práticas sociais, e que dessa combinação surgem novas expressões culturais, materiais e simbólicas. Burke (2003, p. 14) defende essa idéia quando afirma que “a preocupação com este assunto é natural em um período como o nosso, marcado por encontros culturais cada vez mais freqüentes e intensos”. Isso remete a constatação de que não se pode ir de encontro a uma tendência global caracterizada nos processos de hibridização.

A partir do pensamento de Canclini, Tauk Santos (2001) comenta que existe uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação, fazendo com que comunidades dispersas, tradicionais e homogêneas, passem por um processo de renovação, “uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea” (CANCLINI, 2006, p. 285). Para Canclini (1996, p. 8):

A palavra hibridização aparece mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos.

De acordo com Tauk Santos (2001), o incremento nas tecnologias da comunicação tornou os processos de hibridização mais complexos. Isso significa dizer que a hibridização cultural não é construída apenas no envolvimento entre culturas e povos distintos, mas também por meio dos processos comunicacionais via tecnologia (TAUK SANTOS, 2001). A autora também chama a atenção para o que explica Burke (2003), sobre a noção de hibridização, afirmando que se trata do resultado de múltiplos encontros e não como resultado de um único encontro.

O termo “hibridismo”, por sua característica ampla, é usado para designar um conjunto de tipos ou processos de hibridização presentes nos artefatos, na arquitetura, no mobiliário, nas imagens, na pintura, nos textos traduzidos, na música, na religião, nas festividades, etc. (BURKE, 2003). A este respeito, Burke (2003) lembra como exemplo a religião do Santo Daime, fundada no final do século XX no Acre, pelo padrinho Sebastião, com elementos do tambor de mina, da dança de São Gonçalo, de umbanda e de outras fontes, como religião eminentemente sincrética e híbrida.

Uma importante categoria descrita por Burke (2003) são os povos híbridos, onde se destacam como principais os anglo-irlandeses, os anglo-indianos e os afro-americanos, grupo este que inclui o povo brasileiro, caracterizado por suas misturas raciais e culturais. Inseridos nessa questão, também estão os indivíduos híbridos, ou seja, “os que nasceram nesta situação por suas mães e pais serem originários de culturas diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados” (COLLEY apud BURKE, 2003, p. 36).

Segundo Burke (2003), as expressões troca cultural, empréstimo cultural, aculturação, transculturação, acomodação, assimilação, sincretismo e outros termos correspondentes foram muito utilizados pelos antropólogos norte-americanos, no sentido de explicar que a cultura dominada adota características da cultura dominante.

Segundo afirma Tauk Santos (2001), a hibridização cultural pode ser encarada como um processo que gera novos símbolos, objetos, povos, etc, a partir dos conflitos entre os diferentes elementos culturais. Isso corresponde, conforme Canclini (2006), às tentativas de tradução ou inserção da cultura de origem em outra cultura. Para isso, os indivíduos reconvertem os seus códigos, de forma intencional ou espontânea, como estratégia para participar da lógica massiva, que é global (TAUK SANTOS, 2001).

Porém, como ressalta Canclini (1996), nenhum desses processos ocorre sem a existência de contradições e conflitos, pois para entender esse cenário complexo é preciso compreender as experiências de hibridização como parte dos conflitos da modernidade. Tauk Santos (2008, p. 7) corrobora afirmando que:

Reconverter os códigos da sua cultura em outra, com a intenção de se inserir no mercado de trabalho, participar de uma ordem social ou simplesmente ser reconhecido, representa em muitos casos uma experiência penosa e difícil para as culturas populares.

Isso ocorre porque “a principal característica dos contextos populares é a contingência, uma vez que o acesso aos bens materiais e imateriais se dá de forma desigual” (TAUK SANTOS, 2001). Esse processo, denominado de reconversão cultural, gera novas estruturas e novas práticas culturais e, portanto, caracteriza-se como a materialização da hibridização (CANCLINI, 2006). Segundo Tauk Santos (2001, p. 253), esses processos “se constroem na relação da cultura massiva e das culturas populares através do consumo”. Completando, Canclini (1995, p. 51) explica que os processos de consumo devem ser encarados como algo mais complexo do que a relação entre meios manipuladores e dóceis audiências.

A reconversão cultural também pode ocorrer de forma espontânea ou intencional. A primeira “ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional” (CANCLINI, 2006, p. XXII). Tauk Santos (2000) analisa este tipo de reconversão e explica que, neste caso, os códigos da cultura são alterados pelos sujeitos sem uma intenção pré-estabelecida. Já a reconversão intencional acontece quando o sujeito se vê diante de uma circunstância crucial, onde tem de reverter seus códigos culturais em função da sua própria sobrevivência (TAUK SANTOS, 2000).

Canclini (2006) afirma que é através da reconversão intencional que caracteriza a busca de um indivíduo por uma nova condição de produção e mercado. Exemplificando, Canclini (2006, p. 22), citando Pierre Bourdieu, afirma que o significado cultural da reconversão pode designar “estratégias mediante as quais um pintor se converte em designer, ou as burguesias nacionais adquirem idiomas e outras competências necessárias para reinvestir seus capitais econômicos e simbólicos em circuitos transnacionais”. Canclini (2006, p. 22) ainda apresenta outro exemplo de reconversões, encontrado nos contextos populares:

Os migrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade ou que vinculam seu artesanato a usos modernos para interessar compradores urbanos; os operários que reformulam sua cultura de trabalho ante as novas tecnologias produtivas; os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um discurso ecológico e aprendem a comunica-las por rádio, televisão e *internet*.

Os dois tipos de reconversão devem ser considerados, principalmente se levarmos em conta que para cada comunidade esse processo ocorre de maneira diferente. Isso por que, a modernização chega às localidades de maneira também diferente, refuncionalizada pela sociedade e não como uma simples imposição.

No caso da América Latina, o contexto em que se dão os processos de reconversão cultural é mais complexo, pois, na opinião de Canclini (1996), as tradições latino-americanas ainda estão muito presentes, uma vez que a modernidade ainda não se instalou por completo no continente e, ainda, as teorias da pós-modernidade desqualificam movimentos culturais que prometem utopias e favorecem o progresso. Martín-Barbero (2001, p. 44), ao estudar os processos de mediações sobre a ótica da hibridização cultural, coloca que a América Latina está:

Fortemente carregada ainda de componentes pré-modernos, a modernidade se torna experiência coletiva das maiorias latino-americanas graças a deslocamentos sociais e perspectivas de cunho claramente pós-moderno: efetuando fortes deslocamentos sobre os compartimentos e exclusões que a modernidade instituiu durante mais de

um século, isto é, gerando hibridações entre o culto e o popular e de ambos com o massificado, entre a vanguarda e kitsch, entre o autóctone e o estrangeiro.

Analisando o objeto desta pesquisa, percebe-se que a reconversão intencional é a que melhor se aproxima do fenômeno de hibridização que vem ocorrendo no trabalho com o turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco. Isso acontece porque as populações locais se vêem na necessidade de participar da nova atividade produtiva local, como alternativa a sua sobrevivência, visto que as atividades tradicionais rurais já não os oferecem a rentabilidade econômica necessária para o sustento de sua família. Por esta razão, a atividade laboral representa uma das categorias que mais sofre reconversões intencionais em contextos populares.

É em um cenário como este que as identidades são construídas e transformadas, pois nenhuma identidade é pura e estática, como afirma Hall (2005). As culturas populares na contemporaneidade, através dos processos de hibridização, provocam constantes mudanças nas suas identidades, mudanças essas que influenciam o modo de encarar a vida, o trabalho e a sua própria cultura (TAUK SANTOS, 2000).

Stuart Hall (2005, p. 8) ressalta a dificuldade de definir a expressão “identidade”, uma vez que é um termo "demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova". O autor acredita que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, o que leva a compreensão de que a identidade é definida historicamente e não biologicamente. Ela, ainda afirma que a identidade é

realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em 'processo', sempre 'sendo formada' (HALL, 2005, p. 38).

Hall (2005) apresenta três concepções de identidade: 1) do sujeito do Iluminismo, 2) do sujeito sociológico e 3) do sujeito pós-moderno. Na primeira o indivíduo é visto como um ser centrado e unificado, cujas capacidades (razão, consciência e ação) emergiam com o seu nascimento e permaneciam com ele durante sua existência individual. A segunda surge a partir da idéia que o núcleo interior do indivíduo não era autônomo, forma-se em relação a “outros significativos”. Ou seja, a essência interior do sujeito é modificada a partir do diálogo com as culturas externas. E a terceira, o sujeito pós-moderno, que isento de uma identidade fixa, é “formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos

representados e tratados nos sistemas culturais que nos circulam” (HALL, 2005, p. 12). Trata-se de uma identidade historicamente definida.

Esta última concepção, a do sujeito pós-moderno, nos leva ao encontro da ideia de Hall (2003), de que uma identidade segura e unificada não passa de uma fantasia. A partir das interações, do diálogo, uma multiplicidade de identidades pode surgir. Segundo Hall (2005, p. 13):

[...] a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Esta constatação está intimamente relacionada ao conceito de hibridização cultural, quando esta se processa dos encontros, negociações e interações entre diferentes culturas. A identidade assume, nesse momento, uma espécie de nomadismo, continuamente em movimento, dependendo das formas culturais que nos interpelam (HALL, 2003).

Castells (1999) entende por identidade a fonte de significado e de experiência de um povo. Contudo, o autor chama a atenção para a diferença entre a identidade e os papéis desempenhados pelos indivíduos na sociedade. Estes papéis (trabalhador, pai, mãe, sindicalista, jogador, por exemplo) são definidos por normas das instituições e organizações sociais, enquanto as identidades são definidas pelos próprios atores sociais e construídas por meio de processos de individualização (CASTELLS, 2001).

Desse modo, pode-se afirmar que toda identidade é construída. Assim, a questão central do debate sobre a identidade é definir como, por que, por quem, a partir de quê ocorre essa construção. Castells (1999, p. 24) descreve três formas e origens de construção de identidades:

- 1) Identidade legitimadora: que foi introduzida pelas instituições dominantes da sociedade para expandir e racionalizar sua dominação diante dos atores sociais;
- 2) Identidade de resistência: criada por atores sociais dominados ou estigmatizados pelas forças de dominação e marcada pela resistência aos princípios que definem as instituições dominantes;
- 3) Identidade de projeto: criada por atores sociais que constroem uma nova identidade a partir de materiais culturais que estão a sua disposição e com o intuito de redefinir a sua posição na sociedade e de buscar a transformação da estrutura social.

Cuche (1999) alerta que a cultura pode existir sem consciência de identidade, mas as estratégias de identidade – mesmo que manipulem ou até modifiquem uma cultura – quase nada terão em comum com o que ela era antes. A cultura, segundo o autor, depende quase

totalmente de processos inconscientes, ao passo que a identidade remete a uma norma de vinculação – necessariamente consciente – baseada em oposições simbólicas.

Isso pode ocorrer no caso do turismo rural, quando ex-canaveiros reconstroem sua identidade para poder participar da nova atividade produtiva, que passa a exigir também a reconversão de códigos de sua cultura laboral em códigos de uma cultura laboral/hegemônica (TAUK SANTOS et al, 2001).

Ao que parece o turismo rural é uma atividade econômica que tem gerado, através do trabalho, estratégias de reconversão intencional na vida de populações de contextos populares. Partindo do pressuposto de que o turismo é uma atividade capitalista e que abrange tecnologias e modos de fazer cada vez mais moderno, esse estudo discute, pela via do trabalho, a forma com que as culturas populares têm participado dessa lógica econômico-produtiva, uma vez que são populações que se apropriam de maneira desigual dos bens sociais (CANCLINI, 1983).

1.1. O turismo como alternativa para o campo

O turismo é um fenômeno mundial. Ele tem o potencial de unir, de forma global, todas as partes do mundo. Promove não só o crescimento econômico nos locais onde se desenvolve, mas também pode garantir o respeito às diferenças através da integração entre diferentes culturas e, com isso, trazer benefícios sociais, ambientais e políticos para as destinações.

Essa atividade pode ser definida como a soma dos fenômenos e relações que surgem da interação de turistas, empresas prestadoras de serviços, governos e comunidades receptoras no processo de atrair e alojar estes visitantes (IGNARRA, 2001). O turismo estimula a aproximação das comunidades dos mais distantes lugares do mundo, possibilitando o deslocamento das pessoas com maior facilidade a lugares antes não acessíveis (DIAS & AGUIAR, 2002).

Fúster (1985) acredita que, além de movimentar a economia local, o desenvolvimento do turismo tende a estimular a melhoria da qualidade de vida dos núcleos receptores com o incremento de infra-estrutura básica e complementar, além de atrair investimentos público-privados e estimular a preservação do patrimônio cultural das localidades.

Por isso, vivenciamos atualmente uma tendência que observa a atividade turística como um importante vetor de desenvolvimento local. Quando bem planejado, tende a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e do patrimônio histórico-cultural dos núcleos

receptores. Esse processo pode estimular a intervenção positiva de órgãos públicos, bem como parcerias de instituições privadas, a fim de garantir o desenvolvimento local.

Dessa forma, nos últimos anos a prática do turismo rural tem se expandido no mundo por ser considerada uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento local do meio rural. Del Grossi e Graziano da Silva (2002), afirmam que o rural de hoje passa a ser visto como um espaço de interações e de consumo de bens e serviços tipicamente urbanos, como é o caso do turismo. Tendo em vista essas transformações, o que se percebe atualmente é que a identificação do meio rural como exclusivamente agrícola perdeu seu significado visto que muitas atividades tipicamente urbanas têm sido desenvolvidas nesse espaço, como é o caso do turismo (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2002).

No Brasil, a experiência mais antiga de turismo rural que se tem conhecimento é a do Município de Lages, em Santa Catarina, quando, no início da década de 1980, os produtores da região passaram a aproveitar a estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na região. São propriedades de grande importância histórica, associadas às grandes tropas que percorriam as regiões sudeste e sul do País, hoje se multiplicando por quase todo o território nacional (EMBRATUR, 1994).

A região de Lages é hoje conhecida como a Capital Nacional do Turismo Rural. Isso se deu graças aos esforços da SERRATUR S/A órgão oficial de turismo do Município. Várias ações foram realizadas no intuito de expandir o desenvolvimento do turismo rural, tais como: a contratação de profissionais da indústria turística para integrar os projetos de desenvolvimento; a promoção e participação em eventos; elaboração de materiais de publicidade distribuídos no País e exterior; e o treinamento e contratação de pessoa (EMBRATUR, 1994).

Como resultado houve um crescimento de 450% do turismo em Santa Catarina no período de 1992 a 1996. Além disso, o número de fazendas na região cresceu 70% e a capacidade dos hotéis e alojamento 120% (GRAZIANO DA SILVA & CAMPANHOLA, 2000). Hoje, o turismo rural está espalhado por todo Brasil, e cada região procura encontrar sua forma de realizá-lo, aproveitando suas potencialidades.

O termo turismo rural é bastante ambíguo. Para Del Grossi e Graziano da Silva (2002), o turismo rural refere-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural. Segundo Almeida (2000), o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam. As principais modalidades são o Ecoturismo, Agroturismo e Agroecoturismo.

O Ecoturismo pode ser entendido como “toda forma de turismo em que a motivação principal dos turistas é a observação e a apreciação da natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas áreas naturais” (COSTA, 2002, p. 9-10). É, portanto, um desdobramento do turismo rural que se volta para as questões ambientais, sem necessariamente se comprometer com as atividades agrícolas. Diferentemente do que ocorre no Agroturismo, definido por Graziano da Silva et al (1998, p.3) como sendo:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, e continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.).

No Brasil, o termo Agroturismo é usado onde a atividade turística ocorre no interior de propriedades agropecuárias produtivas. O turista muitas vezes se hospeda e participa dos trabalhos realizados na propriedade rural.

Já o conceito de Agroecoturismo remete a união das duas modalidades anteriores numa atividade onde ao mesmo tempo em que estimula a preservação ambiental, também agrega valor aos produtos e serviços desenvolvidos no meio rural.

A expressão turismo rural tem sido utilizada para designar qualquer atividade turística no espaço rural onde predomine atividades ligadas ao setor primário da cadeia produtiva, à agricultura, à criação ou ao extrativismo. Para Ruschmann (2000, p. 28), o turismo rural:

Deve estar constituído sobre estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo, e as chamadas sociedades e práticas tradicionais.

O Ministério do Turismo (MTUR) define o turismo rural como sendo:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura no meio rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTUR, 2009, p. 7).

Essa definição fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Sendo assim, o turismo rural estaria correlacionado às atividades agrárias e às áreas ricas em um patrimônio natural e cultural.

Como exemplos de atividades associadas ao turismo rural têm-se a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do

produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo, como por exemplo, os complexos hípicas, os leilões, as exposições agropecuárias e as festas de rodeio.

Para Graziano da Silva e Campanhola (2000), as atividades turísticas no espaço rural devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc), a partir do tempo livre das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa.

A exploração do turismo rural é recente, contudo está despertando o interesse não somente de turistas como também de empresários rurais que estão gerando mais receitas através da exploração turística dos recursos naturais que estão à disposição nas suas fazendas, sítios ou chácaras. Almeida (2000) explica que as áreas naturais, incluindo as protegidas legalmente, transformam-se em atrativos turísticos fundamentais. Ao serem entendidas como importante fator de atratividade, passam a servir de estímulo à sua proteção, tanto pelo turista como pela família rural.

Zimmermann (2000) coloca que o turismo rural deve estar sempre em harmonia com as necessidades e desejos da comunidade local e com o interesse do meio ambiente, fato que contribui para a sustentabilidade da atividade turística, assegurada a partir do tripé composto pelos elementos culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos. Assim, para atender ao perfil do consumidor do turismo rural é necessário que o processo de oferta do produto obedeça alguns princípios: atendimento familiar, preservação das raízes, harmonia e sustentabilidade ambiental, autenticidade e manutenção da identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade.

Conforme Almeida (2000), a atividade pode diversificar a renda, criando uma nova receita às atividades primárias e estimulando o surgimento de um novo mercado para os produtos tradicionais das propriedades. Os gastos dos turistas com os produtos propagam-se por todos os setores da economia local, gerando novas despesas, matéria-prima e contratação de mão-de-obra especializada. Além disso, estimula a preservação ambiental, pois o turista que busca o meio rural procura situações que propiciem um maior contato com a natureza.

O turismo rural tem um papel fundamental na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. É permitido ainda implementar a velha e correta idéia de entender os agricultores também como criadores de paisagem (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Conforme afirmam Graziano da Silva e Campanhola (2000, p.01):

Constitui-se numa forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, portanto, em um instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que deve beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas.

O turismo rural pode ser encarado como um produto que supre a necessidade de clientes interessados na produção e no consumo de bens e serviços no ambiente rural. O desenvolvimento dessa atividade deve ajudar a manter as características rurais da região, utilizando os recursos locais e os conhecimentos derivados do saber das populações, e não ser um instrumento de urbanização (MDA, 2009).

Embora recente no Brasil, o turismo rural já vem sendo praticado amplamente em países como Espanha, Portugal, França, Itália e nos Estados Unidos. Segundo Zimmermann (2000), é uma atividade que cresce aceleradamente no mundo e estima-se que esse crescimento deva se manter em ascensão nas próximas décadas. Essa tendência anima os investidores e grandes empresários do turismo, mas também gera preocupações quanto à forma como este desenvolvimento vem acontecendo, pois, de um modo geral, nos ambientes rurais é onde se encontram as áreas mais frágeis.

Para Cavaco (1996), os ensinamentos obtidos com as experiências dos países europeus no turismo rural indicam que se deve combinar as propostas de desenvolvimento local do meio rural brasileiro com as atividades locais ligadas ao artesanato, à cultura de um modo geral, às feiras e festas centradas em temas regionais e locais valorizando produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comeres, sabores e cheiros.

O turismo rural no Brasil, segundo Graziano da Silva e Campanhola (2000), ainda é desordenado. Eles apontam como principais causas: atividades do segmento não regulamentadas; informação e comunicação deficiente; incentivos ao turismo rural insuficiente; pouca articulação institucional; infra-estrutura precária; comunidades locais pouco envolvidas; pessoal pouco capacitado e promoção e comercialização ineficiente.

Segundo Zimmermann (2000), o processo de desenvolvimento do turismo rural no País é decorrente da força da mídia e ele ressalta a necessidade que o produtor rural tem de buscar novas fontes de renda para sua sobrevivência. Dessa maneira, o turismo rural deve ser promovido como um vetor de desenvolvimento local para o meio rural, contribuindo para a economia do local, para a preservação do seu patrimônio cultural e natural e para a melhoria da vida das famílias que estão envolvidas diretamente com a atividade produtiva.

1.2. Turismo rural, extensão rural e desenvolvimento local

De acordo com Graziano da Silva e Campanhola (2000), o turismo rural é uma das principais potencialidades endógenas existentes nas sociedades contemporâneas e pode vir a se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local de maior relevância, devendo haver controle por parte dos atores sociais locais, bem como das atividades por eles desencadeadas, permitindo assim que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Nesse contexto, o aspecto local do turismo rural pode ser observado a partir de algumas dimensões importantes: sua iniciativa é local, pois deve surgir da vontade dos próprios residentes em desenvolver uma atividade que proporcione a geração de renda; a organização da atividade turística deve ser também totalmente local, sem intermediações em seu processo de implantação e de gestão; seus atrativos estão marcados pela paisagem local; um outro aspecto relevante nesse contexto é a valorização da cultura que se reflete na arquitetura das acomodações típicas existentes, nos costumes e do cotidiano rural (GRAZIANO DA SILVA & CAMPANHOLA, 2000).

Por ser uma atividade que exige conhecimentos específicos, o turismo rural apenas poderá se constituir em um vetor de desenvolvimento local desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, e que os resultados da atividade possam beneficiar as comunidades locais, por sua vez capacitadas para atender a demanda por bens e serviços turísticos (ALMEIDA, 2000). A Extensão Rural, nesse sentido, possui um papel importante no estabelecimento de diretrizes capazes de promover o desenvolvimento local nesse novo cenário que se constrói no meio rural, com o surgimento de novas atividades produtivas e, conseqüentemente, novos hábitos sociais e culturais entre a população rural.

Para atender esses desafios, em 2004 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolve a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com o objetivo de alcançar as demandas do meio rural, incentivando e dando suporte para novas atividades que são incorporadas pela população do campo na intenção de gerar renda, emprego, qualidade de vida e ampliar as possibilidades de inserção dessa população na modernidade. Em análise mais aprofundada, Caporal e Ramos (2008, p. 3) explicam que:

De acordo com a Pnater, a Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a

utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a Pnater sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelece ainda que a nova Ater é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão Rural deve contribuir para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos.

A relação que a Extensão Rural contemporânea mantém com o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento local, nutre as expectativas do setor agrícola defasado e combate a desvalorização da agricultura familiar. Segundo Tauk Santos (2000, p 299), as antigas abordagens da Extensão Rural, que perpassam desde a perspectiva funcionalista até as teorias da educação libertadora de Paulo Freire, “não servem mais para explicar o velho objeto”. Ainda para Tauk Santos (2000), os processos de Extensão Rural, na contemporaneidade, devem acontecer à luz da comunicação para o desenvolvimento local, e que este desenvolvimento deve promover mudanças em favor das culturas populares. E dessa forma a autora acredita que a comunicação para o desenvolvimento local no meio rural amplia a sua ação para além das atividades estritamente agrícolas, incorporando novas atividades produtivas não-agrícolas, na perspectiva de promover mudanças (TAUK SANTOS, 2000).

Como assinala Tauk Santos (2000), é a partir dos anos de 1980, fruto de um conjunto de fatores como a mundialização dos mercados, o desemprego, a crise do Estado-providência e o aumento dos índices de exclusão social, que o desenvolvimento local ganha destaque nas pautas governamentais e não-governamentais. Com a preocupação de que o desenvolvimento local atue como agente de mudança no meio rural, Tauk Santos (2000) propõe o conceito de Comunicação Rural, onde sua característica fundamental é se constituir em processo comunicativo na perspectiva de construir mudanças em favor do desenvolvimento local.

Portanto, a Extensão Rural no âmbito do desenvolvimento local vai além das atividades agropecuárias e pesqueiras, diversificando as formas de produção no meio rural (CALLOU, 2006). A partir daí, volta-se para estratégias de comunicação a fim de promover o desenvolvimento local no sentido paulofreiriano, de maneira dialógica, mobilizando a participação dos atores sociais locais. Entendendo-a como um processo polissêmico, Callou (2006) explica que entre as novas significações atribuídas à Extensão Rural destacam-se a gestão da comunicação, a agroecologia, a economia solidária, o associativismo e as novas ruralidades. O autor afirma ainda que este caráter polissêmico fez com que a Extensão Rural pudesse ser apropriada por outras áreas do conhecimento, fato que resultou na sua renovação teórica e resistência da atividade extensionista ao longo do tempo.

É nessa nova forma de abordar o rural que a PNATER passa a incentivar o incremento de atividades não-agrícolas quais sejam do setor de serviços, indústria, lazer e turismo no intuito de apoiar processos de desenvolvimento local. Atualmente o desenvolvimento local é apontado como a estratégia mais sustentável para o meio rural brasileiro. Em função das novas dinâmicas territoriais, culturais e produtivas que surgiram no campo nos últimos anos, faz-se necessário refletir sobre um tipo de desenvolvimento horizontal, que valorize a participação e o empoderamento dos agentes locais.

Segundo Franco (2000), o desenvolvimento local não está relacionado apenas ao acesso à renda, mas compreende também o acesso ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes possibilidade de participar das decisões políticas e administrativas nas suas comunidades. A participação é entendida como um esforço de desenvolvimento local, na medida em que atua na construção de uma nova cidadania (JARA, 1998). Para Jara (1998), o maior desafio a ser enfrentado no desenvolvimento local é garantir a participação dos diferentes grupos na sociedade, favorecendo o controle social sobre o desenvolvimento e elegendo o local enquanto espaço privilegiado da formação de cidadãos.

Para Jesus (2003, p. 72):

O desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

O mesmo autor ainda afirma que o desenvolvimento local se materializa na utilização dos recursos e valores locais “sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em melhorias para as pessoas e o meio ambiente”. (JESUS, 2003, p. 72). Portanto, o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economia de escala não explorada, que constituem seu potencial de desenvolvimento (ZAPATA, 2001).

Segundo Tauk Santos e Callou (2006) o desenvolvimento local surge como uma possibilidade promissora para enfrentar os problemas dos contextos populares, derivados, sobretudo, da crise nos modelos de intervenção fundamentados na difusão de inovações. O desenvolvimento local deve buscar saída para questões imediatas encontradas numa

determinada localidade, como o problema da fome, educação, saúde, desemprego, migração, ou seja, problemas sociais que promovem a exclusão dos contextos populares (TAUK SANTOS, 1995).

Assim, o desenvolvimento local pode ser definido como o aproveitamento das potencialidades endógenas de uma localidade em prol da melhoria das condições de vida de sua população (BUARQUE, 2002). Jesus (2003) esclarece que somente há desenvolvimento quando há mudança e essa mudança contempla a totalidade de uma sociedade ou pelo menos traz benefícios para a maioria.

Para Almeida (2000), a sinergia entre as dimensões econômicas, socioculturais, políticas e ambientais é que favorece o desenvolvimento do turismo rural de forma a beneficiar a população local. O autor ainda explica que o turismo rural insere-se como atividade não-agrícola, complementar, com potencial de gerar emprego e renda para as famílias que vivem à margem do desenvolvimento agrícola pautado no agronegócio (ALMEIDA, 2000). A atividade também apresenta a capacidade de estimular a preservação dos recursos culturais e ambientais das localidades, pois atrai investimentos em função do aumento da demanda turística.

No caso da Zona da Mata de Pernambuco, em alguns casos o turismo rural tem proporcionado a geração de trabalho e renda para as famílias dos agricultores e ex-canavieiros presentes nas localidades onde a atividade está sendo explorada, sinalizando para um esforço de desenvolvimento local. Porém, em outros casos, a atividade tem reproduzido o caráter centralizador e paternalista da monocultura da cana-de-açúcar, aumentando os índices de abandono das atividades tradicionais em favor do imediatismo apresentado pela transformação em trabalhador do turismo rural. Esse fenômeno foi identificado no trabalho de Tauk Santos et al (2001), realizado no Engenho Santa Fé, Município de Nazaré da Mata, onde a condição de trabalho ali existente tem reproduzido o ambiente laboral dos antigos engenhos, inclusive os valores patriarcalistas e autoritários.

O desenvolvimento do turismo rural em um espaço tradicionalmente canavieiro tem exigido dos trabalhadores rurais a reconversão sua identidade de cortador de cana-de-açúcar para participar da nova lógica produtiva. É o que vem ocorrendo no Engenho Itamatamirim, cuja experiência foi analisada no próximo Capítulo, discutindo inclusive as principais políticas públicas existentes da região que apóiam a atividade e o que se espera do seu desenvolvimento na Zona da Mata.

CAPÍTULO 2

TURISMO RURAL EM PERNAMBUCO E A EXPERIÊNCIA DO ENGENHO ITAMATAMIRIM

Com a crise financeira mundial, a atividade turística torna-se uma alternativa interessante de geração de renda para a população rural. São oferecidos serviços que proporcionam ao visitante sua inserção em atividades características do campo, como passeios a cavalo, trilhas ecológicas e participação nas atividades agrícolas. Para Araújo (2000), essas atividades caracterizam o turismo rural, segmento que despontou no Brasil em meados da década de 1980, tendo o Município de Lages, Santa Catarina, como pioneiro.

O Estado de Pernambuco passou a oferecer o turismo rural a partir da iniciativa da Fazenda Sambaíba, no Município de Brejão, a 262 km de Recife, capital pernambucana. A proprietária, ao participar de uma experiência na Alemanha, trouxe a idéia para o Estado e, com recursos próprios, construiu e adaptou as instalações da sua fazenda para oferecer hospedagem, alimentação e serviços de lazer. Assim, em 1993 passou a receber turistas na sua propriedade interessados em vivenciar o dia-a-dia do meio rural no agreste pernambucano (AMORIM, 2002). A história de envolvimento da fazenda com o turismo rural é exposta também por Ribeiro (2004, p.41):

A fazenda foi adquirida, no ano de 1979, pela atual proprietária, a Sra. Maria América Regehr, e por seu falecido esposo, o Sr. Jurgen Regehr, e abrange 91 hectares de área. Em abril de 1993, a proprietária da Fazenda Sambaíba iniciou o agroturismo em sua fazenda, como a pioneira no Estado, visto que as atividades agrícolas não geravam renda convidativa à expansão da área plantada além do interesse pessoal pelo desenvolvimento do agroturismo que conheceu em suas estadas na Alemanha.

A experiência do Agreste se expandiu para a Zona da Mata, onde ainda predomina a monocultura da cana-de-açúcar. Na região também se observa alguns engenhos antigos, datados dos séculos XVII e XVIII, que trazem consigo as mais diversas manifestações da cultura popular pernambucana expressa no artesanato, no folclore, na gastronomia, nos usos e nos costumes.

A expansão dessa segmentação do turismo no Estado surge como alternativa complementar a uma cultura tradicionalmente canavieira, devido às crises sociais que este

setor deflagrou na região. A monocultura da cana-de-açúcar, ao longo de sua história de exploração na Zona da Mata, passou por diversos momentos de modernização técnica. Essa introdução de inovações marcou um período de crise para alguns grupos sociais que não conseguiam acompanhar a evolução tecnológica, beneficiando apenas uma parcela da sociedade.

Nesse sentido, é importante compreender em que medida o turismo rural na Zona da Mata pernambucana, a partir dos anos 1990, está promovendo a concretização do desenvolvimento local, ou, pelo menos, se há alguma ação que aponte nessa direção.

Em tempos passados, cenário de riqueza e prosperidade representado pelos engenhos e pelas usinas, a Zona da Mata, demanda pela necessidade de criação de novas atividades que possam integrar o espaço rural, proporcionando benefícios de geração de renda e inclusão social, onde o turismo rural desponta como uma alternativa que pode contribuir para o desenvolvimento local.

Segundo Araújo (2002), a modernização da agricultura se iniciou na década de 1960 e teve como principais conseqüências para o Nordeste o fortalecimento da lavoura canavieira - que foi estimulada pela possibilidade de produzir álcool -, o aumento do êxodo rural e o fortalecimento das antigas oligarquias da região.

O desenvolvimento do capitalismo na zona canavieira de Pernambuco reforça a existência de um sistema contraditório que tem adquirido contornos voltados ao esvaziamento das áreas rurais e ao aumento desordenado da população que vive nas cidades em condições de extrema pobreza (ARAÚJO, 2002).

No final do século XIX vivenciou-se, no período de modernização da agricultura, a introdução das usinas de açúcar, o que reestruturou significativamente o espaço geográfico da região, tendo como principal conseqüência a ampliação da fronteira latifundiária e a instituição de uma política ainda mais concentradora de terras.

A introdução de uma nova lógica produtiva com a usina açucareira reestruturou a economia da Zona da Mata, porém contribuiu para agravar problemas sócio-ambientais, como poluição dos rios, desmatamento, esgotamento dos solos, demolição de muitos engenhos, descaracterização de pequenas cidades da região, aumento da pobreza e do êxodo rural, etc. Esses acontecimentos levaram a uma posterior crise da agroindústria açucareira nos anos 1990, o que acarretou na falência de muitos usineiros, diminuindo as alternativas de inserção produtiva.

Desse período, ficaram apenas os antigos engenhos e os descendentes de donos e de trabalhadores, como perpetuadores das tradições da região. Nesse contexto, surge a proposta

de diversificação da atividade econômica, na qual se inclui o turismo rural como uma atraente alternativa para a revitalização dos engenhos defasados.

Ao longo de sua formação, a Zona da Mata foi, aos poucos, incorporando personagens, técnicas e informações cujas contribuições foram moldando a região, sempre atrelada ao comportamento dos mercados internacionais e regionais, tendo este último sido fortalecido nos últimos dez anos aproximadamente com a introdução do turismo.

Esse novo cenário acompanha o que hoje se denomina de novas ruralidades. Para Del Grossi e Graziano da Silva (2002), as novas tendências e interpretações das reações entre o campo e a cidade têm constituído o que esses autores chamam de “novo rural”, acompanhado de novas práticas socioespaciais que dão um sentido também novo ao meio rural.

A Zona da Mata pernambucana é uma região que se insere nesse contexto do “novo rural”, na medida em que tem passado, nos últimos anos, por um processo de refuncionalização do seu espaço. Novas atividades têm sido incentivadas com a intenção de gerar renda, promover o desenvolvimento e garantir a sobrevivência das populações locais.

É nesse contexto que o turismo rural torna-se uma atividade que promove uma mudança na concepção daqueles que usam o espaço, indo além da produção agrícola, constituindo-se atualmente como um importante esforço de desenvolvimento local. Isso fica demonstrado nas políticas voltadas para a preservação ambiental e para o desenvolvimento do meio rural, que cada vez mais incentivam a implantação do turismo como um mecanismo de promover melhorias através da geração de trabalho e renda e da preservação do patrimônio cultural e natural das localidades (ALMEIDA, 2000).

Para Almeida (2000), as regiões brasileiras marcadas por acontecimentos históricos importantes e que ainda preservam traços dessa história, como é o caso da Zona da Mata, apresentam um diferencial competitivo para o desenvolvimento do turismo rural. Nesse sentido, pode-se afirmar que turismo rural apresenta um forte potencial para ser explorado na região.

O turismo rural na Zona da Mata atingiu, inicialmente, os latifúndios açucareiros no interior dos quais ainda se encontram rugosidades histórico-espaciais que se revalorizam no contexto atual, ou seja, os antigos engenhos de cana-de-açúcar passam a configurar como um produto turístico economicamente viável para os interessados no turismo rural (AMORIM, 2002). Os engenhos e seus periféricos (casa grande, capela, moita, senzala, alambiques, casas-de-farinha, entre outros) passam a ser considerados como um forte atrativo cultural que vem motivando cada vez mais o deslocamento de turistas interessados em desfrutar do turismo rural, no momento em que reconstitui a história de ocupação colonial de Pernambuco.

Mesmo antes do surgimento das primeiras experiências de turismo rural no Estado, Amorim (2002) explica que já em meados dos anos 1970, a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), órgão de turismo vinculado à Secretaria de Turismo do Governo de Pernambuco, tinha a intenção de transformar os engenhos de cana-de-açúcar em atraentes hotéis e pousadas no intuito de interiorizar a atividade turística. Na época foram selecionados cerca de 20 (vinte) engenhos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e apresentados na reunião do Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR).

A proposta era fazer com que o turista tivesse um contato direto com o meio ambiente aliado à visita que o convidaria a conhecer o funcionamento da indústria açucareira. O principal objetivo desse projeto era reativar alguns engenhos e oferecer oportunidades de trabalho aos agricultores desempregados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976).

Porém, a proposta não teve sucesso na época pela falta de recursos e pela pouca adesão dos proprietários dos engenhos. Só no início dos anos 1990, com o aumento de financiamentos e linhas de crédito que apoiavam o desenvolvimento do turismo rural, fazendas de café no Agreste e os engenhos na Zona da Mata começaram a investir com maior força na implantação de equipamentos e estrutura receptiva para este tipo de turismo (AMORIM, 2002).

Foi nesse período que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento de Pernambuco, desenvolveu ações voltadas para promover o desenvolvimento local da região através da atividade turística enquanto recurso de geração de renda e de valorização histórica dos antigos engenhos de cana-de-açúcar.

Para sua implementação, foi selecionado um território piloto, integrado pelos Municípios de Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência. O Programa tem promovido cursos de empreendedorismo, em parceria com o Sistema Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para pequenas iniciativas e pessoas interessadas, nos municípios do território-piloto.

Dentre as ações realizadas pelo Programa no tocante ao turismo rural, está a criação de uma rota turística denominada Rota Engenhos e Maracatus, que contou apenas com a realização de algumas oficinas de planejamento que tiveram a participação de técnicos municipais, professores, alunos do ensino médio e universitário e representantes dos diversos segmentos da sociedade civil. Além dessas oficinas, seria necessário também a melhoria da infra-estrutura turística de alguns municípios, que encontravam-se totalmente despreparados para abrigar uma demanda para o turismo rural.

Um roteiro de divulgação, que serviu como primeira experiência da Rota Engenhos e Maracatus, foi realizado em 2006 ao Engenho Uruaé, no Município de Goiana, e contou com a participação de jornalistas de todo o país, convidados pelo Governo do Estado de Pernambuco. Essa experiência, porém, foi duramente criticada em diversos veículos da mídia nacional por tratar de uma propriedade que fazia apologia à escravidão. É importante ressaltar que o turismo rural, apesar de ser visto como uma atividade interessante na construção do desenvolvimento local, se não for bem planejado pode promover impactos sociais negativos como no caso ocorrido em Goiana, assim descrito por um jornalista:

O mais irritante é a apologia desavergonhada da escravidão --o engenho Uruaé (Goiana), administrado por descendentes dos fundadores, chega a oferecer ao turista a oportunidade de simular o açoite de um escravo no tronco! Já os descendentes de africanos oferecem um espetáculo mais nobre por meio dos grupos de maracatu e de outros ritmos e manifestações regionais, como o contagiante coco, a ciranda e o cavalo-marinho. Tudo somado, a zona da mata norte é uma oportunidade para ver a dicotomia gilbertofreyreana de "Casa Grande & Senzala" e "Sobrados & Mucambos" travestida agora de engenhos e maracatus (MAISONNAVE, 2006, p. 1).

Porém, a idéia de se criar rotas turísticas parece constituir uma prática interessante e se vincula ao contexto histórico-cultural contemporâneo que, fundamentando-se em ações mais flexíveis, evitam a organização de modelos mais rígidos de espaços turísticos que demandariam maiores investimentos, tanto para o empresário local, quanto para o Estado.

Em 2008, a EMPETUR e o Governo do Estado de Pernambuco divulgaram o Projeto Pernambuco Conhece Pernambuco, que tem como objetivo interiorizar a atividade turística, desafogando as regiões litorâneas e diversificando a economia dos municípios pernambucanos. O Projeto ainda encontra-se na sua fase inicial, mas já tem executado algumas de suas rotas turísticas, sobretudo a Rota Luiz Gonzaga, que tem o turismo rural como um de seus principais segmentos a serem explorados (EMPETUR, 2009).

Todavia, percebe-se que muitos municípios pernambucanos ainda encontram-se pouco preparados para dar conta de um fluxo turístico de massa, uma vez que sofrem pela falta de profissionais capacitados para atuar nos engenhos como agentes de turismo rural.

Outro órgão estadual que executa ações no plano do desenvolvimento do turismo rural é o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Recentemente, foi criada uma Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Agricultura Familiar e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial em parceria com o Ministério do Turismo (MTUR) e Ministério do Meio

Ambiente (MMA). Em Pernambuco, o IPA é o órgão responsável pelo fomento dessa política, que tem como principal objetivo:

Promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implanatação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrando aos arranjos produtivos locais, agregado renda e gerando postos de trabalho no meio rural, e com a melhoria das condições de vida (MDA, 2004).

Porém, em estudo realizado por Rameh (2009), ficou demonstrado que o desencadeamento dessa Rede em Pernambuco ainda possui muitas dificuldades. A principal delas diz respeito à falta de preparo dos técnicos-extensionistas com relação ao turismo rural. Por não compreenderem bem a atividade, a tendência é que a multiplicação dos conhecimentos aos agricultores familiares seja incipiente.

Atualmente, a Política Nacional de Turismo (PNT), do MTUR, têm reforçado um discurso que incentiva a interiorização da atividade turística, que vinha se concentrando notadamente ao longo do litoral, configurando um modelo massivo e saturado de sol-e-mar. Nesse intuito, as instituições responsáveis pela expansão do turismo em Pernambuco, movidas pelas novas intencionalidades do capitalismo contemporâneo, viram a possibilidade de transformar os engenhos em verdadeiros complexos de lazer e entretenimento, economicamente lucrativos.

Com relação às políticas públicas existentes no Estado de Pernambuco para o desenvolvimento do turismo rural, pode-se dizer que houve um avanço, mas ainda falta ao poder público se voltar prioritariamente para as populações mais pobres, formadas por agricultores familiares, canavieiros e profissionais autônomos. Essa demanda ainda continua sendo pouco privilegiada e inserida no turismo rural como mão-de-obra barata. E com a falta de qualificação acabam não permanecendo por muito tempo na atividade ou são rebaixados para funções menores em troca de pequenos salários.

Essa forma de promover do turismo rural parece não caminhar na direção do desenvolvimento local, uma vez que o mesmo se caracteriza como um processo endógeno que deve promover mudanças positivas na vida das populações locais, através da participação e do empoderamento desses atores sociais (BUARQUE, 2002). O primeiro passo para mudar essa situação é reconhecer a Zona da Mata como uma região heterogênea, uma vez que existe uma forte diferenciação dos elementos físicos e humanos que compõem o cenário sócio-ambiental da região, somando-se aos níveis desiguais de ocupação e uso da terra. As regiões sul e norte na Zona da Mata são exemplos dessa heterogeneidade. A Zona da Mata Sul desenvolveu-se com maior riqueza e ostentação como comprovam as dimensões e arquiteturas dos engenhos,

enquanto que os engenhos da Zona da Mata Norte não ostentam as mesmas características, ainda que isso não invalide seu valor histórico (VIEGAS, 2005).

A Zona da Mata começou a vivenciar esta fase de expansão do turismo rural de maneira espontânea, com ausência de planejamento necessário. A partir do momento em que o turismo rural é percebido como alternativa econômica, a atividade é incorporada aos interesses dos investimentos públicos e privados, dos donos de engenhos e demais empresários da cadeia produtiva do turismo na região.

É importante compreender o turismo rural enquanto uma atividade complementar à base produtiva tradicional da Zona da Mata, ou seja, não se deve eliminar as atividades econômicas historicamente predominantes na região e que podem configurar-se como um diferencial na exploração do turismo rural em Pernambuco.

Segundo Almeida (2000) o turismo rural não pode, por si só, ser tomado como a solução, a panacéia, para as questões do desenvolvimento rural, às quais, pela sua complexidade e diversidade, muito dificilmente responderão de forma eficaz as práticas de intervenção e gestões unissetoriais. O turismo exige, antes, abordagens multicentradas que completem a integração, a articulação e a coordenação de medidas e ações em domínios variados e complementares, de forma a dinamizar, promover e valorizar os recursos próprios de cada região em concreto.

Entende-se que faltam iniciativas para o desenvolvimento dessa atividade a nível local, que tenha como *locus* os pequenos produtores, maiores prejudicados com o impacto tecnológico no meio rural. Além disso, Santo (2006, p. 83) reforça a importância de se pensar em políticas públicas efetivas para o desenvolvimento da atividade turística com base local, pois, do contrário,

Fica comprometida a possibilidade de desenvolvimento local impulsionada pelo turismo, já que esse exige mobilização, justificada pela necessidade de internalização dos processos de mudança, e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto que atenda as necessidades da coletividade.

O turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco é uma realidade. Apesar das desigualdades que reproduz de um sistema patriarcal que vem da cana-de-açúcar, é inegável o potencial turístico da região, que já possui uma demanda que movimenta e dinamiza a economia local. Porém, o que se espera do turismo rural enquanto vetor de desenvolvimento local vai muito além do crescimento econômico de alguns segmentos sociais, sobretudo dos grandes empresários, donos dos engenhos transformados em hotéis-fazenda.

Essa atividade deve assumir um papel fundamental na Zona da Mata, funcionando como um instrumento que favoreça a mitigação de suas principais dificuldades, tais como a degradação ambiental, o desemprego, o êxodo rural, a desvalorização das atividades rurais, entre outras. Para que isso ocorra, é necessário que se estabeleça uma parceria horizontal entre o poder público, a iniciativa privada e os trabalhadores rurais, que aí se inclui agricultores, canavieiros, maracatuzeiros e outros.

Os antigos engenhos de cana-de-açúcar da Zona da Mata, ao investir em grandes estruturas de lazer, diminuem a possibilidade de participação desses trabalhadores rurais, deixando escapar a oportunidade de agregar valor ao seu atrativo com a presença daqueles que são personagens fundamentais no desenvolvimento da região.

Desenvolver o turismo rural como uma monocultura, é persistir em um sistema centralizador historicamente construído e existente até hoje. O turismo rural deve gerar qualidade de vida para as populações locais, valorizar sua cultura e contribuir para a preservação ambiental. Os principais agentes dessa mudança são os trabalhadores rurais, pois ninguém mais do que eles perpetuam a cultura local de forma atraente ao turismo.

2.1. Desenhando o cenário da pesquisa

A definição do território de Vitória de Santo Antão é o ponto de partida para a contextualização do Engenho Itamatamirim, que fica localizado neste Município, a 32 km de Recife. O Município de Vitória de Santo Antão está inserido na mesorregião da Zona da Mata pernambucana, situado a 50 km da capital Recife, com uma área de 344,2 km² e uma população de 140.000 habitantes (PROMATA, 2005). Trata-se de um Município tradicionalmente canavieiro, que possui sua economia atualmente vinculada à produção de álcool agroindustrial.

Figura 01 – Localização do Município de Vitória de Santo Antão.



Fonte: PROMATA, 2009.

Vitória, como é denominada pela população local, possui forte potencial para o turismo. Suas igrejas, engenhos, praças, manifestações culturais e monumentos se destacam como atrativos turísticos do Município. Como principais exemplos, tem-se o Sobradinho Mourisco (Figura 03), localizado na Rua Imperial, remanescente do Século XVIII, o Instituto Histórico e Geográfico, datado de 1851, que hospedou Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina, no ano de 1859, dando origem ao nome da atual Rua Imperial, onde fica localizado, sendo composto por um museu e uma biblioteca municipal abertos diariamente ao público. Também destacamos o Sítio Histórico Monte das Tabocas (Figura 04), uma área tombada, de aproximadamente 11 hectares, situada no ponto mais alto da Serra do Camocim, localizado a 54 Km do Recife. Em 03 de agosto 1645, o local foi palco de celebre batalha entre os luso-brasileiros e os holandeses.

Figura 02 – Sobradinho Mourisco em Vitória.



Fonte: o autor, 2009.

Figura 03 – Sítio Histórico Monte das Tabocas em Vitória.



Fonte: PROMATA, 2009.

Um outro atrativo encontrado é o Mercado de Farinha, uma construção do ano de 1913, que hoje é utilizado como centro de compras popular, tendo seu uso original descaracterizado, porém a arquitetura preservada (ARAGÃO, s/d). Este edifício possui características idênticas ao do Açougue Municipal. Este por sua vez teve sua inauguração em 1856, tendo sua arquitetura caracterizada por arcos em seu interior (ARAGÃO, s/d).

Figura 04 – Mercado de Farinha (ao fundo) e a feira-livre em Vitória de Santo Antão.



Fonte: o autor, 2010.

Em outro ponto da cidade, avista-se o monumento do Leão Coroado, simbolizando a reação à ordem de prisão que sofreu o Capitão da Artilharia José de Barros Lima pelo brigadeiro português Barbosa de Castro. O Capitão José de Barros matou o brigadeiro com a sua espada, no quartel do Regimento, no dia 6 de março de 1817, motivando, com esse gesto ousado, o início da revolução republicana deflagrada em Pernambuco naquela data, recebendo ele a alcunha de “Leão Coroado” (ARAGÃO, s/d).

Figura 05 – Monumento do Leão Coroado em Vitória de Santo Antão.



Fonte: o autor, 2009.

Ao comemorar, em 1917, o centenário desse memorável episódio da história pernambucana, o governo municipal, então exercido pelo Prefeito Capitão Eurico Valois denominou Praça Leão Coroado o antigo Largo da estação ferroviária com um monumento de um atleta, coroado com louros, subjugando possante leão, em homenagem ao bravo patriota de 1817, trabalho executado pelo escultor Bibiano Silva (ARAGÃO, s/d).

Um outro atativo importante da cidade fica localizado na praça Dom Luiz de Brito. Trata-se de uma pirâmide, monumento centenário em homenagem a Jesus Cristo, construída pela comunidade católica e que a cada século é aberta para ser colocada algumas mensagens, jornais, revistas, escritos e objetos da época pelas famílias pertencentes a comunidade (ARAGÃO, s/d).

Figura 06 – Pirâmide na praça Dom Luiz de Brito, em Vitória.



Fonte: o autor, 2009.

2.1.1. A experiência do Engenho Itamatamirim

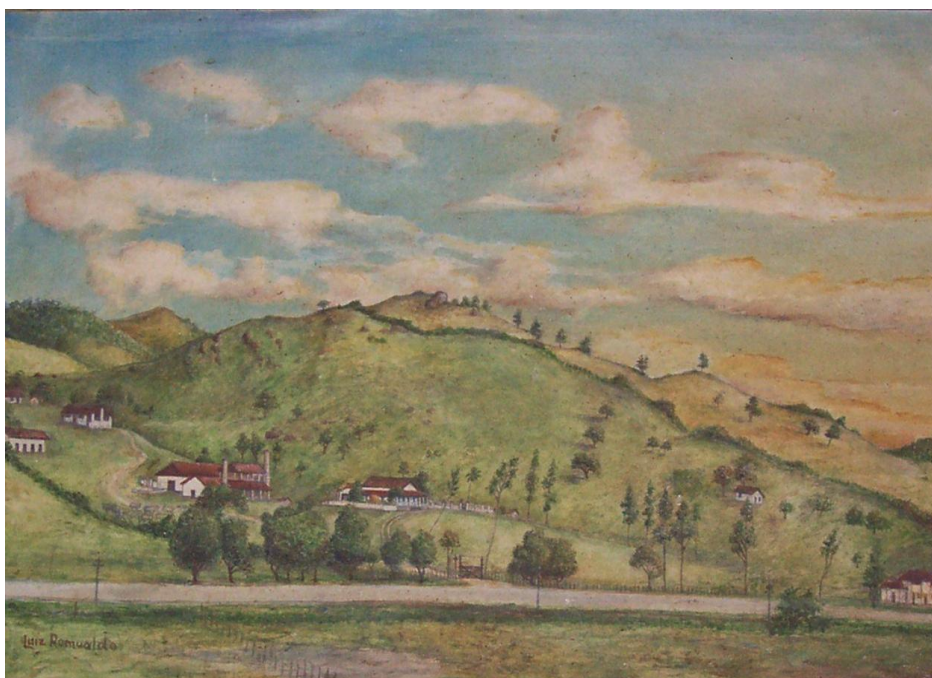
O Engenho Itamatamirim foi escolhido como local a ser desenvolvida esta pesquisa por configurar-se como uma experiência que vem chamando a atenção ao explorar o turismo rural aliado às atividades primárias ainda presentes na propriedade. Possuindo no seu quadro de trabalhadores pessoas oriundas da agricultura canavieira, que hoje, se encontram numa condição polivalente, trabalhando com o turismo rural, mas sem abandonar a atividade primária, como descreveremos mais detalhadamente no Capítulo III, analisando o processo de hibridização a que está submetida a população do Engenho Itamatamirim.

A história do Engenho começou em 1945, quando Constâncio Maranhão, um criador de gado oriundo do Município de Águas Belas, veio até a região de Vitória de Santo Antão na intenção de adquirir uma propriedade mais próxima da capital pernambucana e onde pudesse

explorar a monocultura canavieira. Filho de indígenas, batizou a propriedade de Itamatamirim, que em tupi guarani significa “pedra da mata pequena”. O local recebeu esse nome por possuir alguns paredões de pedra rodeados pela grande área de mata atlântica. Além disso, o Engenho possui dois grandes açudes, o que reforça as potencialidades naturais existentes no local.

Na época em que foi adquirida, a propriedade já possuía uma casa grande, posteriormente ampliada, bem como o local onde era produzido o álcool de forma artesanal. A atual BR 232, naquele período ainda era formada por uma estrada de barro que ligava Vitória de Santo Antão a Recife.

Figura 07 – Pintura de Neuza Baptista, que retrata o Engenho Itamatamirim no ano de 1945.



Fonte: fotografada pelo autor, 2009.

Para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, Constância Maranhão contratou alguns trabalhadores que residiam nas redondezas. Logo em seguida, doou alguns lotes de terra do Engenho Itamatamirim para que esses trabalhadores pudessem construir suas casas ali, no local onde trabalhavam. Alguns trabalhadores daquela época ainda encontram-se morando no Engenho junto com suas famílias. Porém, a maioria veio a falecer e atualmente seus descendentes permanecem morando dentro do engenho.

Em 1976, com a morte de Constâncio Maranhão, o Engenho foi herdado por seu filho mais velho, Ney Maranhão, que veio se tornar Senador da República anos mais tarde. Nesse período, com o crescimento intenso das usinas na região, Ney Maranhão decidiu parar a exploração da cana-de-açúcar e se dedicar à pecuária e à piscicultura, já que o Engenho possuía dois açudes.

Nesse momento, aqueles trabalhadores rurais que cortavam cana para o Engenho, passaram a trabalhar na criação e abatimento de gado, assim como na criação e comercialização de peixes de água doce. O Engenho Itamatimir comporta atualmente cerca de 10 famílias de trabalhadores rurais, alguns deles ex-canavieiros. A maioria é polivalente, ou seja, desenvolve atividades distintas dentro do Engenho, em torno da pecuária e do turismo rural.

Com a pavimentação da BR 232, o Engenho arrendou uma área na entrada da propriedade para a construção de um restaurante de comidas regionais e de frutos do mar. O fluxo desse restaurante aumentava cada vez mais e, nos anos de 1980, o proprietário do Engenho Itamatimir utilizou um dos açudes para construir um pesque-e-pague para aquelas pessoas que paravam no restaurante. O turismo rural, nesse momento, começou a ser visualizado pelos proprietários do Engenho com a construção do pesque-e-pague, como relata o atual proprietário⁶:

A gente percebeu essa coisa do pesque-e-pague como um bom negócio pra gente. Era uma coisa, na época, uma coisa ainda nova na região aqui. Isso tava trazendo muitos viajantes e famílias das cidades aqui perto pra pescar e aproveitar para comer um peixe frito no Restaurante aqui da BR.

Daí por diante, o proprietário passou a observar algumas experiências de turismo rural no Agreste e na Zona da Mata, com a transformação de antigos engenhos de cana-de-açúcar em equipamentos turísticos:

Eu mesmo visitei uns engenhos lá pro lado de Garanhuns, Pesqueira, Vicência e achei que a gente podia fazer uma coisa dessas aqui também. Achei muito bonito toda aquela história dos nossos engenhos contadas e misturadas com o lazer né. O camarada vem pra um engenho desse, ouve uma história, toma um café daqueles bem tradicionais e descansa numa rede, toma um banho de bica, de açude. É fantástico!

⁶ Ney de Albuquerque Maranhão, em entrevista ao pesquisador em novembro de 2009.

A mudança que se deu na propriedade, porém, se deu em maior medida à fatores econômicos, como explica:

Olha, a cana-de-açúcar não tava num momento bom não sabe? Ai o que eu fiz? Trouxe umas cabeças de gado pra cá e comecei a mexer com outras coisas, que pra falar a verdade deu mais dinheiro do que antes. Hoje eu tenho aqui criação de gado nelore, de búfalo, da tilápia e de outras coisas. E tem também o turismo rural que hoje aqui é nosso carro chefe, apesar da gente ainda ta engatinhando, mas eu tenho muitas expectativas com isso.

Mesmo entusiasmado com o turismo rural, o proprietário afirma que até hoje vivencia muitas dificuldades para desenvolver essa atividade:

Na época a gente sofria muito com a questão na BR. Depois duplicou e ficou uma beleza. Ai teve uma crise que a gente passou aqui na propriedade com os bois, que caíram tudo doente por conta de uma assolação que teve. E hoje em dia melhorou muito, mas a gente ainda encontra muitas dificuldades pra manter o turismo rural e a pecuária aqui dentro. Hoje você vê, eu trabalho com gente com pouco estudo, que só tiveram unas capacitações fraquinhas que o PROMATA deu aqui. Mas o pessoal ainda é desqualificado e desinteressado. Ai eu trouxe um pessoal jovem, que tem segundo grau, pra ajudar aqui.

O entrevistado, nesse sentido, atribui a sua maior dificuldade ao fato de seus trabalhadores não possuírem qualificação adequada para trabalhar com o turismo rural, forçando, segundo ele, a contratar pessoas de fora do Engenho. Quando perguntado o porquê não investe ele mesmo em capacitações voltadas para esses trabalhadores, responde:

Acho que não é obrigação minha não. A EMPETUR teve ai, o PROMATA teve ai, a Prefeitura teve ai. Todo mundo querendo aproveitar o Engenho como atrativo turístico, porque, hoje, eu acredito, que nós somos o melhor atrativo de Vitória. O poder público é que tem que investir nessas coisas de formação, né? Eu abriguei toda essa mão-de-obra e eles hoje ganham um dinheiro a mais e não reclamam. Eu digo que falta capacitação porque eu sei que o turismo rural não é só o turista chegar e pronto. Tem que ser bem atendido. O serviço tem que ser de primeira. Mas mesmo assim, Neyzinho ainda chama um ou outro estudante pra conversar com eles, ensinar unas coisas sobre atendimento.

Essa fala demonstra que o proprietário parece não estar interessado em investir na qualificação de seus trabalhadores, por acreditar que não é a sua responsabilidade. Reflexo talvez de um regime historicamente paternalista, que acaba acomodando tanto o proprietário como o próprio trabalhador, que se contenta apenas em estar trabalhando, sem almejar melhores condições profissionais e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida. Isso dificulta a construção do desenvolvimento local na região, uma vez que, a participação, a

educação e a formação profissional, fundamentais para o empoderamento das populações locais (FRANCO, 2000), não está sendo promovida.

Entretanto, observa-se que para o proprietário do Engenho Itamatamirim a visão de desenvolvimento local ainda caminha distante de uma proposta efetiva que proporcione benefícios em diversos domínios da vida dos trabalhadores rurais. A relação que se estabelece entre o proprietário do Engenho e os trabalhadores rurais se caracteriza como paternalista, típico da região, que remete a idéia de que se esses trabalhadores tem uma casa para morar, um trabalho, comida na mesa e quem “olhe” por eles nos momentos difíceis, significa que eles não precisam de mais nada, como podemos observar na fala:

Eu empreguei muita gente carente que mora aqui no próprio Engenho, que trabalha aqui desde o início, cortando cana ou mexendo com gado. Dei trabalho também a muita gente de fora. E de tudo que eles precisam eu ajudo. Se estiver doente, o pessoal aqui põe no carro e leva pro hospital. Se está precisando de alguma coisa, a gente dá assistência. Eu não deixo ninguém na mão. Pode perguntar aqui o quanto eles gostam daqui. É melhor do que está vivendo ai fora, nessa violência e sem ter ninguém que olhe por eles.

Analisando a fala anterior, é importante ressaltar que o desenvolvimento local não está relacionado apenas ao acesso ao trabalho e à renda, mas compreende também o acesso ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, promovendo participação nas tomadas de decisão, nas estâncias políticas e administrativas das suas comunidades (FRANCO, 2000).

Ao ser questionado sobre o processo de transição dos antigos canavieiros em trabalhadores do turismo rural e no que isso implicou na vida dessa população, o proprietário desconsidera a cultura e a identidade desses indivíduos:

Acho que foi a melhor coisa que aconteceu na vida deles. Digo, no trabalho. Por quê? Porque antigamente esse povo cortava cana e você quer comparar um camarada que trabalhava naquele ritmo pesado, cortando cana e hoje está trabalhando com turismo rural, que é a atividade do momento, é a indústria sem chaminés. Está todo mundo falando na mídia. Sem falar que o que eles fazem aqui são trabalhos mais leves do que eles faziam antigamente. Acho que só o que falta a eles é mais instrução, sabe? Mais capacitações. Eu queria que a Prefeitura pelo menos mandasse um pessoal aqui pra dar uns cursos, porque a gente faz o que pode, mas a gente precisa do poder público.

Com relação à jornada de trabalho dos ex-canavieiros, que é intensa, uma vez que foram levados a combinar o trabalho na pecuária com o turismo rural, a condição de trabalhador polivalente parece ser exigida e assumida pelo proprietário. Sabe-se que a questão

da polivalência pode figurar-se como uma situação de exploração do trabalhador, como tem ocorrido em algumas experiências de turismo rural pelo Brasil e, sobretudo em Pernambuco, pela herança paternalista e autoritária dos períodos de colonização e de exploração da cana-de-açúcar nos grandes engenhos da Zona da Mata. O trabalhador polivalente, segundo Balsamo (2001), é aquele que é impelido a executar várias atividades produtivas dentro de um mesmo espaço de trabalho, instituição ou empresa. Essa condição é evidenciada na fala do proprietário do Engenho Itamatamirim, quando afirma:

Olhe, o cara que não souber assobiar e chupar cana ao mesmo tempo ta perdido. Tem muita gente sem emprego. E aqui, pelo menos, eles trabalham praticamente dentro de casa. Não tem que sair não. E eles aqui estão acostumados a trabalhar com tudo aqui no Engenho. Eles são trabalhadores do Engenho e não de uma atividade ou de outra. Eu tenho confiança neles, porque alguns estão aqui há muito tempo, desde a época do meu pai. E hoje, são pessoas minhas de confiança, que comem na mesa comigo. Essa questão do cara ser polivalente é natural, é a necessidade do trabalho. Ninguém aqui está insatisfeito.

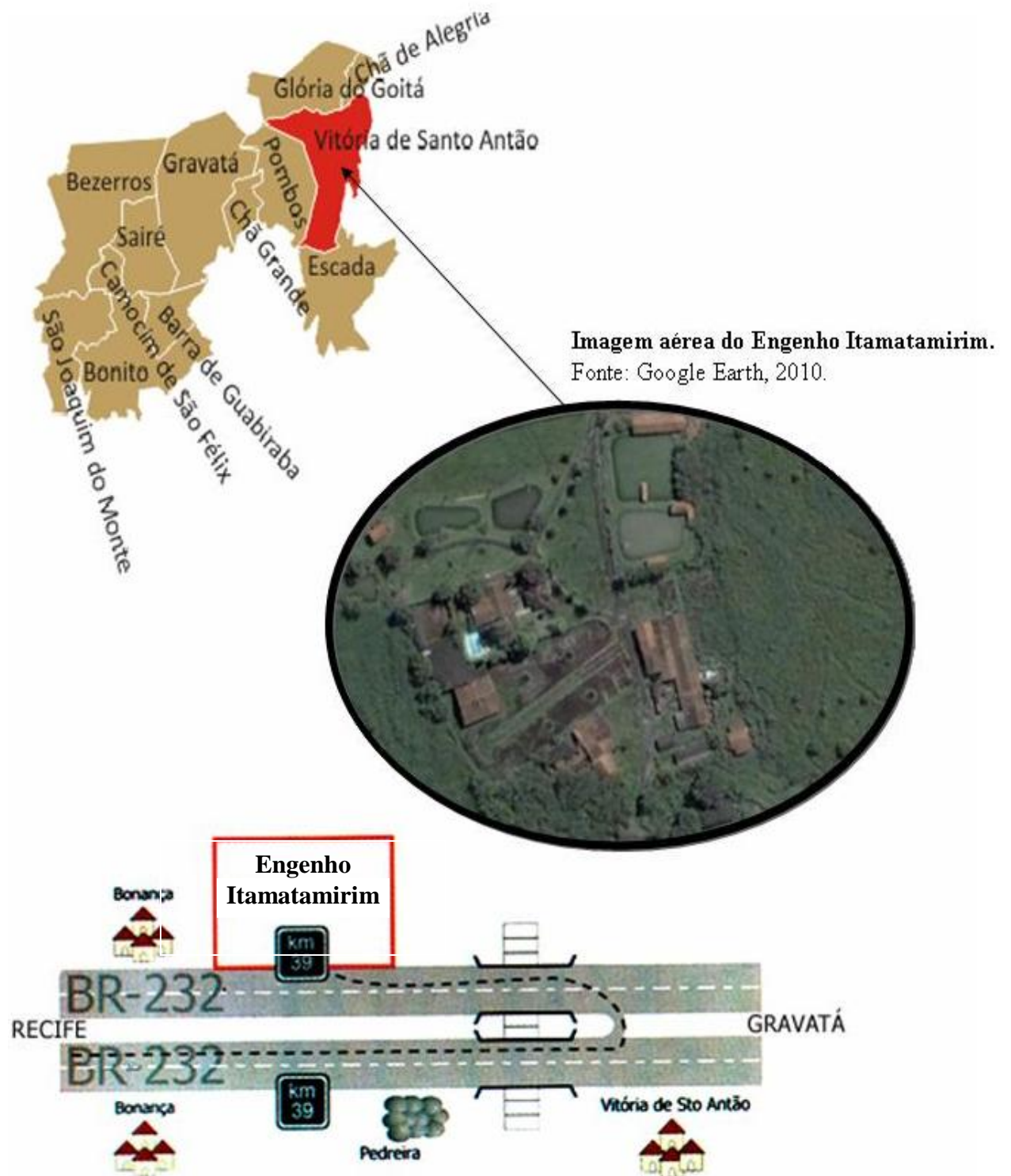
O Engenho Itamatamirim, sem dúvida, demonstra ser uma experiência interessante de turismo rural na região, atraindo cada vez mais turistas e o interesse do poder público em inserir a propriedade nos roteiros turísticos. Porém, como observamos nas falas do seu proprietário, ainda é preciso uma mudança no modo de encarar o desenvolvimento do turismo rural e de encarar, sobretudo, a cultura dos trabalhadores rurais, em especial os ex-canavieiros, nas propostas voltadas ao equipamento turístico. O turismo rural não pode ser visto como a panacéia para o campo, como colocam Fontana e Dencker (2006), mas sim, como uma atividade que quando bem planejada e discutida com a população local, pode gerar muitos benefícios econômicos e também sociais.

2.1.2. O Engenho Itamatamirim no contexto do turismo

Apesar de possuir forte vinculação agrícola e um território rural bastante significativo, o turismo rural em Vitória de Santo Antão ainda não se firmou. Porém, pioneiro na região, o Engenho Itamatamirim vem se destacando ao longo dos anos como um empreendimento que une o cotidiano rural ao lazer.

O Engenho Itamatamirim está localizado no Município de Vitória de Santo Antão, às margens da BR 232, no Km 39, sentido Recife. Possui uma área de 120 ha, limitando-se ao norte com a Fazenda Águas Cumpridas, ao sul com o Engenho Pinto e o Engenho Jussaral e a leste com o distrito de Bonança, pertencente ao Município de Moreno.

Figura 08 - Localização do Engenho Itamatamirim.



Fonte: elaborado pelo autor, 2010.

Figura 09 – Entrada principal do Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Figura 10 - Casa-grande do Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

No interior da propriedade, encontra-se uma pedreira desativada, cuja finalidade de sua implantação foi atender a demanda de concreto e asfalto gerada pela duplicação da BR 232, no trecho Recife – São Caetano, com cerca de 150 Km. Essa obra foi iniciada em 1989 e finalizada em 2004, pelo consórcio formado pelas construtoras Queiroz Galvão e Odebrecht, constituiu-se uma obra de grande importância para a infra-estrutura da região, por tratar-se da principal via coletora de todas as outras rodovias que compõe a malha estadual.

Figura 11 – Paredão da pedreira desativada no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Com a duplicação da BR 232, o filho de Ney Maranhão, Ney Maranhão Filho, conhecido como Neyzinho, identificou uma oportunidade de potencializar ainda mais a economia do Engenho Itamatamirim. Em 2004, ele ampliou a infra-estrutura do pesque-e-pague e construiu um restaurante dentro do engenho, que serve comidas típicas da região, além de pratos feitos com os peixes cultivados dentro da propriedade.

Figura 12 – Pesque-e-pague do Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2006.

Figura 13 - Entrada do pesque-e-pague no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

Foi nesse período que surgiu a intenção de investir no turismo rural como uma alternativa complementar à pecuária, que era a atividade principal do engenho. Em 2004, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA criou a Rota Engenho e Maracatus e o Município de Vitória de Santo Antão passou a fazer parte dessa rota, tendo o Engenho Itamatamirim como um de seus principais atrativos turísticos.

Nesse período várias capacitações foram feitas com os trabalhadores rurais do Engenho. Eram cursos ligados ao empreendedorismo, turismo rural, atendimento ao cliente, camareira, hotelaria, entre outros. Uma das intenções do PROMATA era que o engenho utilizasse a mão-de-obra local para trabalhar também com o turismo rural, a fim de gerar emprego e aumentar a renda daquelas famílias.

Desse período em diante, os trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim têm atuado em duas atividades distintas. A primeira ligada à pecuária e a segunda ligada ao turismo rural, onde passaram a ocupar funções como garçom, cozinheiro, guia, segurança, instrutor, motorista e outros. Aqueles trabalhadores rurais, que chegaram a cortar cana no engenho também foram apropriados pelo turismo rural como alternativa complementar à sua renda principal.

O turismo rural no Engenho ocorre nos finais de semana e feriados, quando os trabalhadores rurais não estão envolvidos com a pecuária. Portanto, a situação laboral desses trabalhadores os caracteriza como polivalentes, pois desenvolvem diferentes funções ligadas à pecuária e ao turismo. É nesse sentido que se quis analisar as reconversões culturais dos ex-canavieiros que hoje atuam como trabalhadores polivalentes – trabalho na pecuária e no turismo rural -, identificando até que ponto essa mudança de vida tem contribuído para a construção do desenvolvimento local naquele espaço.

Com a passar dos anos, a infra-estrutura do Engenho Itamatamirim, para atender a demanda do turismo rural, se aprimorou ainda mais. Atualmente, o pesque-e-pague possui dois tanques voltados para essa atividade de lazer e o restaurante foi ampliado em função do crescente número de turistas que começavam a visitar o engenho.

Figura 14 – Pesque-e-pague reformado do Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Novos serviços passaram a ser oferecidos como passeios à cavalo, espaço de lazer exclusivo para crianças, visita ao casarão antigo, pequenas trilhas de educação ambiental, além de oferecerem aos turistas a possibilidade de tirar leite direto das vacas.

Em virtude da área natural existente na propriedade e ainda pouco explorada, passou-se a investir com grande entusiasmo na prática de esportes de aventura. Hoje, a propriedade dispõe de uma trilha ecológica que percorre boa parte da área do engenho, sendo metade dessa trilha constituída por mata aberta e a outra metade por mata fechada, onde é possível observar remanescentes de mata atlântica, flores tropicais, além de uma diversidade biológica de grande interesse. A trilha possui 01 (uma) hora de caminhada e termina com a chegada a uma bela cachoeira de 20 metros de altura, onde os turistas podem se refrescar.

Figura 15 – Prática do rapel no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Além da trilha, como prática de aventura, o engenho também oferece o Rapel e a Tirolesa, atividades que misturam aventura com a contemplação do espaço natural do Engenho Itamatamirim. A descida do Rapel é feita no paredão de 30 metros que foi utilizado na extração de minério para a duplicação da BR 232. Já a Tirolesa é feita em um dos açudes, onde o turista desce diretamente dentro da água.

Essas atividades, aliadas ao turismo rural, agregaram ainda mais valor ao Engenho Itamatamirim, que cada vez mais observava o aumento de sua demanda turística. Por essa razão, construiu em 2006 dois chalés para hospedar visitantes que quisessem passar mais de um dia no engenho. Um desses chalés fica às margens de um açude e tem capacidade para 10 pessoas. O outro, menor, acomoda até 04 pessoas.

Em 2007 foi criado um site na *internet*, www.itamatamirimpark.com.br, no intuito de ampliar a divulgação do engenho. No site o turista tem a possibilidade de conhecer os serviços oferecidos, horários de funcionamento, acesso, e ainda pode conferir imagens da propriedade. Segundo os proprietários do Engenho Itamatamirim, após a construção deste site, a demanda pelo turismo rural aumentou consideravelmente na propriedade. Atualmente, é possível afirmar que o engenho é uma dos principais destinos do turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco.

Figura 16 – Chalé que fica às margens do açude no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Recentemente, em agosto de 2009, foi criada pelo proprietário do Engenho Itamatamirim, em parceria com a Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte de Vitória de Santo Antão um roteiro turístico chamado de Rota Rural. Nesse roteiro, além do Engenho Itamatamirim, o turista tem a possibilidade de conhecer outros engenhos da região, o acervo histórico de Vitória de Santo Antão e apreciar comidas típicas da região. Nesse roteiro não há a participação dos trabalhadores rurais da propriedade, pois toda a iniciativa vem do poder público em parceria com empresas privadas que forneceram a mão de obra para atuar na Rota Rural.

No Capítulo III, caracterizaremos a população da pesquisa e o processo de hibridização cultural pelo qual vem passando esses ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim, inseridos numa nova lógica econômico-produtiva ligada ao setor de serviços.

CAPÍTULO 3

O TURISMO RURAL POR QUEM FAZ: A POPULAÇÃO EM ESTUDO E O SEU COTIDIANO

Para registrar o cotidiano da vida e do trabalho da população em estudo, foi de fundamental importância das observações empreendidas a partir das visitas ao Engenho Itamatamirim durante todo o período da pesquisa. A intenção era observar como é o dia-a-dia do Engenho, dos trabalhadores, das famílias e das atividades que são desenvolvidas no local, no intuito de caracterizar o processo de hibridização e as reconversões culturais dos trabalhadores, ex-canavieiros, que podem ser vistas no ambiente do trabalho.

Essa observação, no geral, se deu em duas etapas. A primeira caracterizou-se como o contato inicial do pesquisador com os moradores e proprietários do Engenho. Nessa etapa, a intenção era vivenciar o cotidiano do trabalho na pecuária e na piscicultura, que se dá para os trabalhadores nos dias considerados úteis da semana, geralmente de segunda-feira a sexta-feira. Na segunda etapa, observamos o trabalho com o turismo rural, que acontece geralmente nos finais de semana, quando a população em estudo não está envolvida com as atividades primárias do Engenho e quando fluxo de visitantes na região é maior, em função do período.

A convivência do pesquisador no Engenho Itamatamirim durante o tempo de realização do trabalho possibilitou estudar o desenvolvimento da vida daqueles trabalhadores rurais polivalentes. O trabalhador polivalente é aquele que é levado a executar um número cada vez maior de funções dentro do processo produtivo (BALSAMO, 2001).

3.1. Quem são eles?

No Engenho Itamatamirim existem, atualmente, 23 trabalhadores, entre contratados com carteira assinada e pessoas que trabalham como prestadoras de serviço. Desse quantitativo de trabalhadores, 16 residem dentro da propriedade, entre homens e mulheres, jovens e adultos. A maioria das famílias já reside dentro do Engenho desde a época em que foi adquirido, em meados de 1950. Quando Constâncio Maranhão chegou ao local, algumas casas já existiam ali e o então proprietário permitiu que aquelas famílias continuassem a viver naquele espaço, tornando-se logo em seguida trabalhadores do Engenho de cana-de-açúcar que viria a ser construído.

Residem, hoje, principalmente as famílias dos trabalhadores que atuavam como canavieiros naquela propriedade. Os demais moradores são, de uma forma geral, parentes que migraram das cidades vizinhas para trabalhar no Engenho Itamatamirim e, por isso, passaram também a residir dentro da propriedade.

Figura 17 – Trabalhador rural no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

A maioria dos trabalhadores rurais que ali residem configuram-se como polivalentes, atuando em atividades ligadas à pecuária e ao turismo rural. Na expressão “polivalência” reconhece-se um significado que de modo mais ou menos empírico, é comum a todos: trabalhador polivalente é o capaz de realizar uma multiplicidade de tarefas (XAVIER, 1997).

Dentre esses trabalhadores polivalentes, existem aqueles que já trabalharam como canavieiros, cortando cana-de-açúcar para o próprio Engenho Itamatamirim. São esses trabalhadores que interessam a esta pesquisa, por estarem inseridos numa nova lógica produtiva diferente da que vivenciaram na agricultura canavieira.

Esses trabalhadores são levados a reverter os códigos de sua cultura tradicional para participar do turismo rural e para dar conta de um contexto laboral que exige do mesmo uma condição de trabalho polivalente. Esse tipo de reconversão se caracteriza, portanto, como intencional e ocorre em função da necessidade que esses indivíduos têm para participar da modernidade como uma forma de garantir sua existência (CANCLINI, 1996).

Todos os entrevistados são adultos, casados e possuem filhos, encontrando-se numa faixa etária entre 30 anos de idade e 53 anos de idade. Vitória de Santo Antão é a cidade de origem de 03 entrevistados, sendo os outros 02, oriundos das cidades de Moreno e de Glória do Goitá, respectivamente. Porém, estes afirmam que passaram a maior parte da vida no Engenho Itamatamirim, em Vitória de Santo Antão. O nível de escolaridade desses trabalhadores é baixo, onde apenas 02 concluíram o nível fundamental.

Todos os trabalhadores residem em casas de alvenaria, doadas pelo proprietário do Engenho. Esse fato demonstra que o sistema patriarcalista, característico da agricultura canavieira, ainda predomina no Engenho Itamatamirim, embora o empreendimento já não explore mais o cultivo da cana-de-açúcar. Cada uma das casas é habitada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai, mãe, filhos solteiros, filhos casados e, excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou a mãe dos cônjuges. São esses indivíduos que compõem o grupo doméstico, que segundo Fortes (1958, apud HEREDIA, 1979, p. 37) “é a unidade de residência e é dentro dele que tem lugar a reprodução social de seus membros”.

Figura 18 – Residências das famílias no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

Eles apenas pagam energia elétrica, pois o sistema de abastecimento de água é através de poço artesiano, uma vez que apenas na casa grande, onde moram os proprietários, existe água encanada. As casas são simples, rústicas e com poucos cômodos, construídas

enfileiradas uma ao lado da outra. Apesar de estarem localizadas próximas ao pesque-e-pague, dificilmente o turista tem um contato direto com essas famílias, apenas com os trabalhadores.

3.2. O que fazem?

Os entrevistados encontram-se trabalhando no Engenho Itamatamirim há pelo menos 20 anos. No turismo rural todos desenvolvem a atividade há pouco mais de 05 anos, período em que o referido Engenho começou a investir em propaganda e, com isso, o fluxo de turistas passou a aumentar.

Como foi esclarecido no Processo de Investigação, essa população se reconhece como trabalhador rural, pois assim são apresentados na carteira profissional. Porém, hoje, esses trabalhadores não desenvolvem apenas atividades produtivas agropecuárias. Mas também, desenvolvem atividades ligadas ao setor de serviços, voltadas para atender a uma demanda interessada no turismo rural. “A gente aqui faz várias coisas”, é o que afirma um dos trabalhadores entrevistados. Quanto ao trabalho que desenvolvem na pecuária, o tipo de vínculo empregatício é o de carteira assinada. Já no turismo rural, eles são contratados no regime de prestação de serviços, ou *free-lancers*.

Figura 19 – Começando o dia para o trabalhador rural no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

Ainda com relação ao trabalho, todos afirmaram que não desenvolvem atividades produtivas fora do Engenho. Sobre isso, um dos entrevistados afirma:

Todo meu trabalho é aqui dentro. Agora meu filho trabalha na PITÚ como motorista. É o único da família que trabalha fora. Mas no fim de semana, quando ele pode, ele ajuda a gente aqui no pesque-e-pague. Ganha um trocadinho extra, não é? Ele ta doido pra casar (risos) (ENTREVISTADO 01).

Figura 20 - Trabalhadores rurais em atividade no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

Na pecuária, atividade que predomina em termos de tempo de ocupação para esses trabalhadores, as principais funções desenvolvidas estão entre cortador de capim, *batedor* de pasto, manutenção de cercas e administrador de campo. Nos finais de semana quando estão trabalhando no turismo rural, a polivalência é um fenômeno que fica mais evidente, como pode ser observado na fala abaixo:

Cuido dos cavalos, dos tanques do pesque-e-pague. Às vezes trabalho na limpeza, concerto uma coisa ali que quebrou. Às vezes Neyzinho manda eu comprar alguma coisa que ta faltando e por ai vai. Não tem uma função certa, sabe? A gente vai fazendo o que vão mandando. Mas o que eu mais faço aqui no pesque-e-pague é cuidar dos cavalos e orientar eles para o pessoal que quer montar (ENTREVISTADO 01).

Há aqueles trabalhadores que ressaltam, com orgulho, o fato de possuir várias atribuições dentro do turismo rural, como é o caso desse entrevistado:

Levo os turistas para conhecer o Engenho, conto um pouco da história, falo das plantas. Também levo eles na trilha que vai até a cachoeira e lá a gente dá sempre uma explicação sobre a mata e os bichos que têm lá (ENTREVISTADO 02).

A polivalência apresenta-se como uma característica do mundo do trabalho na contemporaneidade. Essa reflexão vem sendo realizada com base em estudos que oportunizam a discussão das formas de organização do trabalho na sociedade contemporânea e as exigências feitas ao trabalhador no que diz respeito ao aumento e complexidade da produção (PAULINO, 2001). Nesse contexto, cada vez mais a classe trabalhadora passa a ser exigida em termos de produtividade e eficácia, o que muitas vezes leva a um estágio de exploração desse indivíduo por parte das empresas capitalistas, como o que vem ocorrendo no turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco e, especificamente, no Engenho Itamatamirim, em Vitória de Santo Antão.

3.3. Organização e participação política dos ex-canavieiros

Com a globalização, a diversificação econômica e o avanço cada vez mais acelerado das tecnologias da comunicação, se diversificam também os atores sociais e suas formas de organização (BUARQUE, 2002). Diante disso, em um momento da pesquisa buscou-se identificar até que ponto o trabalho com o turismo rural e a situação de trabalhadores rurais polivalentes exigiu dos ex-canavieiros uma reconversão dos códigos de sua cultura tradicional no que se refere às formas de participação política. A participação é entendida como um esforço de desenvolvimento local, pois atua na construção de uma nova cidadania (JARA, 1998).

Callou (2006, p. 3) explica que “diante das frágeis condições de organização social, particularmente nos contextos rurais”, o Estado tem usado a participação da população organizada em cooperativas, associações, sindicatos, entre outros, como estratégia de desenvolvimento.

No que tange às Organizações Produtivas todos os entrevistados afirmaram que participam da Associação de Produtores Rurais de Galiléia⁷, localizada na zona rural de Vitória de Santo Antão. Quando perguntados se possuem algum cargo na direção da

⁷ O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco.

organização, todos responderam negativamente. Contudo, um dos entrevistados afirmou que por 05 anos foi vice-presidente da Associação, como explica:

Já fui vice-presidente. Faz uns 05 anos mais ou menos. Agora as coisas lá mudaram muito. Virou meio que um lugar para os políticos conseguirem votos. Hoje tem muito interesse lá dentro (ENTREVISTADO 01).

Percebe-se, então, que este tipo de associação tem atraído a atenção dos políticos da região como um mecanismo de realização de campanhas partidárias e de mobilização eleitoral nos períodos de votação, como pôde ser observado na fala acima. Há aqueles que corroboram com essa opinião:

É uma coisa muito séria! A gente passa o ano todinho sofrendo porque a gente cobra as coisas, melhores condições pra quem tem sua produção em casa. Tem muita gente lá que depende só de produzir na sua terrinha que é pouca. Muitos associados não estão nem ai, porque muitos têm emprego na Prefeitura, o filho tá lá, o sobrinho. Olhe, onde tem muita gente assim, feito essa associação, os políticos caem em cima (ENTREVISTADO 04).

As associações são consideradas espaços importantes de mobilização e participação social. Porém, no caso onde as associações passam a se configurar como um canal para a realização de campanhas políticas, a mobilização e a participação social deixa de ser espontânea (CALLOU, 2006), como vem ocorrendo na Associação de Produtores Rural de Galiléia, fato denunciado pelo trabalhador acima citado.

É importante para esta pesquisa compreender como vem se dando as formas de organização e participação política dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim, no momento em que essa mobilização parece ter sofrido influências do trabalho no turismo rural, pois tem levado esses trabalhadores a discutirem mais ativamente suas condições de trabalho dentro dos grupos e associações que participam, classificando um processo de reconversão em função da nova lógica produtiva que estão inseridos. Mesmo assim, percebe-se que, pelas dificuldades que passa a Associação de Produtores Rurais de Galiléia, demonstradas nas falas anteriormente citadas, a participação dos trabalhadores não tem levado a uma mudança efetiva nas suas condições de trabalho no Engenho Itamatamirim, espaço este que tem exigido desses ex-canavieiros a condição laboral de trabalhador polivalente.

3.4. Cotidiano de Trabalhador Rural

O dia-a-dia dos trabalhadores começa bem cedo, por volta das cinco horas da manhã, hora em que todos os membros da família se levantam. Aqueles que estão ligados ao trabalho

agrícola no Engenho Itamatamirim se dirigem logo para o trabalho na pecuária, para cumprir suas tarefas ordenadas pelos trabalhadores que administram a produção. Enquanto isso, em casa, as mulheres permanecem preparando o café da manhã para todos os membros da família. É também nesse horário, que as mulheres vão buscar os botijões de água que será consumida durante o dia. Essa água é proveniente de uma cacimba construída para esse fim, pelo proprietário do Engenho Itamatamirim, abastecendo todos os moradores daquele local.

É por volta das seis horas da manhã que todos os integrantes do grupo familiar se reúnem para fazer a primeira refeição do dia, que é servida pelas mulheres da casa. Geralmente, o cardápio principal é café, cuscuz, ovo, queijo ou carne seca. Em seguida, as pessoas que estão ocupadas em tarefas agrícolas, retornam à suas funções no Engenho, só retornando ao meio dia, quando almoçam.

Com relação às crianças, cabe também à mulher a tarefa de preparar o filho para ir à escola. As crianças que se encontram cursando o nível de alfabetização até a 4ª série do ensino fundamental, estudam na Escola Municipal Constâncio Maranhão, localizada dentro do Engenho Itamatamirim, e que leva esse nome em homenagem ao fundador do Engenho.

Figura 21 - Escola Municipal Constâncio Maranhão, no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2010.

Essa Escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão e possui em seu quadro de funcionários 03 professoras, 01 diretora, 01 secretária e 01 auxiliar de

serviços gerais. As crianças e jovens que se encontram cursando a partir da 5ª série do ensino fundamental, deslocam-se, geralmente de transporte alternativo, até a sede de Vitória, onde também estudam em escolas municipais.

Durante a manhã, os trabalhadores são responsáveis pela ordenha, pastagem e alimentação do gado. Alguns também cuidam da manutenção das cercas, tratores, ferramentas, entre outros equipamentos utilizados na pecuária. Na parte da tarde, o gado também é levado para pastar, sendo alimentado novamente. A alimentação do gado é basicamente feita à base de capim, porém sempre que possível são alimentados com frutas diversas, fundamental principalmente para o gado leiteiro.

Ao meio dia as atividades no campo recebem uma pausa para o almoço. Essa parte da alimentação é composta basicamente por feijão, arroz, farinha de mandioca e carne, seca ou cozida, ou pode variar entre galinha e o peixe que é produzido no próprio Engenho. Após o almoço, há o costume que tomar café, comer uma fruta, geralmente banana ou laranja, e descansar um pouco na rede ou no sofá da casa, assistindo a programação da TV ou do Rádio. Após o descanso, volta-se ao trabalho nas primeiras horas da tarde, de onde regressam apenas às cinco horas da tarde. A partir desse momento a família começa a se preparar para o jantar, servido religiosamente às seis horas da noite. Geralmente o jantar tem como prato principal o cuscuz ou algum tubérculo como inhame ou macaxeira, acompanhado de carne seca ou cozida. À noite, alguns trabalhadores se dedicam mais à família, se reunindo para assistir TV, conversar com os filhos. Outros gostam de se reunir com os vizinhos para jogar dominó, conversar sobre algum assunto específico, como futebol, política, entre outros.

Este é um pouco do cotidiano dos trabalhadores entrevistados no período de segunda-feira a sexta-feira, quando estão ocupados nas atividades agropecuárias do Engenho Itamatimir. Porém, aos sábados e domingos, quando estão ocupados no turismo rural, alguns hábitos e formas de trabalho apresentam-se distintos quando comparados com o cotidiano durante os considerados dias úteis da semana. Durante o período em que estão ocupados com o turismo rural, outros trabalhadores são deslocados para realizar as tarefas na pecuária.

3.5. Cotidiano de Trabalhador de Turismo Rural

No turismo rural, o trabalho não começa tão cedo quanto estão acostumados na pecuária. Quem inicia o trabalho mais cedo são algumas mulheres, responsáveis pela limpeza da cozinha, do local onde ficam as mesas e cadeiras e do espaço do pesque-e-pague. Os

trabalhadores entrevistados começam o trabalho efetivamente por volta das nove horas da manhã, principalmente aqueles que trabalham diretamente no pesque-e-pague. Os demais trabalhadores ficam dependendo da demanda de visitantes que chega ao Engenho Itamatamirim interessada em fazer trilhas pela propriedade ou andar a cavalo.

Figura 22 – Trabalhador rural preparando a tirolesa⁸ no Engenho Itamatamirim.



Fonte: o autor, 2009.

Nesse caso, a intensidade do trabalho passa a depender do fluxo de pessoas que visitam o local, interessadas nas atividades ligadas ao turismo rural, como se observa na fala:

Tanto faz a gente ter muito trabalho, passar o dia todo fazendo trilha com os turistas, como a gente ficar o dia sem fazer muita coisa. Porque tem dia, por exemplo, que ta chovendo e tem uns turistas que não gostam de fazer a trilha na chuva, porque às vezes têm idosos, crianças. Apesar que às vezes vem grupo ai que fica doido quando ta chovendo porque fica mais emocionante e a cachoeira fica mais cheia de água, ai eles adoram (ENTREVISTADO 05).

No trabalho com os esportes de aventura, como rapel, tirolesa e trilha⁹, existe a necessidade de qualificação, uma vez que para esse tipo de prática são muitos os

⁸ Tirolesa: travessia entre dois pontos de grandes desníveis por corda, utilizando equipamentos especiais. Pode ser realizada em locais como prédios, pontes, vales, cachoeiras, rios.

equipamentos que exigem instruções e cuidados específicos. Há aqueles trabalhadores que atuam diretamente com esses esportes no Engenho Itamatimirim, onde acompanham uma equipe de instrutores especializados em técnicas verticais de aventura. A função desses trabalhadores é a de acompanhar os grupos de turistas e dar apoio de segurança e cuidados relacionados aos primeiros socorros. Eles afirmam que participaram de uma breve capacitação oferecida por um dos instrutores, o que favoreceu ainda mais o trabalho que desenvolvem no turismo rural, como fica evidenciado nas falas:

A gente teve um curso aqui muito bom, que o menino deu pra gente. Foi um curso que nos ensinou a socorrer uma vítima, andar na mata sem prejudicar o meio ambiente, e várias coisas. Eu queria é que tivesse mais cursos desses pra gente (ENTREVISTADO 02).

Eu também fico observando muita coisa que os instrutores passam pros turistas e aprendo mais ainda. Tem dia que eles pedem pra que eu faça os alongamentos com os turistas. Eles também deixam a gente falar alguma coisa na trilha, uma coisa que aconteceu, que é uma história boa pro turista conhecer (ENTREVISTADO 03).

Nessa função, esses trabalhadores se equipam com botas, facões, chapéus e uma vestimenta que cubra boa parte do corpo e não cause um impacto visual¹⁰ ao meio ambiente. Também levam consigo cantis de água para a hidratação durante todo o percurso da trilha, que dura por volta de uma hora e meia e é considerada por muitos praticantes uma trilha de intensidade razoável. Os que trabalham diretamente no pesque-e-pague também se vestem de forma padronizada, de acordo com a função. O trabalhador que exerce a função de cozinheiro, por exemplo, trabalha vestido com avental, touca, luvas e máscara. Ele explica que desde cedo sempre gostou de cozinhar e que aprendeu com a mãe vários truques culinários:

Eu nunca precisei fazer um curso de culinária, não. Tudo que eu sei eu aprendi com a experiência e com minha mãe. Tem gente que diz que homem na cozinha é estranho. Eu não acho, porque eu gosto muito. Cozinhar é como se fosse um prazer, uma arte. Ta certo que tem dias que você não ta bom, mas sempre a gente tenta fazer o melhor pra agradar as pessoas, não é? (ENTREVISTADO 05).

⁹ Rapel: técnica de descidas, na qual o praticante desliza de forma controlada por cordas ou cabos, vencendo obstáculos tais como, cachoeiras, prédios, paredões, abismos, penhascos, pontes, etc. Essas atividade é feita com o uso de equipamentos extremamente seguros, protegendo o individuo de qualquer ameaça.

Tirolesa: travessia entre dois pontos de grandes desníveis por corda, utilizando equipamentos especiais. Pode ser realizada em locais como prédios, pontes, vales, cachoeiras, rios.

Trilha ou *Trekking*: é uma atividade física que significa caminhar, trilhar ou andar. Refere-se a caminhadas por dentro da reserva, com o objetivo de apreciar e conhecer a natureza.

Conceitos obtidos no site <http://www.portalcambe.net/esportesdeaventura> acesso em julho de 2009.

¹⁰ É importante que o impacto visual ao meio ambiente seja minimizado para não causar estresse nas espécies de animais existentes no meio natural. Para isso, é importante o uso de vestimentas especiais, com cores frias, com a segurança necessária para a realização de uma trilha ecológica.

Assim como esse trabalhador que exerce a função de cozinheiro, também não houve uma capacitação para aquele, que por sua vez, atua como garçom, atendendo e servindo aos turistas. Acostumado ao cotidiano do trabalho agrícola, esse trabalhador passa a se preocupar com a forma de abordagem ao turista, de se comportar, de servir e de registrar os pedidos, tarefas estas que exigem uma preparação anterior.

Alguns entrevistados afirmam que com o passar dos anos, foram adquirindo mais experiência e diminuindo aos poucos as dificuldades que sentiam no início, como pode ser observado nessa fala:

No começo aqui eu ‘apanhava’ muito. Era difícil. Já teve um casal aqui que foi muito difícil e me tratou mal porque eu errei o pedido. A gente no começo fica nervoso. Mas Neyzinho me deu um voto de confiança e eu estou aqui trabalhando no pesque-e-pague como garçom até hoje, graças a Deus. Eu fui aprendendo com o dia-a-dia. Agora, eu sinto falta de um curso sabe? Um curso que melhorasse o meu trabalho. Mas eu vou providenciar isso (ENTREVISTADO 04).

Figura 23 – Trabalho no turismo rural.



Fonte: o autor, 2010.

Durante os finais de semana, quando há demanda para o turismo rural no Engenho Itamatamirim, os trabalhadores não possuem um horário exato de almoço. Vão estabelecendo isso de acordo com a quantidade de trabalho para ser realizado, diferentemente do que ocorre durante a semana, quando param por volta do meio dia para essa refeição. O fim do

expediente vai chegando com o entardecer, por volta das cinco horas da tarde, quando já não existem mais turistas na propriedade. Nesse momento, todos ajudam a fechar e a limpar o espaço como um todo. Em seguida, se recolhem para suas casas, aguardando o momento que será servido o jantar.

No Capítulo seguinte, analisou-se as reconversões culturais no âmbito do trabalho polivalente que esses ex-canavieiros desenvolvem no Engenho Itamatamirim e a relação de sua atividade laboral com as formas de participação, uso do tempo livre, do lazer e dos meios de comunicação e, por fim, suas aspirações para o futuro.

CAPÍTULO 4

O TRABALHO COMO O LUGAR DAS RECONVERSÕES

As discussões acerca do trabalho apontam para o surgimento de novos atores sociais e formas de organização produtiva que vêm a todo o momento influenciando a identidade cultural individual e coletiva da sociedade (LIMA, 2007). Hoje, portanto, estudar o contexto do trabalho ganhou importância quando se fala em identidade cultural na contemporaneidade, que se constrói em processos conflituosos e que gera estratégias de reconversão entre culturas, podendo ocorrer, inclusive, por meio da atividade laboral.

É nessa direção que o trabalho configura-se como a principal categoria a ser analisada nesta pesquisa, uma vez que os ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim foram impelidos a reconverter seus códigos de trabalhador em função da mudança que se deu no seu ambiente produtivo, transformando-o em um trabalhador polivalente ao desenvolver atividades ligadas à pecuária e ao turismo rural dentro da mesma propriedade. Porém, as reconversões processadas pelas novas atividades produtivas em outros domínios da vida desses sujeitos também foram consideradas, como nas formas de participação política, no tempo livre, no lazer e nas aspirações para o futuro.

4.1. O trabalho na cana-de-açúcar: como era antes

Como já foi dito, foram selecionados, entre o universo de trabalhadores do Engenho Itamatamirim, aqueles que chegaram a atuar como canavieiros quando a propriedade ainda explorava esse tipo de cultura agrícola. Essas pessoas permaneceram cortando cana-de-açúcar de 08 a 15 anos. Todos afirmaram que iniciaram na agricultura canavieira por influência do pai, como relatam:

Eu comecei por influência do meu pai. A gente sempre foi pobre e você sabe não é, pobre aqui na região não consegue muita coisa. A maioria das pessoas que moram perto de engenho e de usina, a tendência é cortar cana para sobreviver (ENTREVISTADO 01).

Eu acompanhava meu pai, que trabalhava no canavial e cortava cana para o Engenho. Ele já morava aqui na casa que eu moro hoje, mas ele faleceu faz um tempo e minha mãe também morreu faz uns 05 anos (ENTREVISTADO 03).

Eles também nunca receberam algum tipo de formação para trabalhar como canavieiro, como explica o Entrevistado 02:

Nunca recebi nenhum treinamento. A gente aprende isso com o pai da gente e com a vida. Não precisa ser formado para cortar cana. Não existe faculdade para isso. Isso é serviço de gente ignorante feito eu (ENTREVISTADO 02).

Na época em que trabalhavam como canavieiros para o Engenho Itamatamirim, esses trabalhadores rurais obedeciam a uma jornada de trabalho de 08 horas diárias, cortando uma média de 02 a 04 toneladas de cana-de-açúcar por dia de trabalho. Quando perguntados sobre o motivo que os levou a deixar esse tipo de atividade, todos afirmaram que isso se deu em função da mudança de atividade dentro do próprio Engenho Itamatamirim, que passou a explorar a pecuária e, posteriormente, o turismo rural. É o que podemos perceber nas falas abaixo:

Deixei porque o seu Ney deixou isso de lado e começou a criar gado que tava dando mais lucro na época. E até hoje é melhor (ENTREVISTADO 04).

Parei porque o Engenho deixou de investir na cana-de-açúcar e começou a criar gado, peixe, e investir em outras coisas e depois no turismo rural (ENTREVISTADO 05).

Depois de alguns anos sem cortar cana-de-açúcar, os entrevistados avaliam o trabalho de canavieiro como algo que não oferece segurança, bem como perspectivas de crescimento financeiro e profissional:

Acho que é um trabalho sem futuro. Não tenho saudade nenhuma. Eu vivia doente, o trabalho era pesado, cansativo. A gente não tem assistência, fica solto. Ninguém olhava pela gente, o negócio era cortar e cortar, quanto mais cortar melhor. Não queriam saber se a gente tava com algum problema de saúde nem nada (ENTREVISTADO 01)

Pernambuco a gente sabe que vive da cana-de-açúcar. E porque não valorizam mais o trabalhador? Porque eles não querem nem saber. É um serviço pesado e eles pagam mal. Hoje a gente olha para trás e vê o que passou, porque era muito difícil (ENTREVISTADO 05).

Segundo Araújo (2002), embora a mão-de-obra não seja mais escrava e tenha havido algumas inovações tecnológicas, o trabalho na cana-de-açúcar ainda é intensivamente utilizado e mal remunerado. Alguns acreditam que não houve avanços significativos desde a época que cortavam cana-de-açúcar:

Hoje acho que não mudou muita coisa não. Ainda é um trabalho difícil, que desgasta o camarada. Se trabalha muito, deveria ser menos tempo por dia pra cortar cana (ENTREVISTADO 02).

Hoje, ainda vejo que tem muitas dificuldades porque esse pessoal não tem assistência do governo como deveria ter. É um trabalho cansativo, ganha pouco, tem poucos direitos, sabe. É muito difícil. Não sei se hoje mudou muito do que era antes (ENTREVISTADO 03).

Porém, há aqueles que afirmam que, atualmente, é possível observar algumas mudanças com relação à atividade de canavieiro que desenvolvia no passado:

Hoje já tem mais leis, eu acho. O pessoal tem mais direitos (ENTREVISTADO 01).

Mas, logo em seguida, o mesmo entrevistado completa afirmando que o trabalho continua rústico e penoso para o indivíduo:

Mas mesmo assim, tanto antigamente como hoje esse trabalho não tem futuro para o cidadão. Porque chega uma época que você não agüenta mais, o trabalho é muito pesado, de sol a sol. A gente sempre pensa em algo melhor pra nossa vida. Hoje minha família está bem. Minha filha mais nova estuda e diz que vai fazer faculdade. Quero que ela não seja ignorante feito eu (ENTREVISTADO 01).

Já outros afirmam que a maior diferença está em quem administra o setor canavieiro hoje:

A maior diferença é que hoje quem manda são as usinas e os engenhos estão tudo parado (ENTREVISTADO 02).

Tanto hoje como antigamente o trabalho de cortador de cana é ingrato e difícil. O que mudou foi quem administra o negócio, que agora é mais com as usinas (ENTREVISTADO 05).

A exploração da cana-de-açúcar e seus impactos ambientais também foi um tema abordado nas entrevistas com os ex-canavieiros. Sobre as evidências desses impactos na região, um dos entrevistados coloca:

Agente vê os impactos até hoje. É só olhar o número de terras que foram queimadas e ainda são. Até aqui mesmo agente pode perceber que tem uma área que não nasce mais nada. Veio uma vez o pessoal do CPRH pra fazer um reflorestamento mais até agora nada. A cana-de-açúcar ela agride muito o meio ambiente (ENTREVISTADO 03).

Para Araújo (2002), embora a lógica produtiva pautada nas usinas tenha reestruturado a economia da Zona da Mata de Pernambuco antes da crise da agroindústria açucareira, contribuiu também para agravar os impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre a

cultura de muitas localidades que sofreram uma forte descaracterização com a chegada dessas usinas.

A produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco vem atravessando momentos de queda ou estagnação desde o início da década de 1990. Mesmo com uma breve recuperação a partir de 2001, o volume produzido no ano de 2005 não alcançou o patamar do início dos anos 1990. Segundo o Sindaçúcar, foram extintas 20 unidades produtivas de açúcar e álcool em Pernambuco, nos últimos 10 anos, caracterizando uma crise do setor que tem durado até hoje (FUNDAJ, 2007).

4.2. O trabalho no turismo rural: como é hoje

Desde que o proprietário do Engenho Itamatamirim teve a idéia de transformar o espaço em um ambiente que proporcionasse lazer e tendo com valores agregados a cultura rural e a beleza natural, investindo assim, no turismo rural como opção econômica, alguns trabalhadores rurais que já eram empregados do Engenho passaram a desenvolver essa nova atividade produtiva não-agrícola como uma forma de aumentar sua renda familiar. Entre os ex-canavieiros, o mais antigo está atuando no turismo rural desde o início de sua exploração no Engenho, no início dos anos 2000. Os demais já estão trabalhando com o turismo rural por volta de 05 anos, como é o caso desse trabalhador:

Há uns 05 anos surgiu a oportunidade de trabalhar com esportes de aventura aqui no Engenho. Ai, Eduardo [filho de Neyzinho] fez umas parcerias com umas agências para trazer turistas pra cá e ele me chamou para trabalhar como monitor dele, dar uma ajuda, acompanhar os grupos. Eu gosto muito desse trabalho porque é muito bom estar perto do meio ambiente (ENTREVISTADO 03).

Diante do crescimento do turismo rural no Estado de Pernambuco e da experiência do Engenho Itamatamirim, em 2004 o PROMATA ofereceu alguns cursos de curta duração para os trabalhadores rurais daquela propriedade. Como a intenção era inserir o Engenho na Rota Engenhos e Maracatus, uma iniciativa do PROMATA para promover a interiorização do turismo em Pernambuco, foi preciso atender a uma demanda de trabalhadores que ainda não possuíam formação adequada para atuar em determinadas funções do turismo rural. Sobre essa experiência, relatou este trabalhador:

Uma vez veio o pessoal do PROMATA aqui, fez uns cursos rapidinho. Eram cursos de atendimento, de turismo rural, de turismo de aventura e de etiqueta, essas coisas para o cara ficar parecendo mais certinho. O pessoal aqui gostou muito, porque era

uma festa, eles serviam lanche, davam brinde. Mas foi pouco tempo para a gente aprender muita coisa (ENTREVISTADO 01).

Embora tenham participado dessa formação oferecida pelo PROMATA, os ex-canavieiros ainda sentem a necessidade de uma melhor formação profissional para atuar como trabalhadores de turismo rural:

Fiz um curso do PROMATA, quando eles tiveram aqui no Engenho para a gente participar de uma Rota que tinha ai. Eu vi o cartaz, era muito bonito. Mas parece que não vingou, porque eles acham que povo vai passar a fazer tudo como eles querem somente em uns cursos. É preciso de mais incentivo, mais capacitação (ENTREVISTADO 02).

Há também, o caso de um trabalhador que teve que sair do Estado para aprender o ofício de monitor de esportes de aventura. Ele foi obrigado a reconverter os códigos de trabalhador rural para desenvolver essa nova atividade no Engenho Itamatamirim, como relata:

Quando eu comecei a trabalhar, Eduardo me deu unas instruções e depois eu fui para Brotas [Cidade do Estado de São Paulo] com ele pra fazer um curso de monitor de esportes de aventura. A gente ficou lá 03 meses. A cidade é o 'pico' dos esportes de aventura aqui no Brasil. O curso foi oferecido, se não me engano, pela Associação Nacional de Esporte de Aventura (ENTREVISTADO 03).

Segundo Almeida e Silva (2001), o turismo rural é uma atividade na qual os produtores devem capacitar-se para adquirir novos conhecimentos que elevem o nível dos serviços oferecidos e ampliem o benefício do desenvolvimento local junto ao meio rural. A falta de uma melhor formação para atuar com o turismo rural foi apontada ainda como a principal dificuldade encontrada pelos entrevistados, como podemos observar nas falas:

Olha, só sinto falta de mais capacitação feito aquela do PROMATA. Acho que a gente poderia também ser contratado com carteira assinada, mas eles não querem, acho porque é melhor para eles. Mas não estou reclamando não viu. Mas acho que eu queria estudar mais, fazer um curso sobre turismo porque acho que a gente poderia participar melhor e trabalhar melhor (ENTREVISTADO 01).

Acho que falta mais capacitação para a gente. Eu queria terminar meus estudos e fazer um curso de inglês. Acho 'arretado' quem fala inglês. A gente daqui ainda é muito atrasado sabe. O pessoal não tem estudo e na hora de falar com os turistas uns até têm vergonha (ENTREVISTADO 02).

Porém, há aqueles que não vêm dificuldades no seu trabalho com o turismo rural, como é o caso desse entrevistado:

Não vejo muita dificuldade. Gosto muito do que faço. Se pudesse só fazia isso. O dinheiro é bom e o trabalho dá prazer pra gente. Tem coisa melhor do que você fazer o que gosta? (ENTREVISTADO 03).

A mudança na vida de contextos populares quando passam a desenvolver novas atividades produtivas para as quais não foram treinados é extremamente importante para compreendermos como se dá a formação de uma identidade híbrida através das mudanças ocorridas no trabalho. Segundo Fontana e Dencker (2006), ao enveredar pelo turismo rural, o produtor passa por uma série de transformações na sua vida, que inclui não só questões relacionadas à renda, mas também ao modo de encarar a vida, a religião, o lazer e o tempo livre. Essas mudanças levaram esses indivíduos a reconverter seus códigos de trabalhador para atuar na nova lógica produtiva imposta pelo turismo rural.

Para os ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim, a atuação no turismo rural mudou consistentemente suas vidas. Uma dessas mudanças se refere ao acesso à informação como forma de adquirir um conhecimento que possa contribuir para a melhoria do seu trabalho. Esse conhecimento é adquirido, principalmente, através do uso das mídias que passam a funcionar como elementos propulsores da reconversão, como podemos observar nos relatos abaixo:

O negócio é assistir televisão que a gente aprende. Não aprende quem não quer. A televisão tem muita coisa pra ensinar e a gente pode usar no dia-a-dia (ENTREVISTADO 01).

Olha, eu to ganhando um dinheiro a mais. Já dou minhas voltinhas. Eu também passei e assistir mais televisão para ficar mais informado, não é? Porque nesse trabalho é importante a gente saber de muita coisa. Hoje qualquer assunto que você falar ai eu conheço, porque assisto, muito, televisão e ouço rádio também. Tudo isso melhorou na minha vida por causa do trabalho no turismo rural (ENTREVISTADO 02).

Quanto à percepção da importância que eles, os trabalhadores, têm para o Engenho Itamatamirim, vem a tona uma outra reconversão, ligada à auto-estima desse trabalhador. Essa reconversão ocorreu em função do cotidiano na atividade laboral que, por sua vez, exige cada vez mais desses trabalhadores uma forma polivalente de agir e trabalhar. Nesse sentido, esse trabalhador destaca a importância do seu trabalho para a propriedade e vê com otimismo o seu futuro no turismo rural:

Eu hoje sou muito importante para o Engenho, porque eu trabalho também na administração. Eu vou resolver as coisas fora do Engenho, vou para Recife, para Vitória. Acompanho Neyzinho e Eduardo no que precisam. Eu sou como um braço direito deles. Depois que eu passei a trabalhar com turismo eu vi que é uma coisa que vai para frente. Não é feito a cana-de-açúcar mesmo, que não tem um futuro. Aqui eu sei que tem um futuro e se eu me capacitar mais eu posso ganhar mais (ENTREVISTADO 03).

Outra reconversão importante diz respeito a auto-imagem desses trabalhadores, que passam agora a se preocupar com questões que antes não representavam grande importância nas suas vidas, como é o caso das formas de se vestir, de falar e de se comunicar, como pode ser ilustrado nas falas a seguir:

A gente lida com pessoas importantes que vem para o Engenho conhecer. Por isso, a gente tem que se vestir melhor não é? Até falar de um jeito mais entendido, porque eu mesmo não tive muito estudo, mas agora eu não tenho vergonha de chegar no povo, porque antes eu era muito bronco. Mas o dia-a-dia aqui ajudou todo mundo a ficar mais educado. A gente parecia uns 'bicho-do-mato' (ENTREVISTADO 01).

Minha mulher gosta muito de ir a Recife com as amigas dela daqui pra comprar coisas no centro da cidade, porque ela diz que a gente tem que se vestir melhor por causa dos turistas que vem pra cá. Até eu me visto melhorzinho no fim de semana quando eu to com os cavalos. Mas durante a semana eu fico sem camisa mesmo (ENTREVISTADO 05).

Esse trabalho com turismo abre a cabeça da gente sabe? Faz a gente ficar mais inteligente. Eu mesmo passei a assistir jornal todo dia. Ver o Globo Rural, a gente fica se interessando mais pelas coisas que estão acontecendo na região (ENTREVISTADO 01).

Trata-se de uma reconversão nos modos de viver, de valorizar o fato de se vestir e de falar melhor, por exemplo, como uma forma de se sentir aceito e participante da sociedade, como fica evidenciado nesta fala:

Antigamente a gente não dava valor a essas coisas, mas hoje dá. Aparência é tudo né. Até pro pessoal tratar a gente melhor na cidade, num pensar que a gente é mendigo (ENTREVISTADO 05).

Com relação ao salário que ganham atualmente, um entrevistado demonstra satisfação com o acréscimo proporcionado pelo turismo rural:

O salário melhorou, porque eu tiro no final de semana uns 60 a 90 reais, depende se tiver muita gente pra andar a cavalo quando vem para o pesque-pague. E Neyzinho sempre me dá uns 50 reais extra, por algum serviço que eu faço. No geral é um dinheiro bonzinho, já dá pra fazer a nossa feira da semana (ENTREVISTADO 01).

Mas não foi apenas o salário que aumentou. Com ele, veio também o aumento da jornada de trabalho. Atuando como trabalhadores polivalentes, o período de trabalho tornou-se mais intenso e desgastante, como explica o Entrevistado 05:

Hoje eu trabalho praticamente todo dia. De vez em quando a gente tem uma folga na semana, chama um colega seu pra ficar no seu lugar e depois é você que tira a folga dele e assim vai. Mas eu gosto mesmo é de trabalhar, não me incomoda de trabalhar todo dia. À noite a gente descansa. Melhor do que não fazer nada não é? (ENTREVISTADO 05).

O trabalho intenso que esses ex-canavieiros desenvolvem dentro do Engenho Itamatamirim, pode trazer conseqüências, não só no desgaste físico e mental desses trabalhadores, mas também quanto às perspectivas de crescimento profissional dos mesmos, pois em uma condição de trabalho polivalente a que estão submetidos, acabam não se dedicando com mais profundidade a nenhuma das atividades que desenvolvem. Quando questionados sobre esse assunto, alguns entrevistados afirmaram que não possuem grandes ambições na profissão:

Olha, não vejo muito isso pra mim. Quero mesmo é ter o que dar de comer para minha família e ter uma vida tranqüila. O importante é estar trabalhando (ENTREVISTADO 01).

Num sei. Só se for pra crescer aqui dentro do Engenho. Se de repente eles construírem mais coisas aqui dentro e precisar de mais gente pra trabalhar. Eu não nego trabalho. Quero é dinheiro no bolso (ENTREVISTADO 04).

Entretanto, há aqueles que perseguem a possibilidade de participarem de mais cursos de capacitações e que isto lhes proporcione atuar em outras atividades do turismo rural dentro do próprio Engenho Itamatamirim, como se observa:

Se a gente tivesse mais capacitações poderia até trabalhar em outras funções, não sei. Mas olho mais para os meus filhos. Penso no futuro deles e acho que o turismo pode ser uma boa saída porque tem muitos cursos e faculdade de turismo por ai (ENTREVISTADO 04).

A preocupação com capacitações para o melhor desempenho do trabalho que exercem atualmente é considerada uma reconversão fundamental, pois esses trabalhadores passam a adotar uma postura de quem trabalha em uma atividade competitiva, característica esta das sociedades urbanas contemporâneas, o que não existia antes em relação à atividade canavieira.

Também foi possível identificar que o processo de reconversão alcançou o domínio das aspirações de formação universitária. Ao terem contato com atividades que exigem um maior nível técnico para serem executadas, como acontece no turismo rural, bem como a influência do neto do proprietário, que possui curso superior em Turismo, alguns trabalhadores passam a se interessar pela participação em cursos de qualificação na área de turismo, o que demonstra o anseio de investir em um nível mais elevado de formação para atuar no turismo rural e galgar novas oportunidades profissionais nesta área:

Hoje eu vejo que posso crescer muito no turismo rural. Eduardo fez faculdade de turismo e disse que é muito bom. Eu tinha vontade de fazer faculdade um dia de turismo ou então um curso técnico, porque isso aqui vai crescer muito ainda. O turismo rural aqui tá só começando (ENTREVISTADO 03).

O turismo rural possui uma demanda formada, predominantemente, por pessoas que residem na área urbana (RODRIGUES, 1997). No momento em que propriedades de turismo rural, como o Engenho Itamatamirim, recebem esses visitantes, o contato dos mesmos com os trabalhadores rurais que ali atuam é inevitável. Esse contato, que proporciona uma troca de experiências entre o visitante e o nativo daquele espaço, também pode causar impactos determinantes no comportamento deste último indivíduo. No caso dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim pode-se observar um processo semelhante, quando se identificou uma reconversão no comportamento ao valorizar a adoção de uma postura mais urbana, como um dos entrevistados afirmou:

A gente também se comporta melhor, fica mais educado. Fica menos matuto. Ninguém dá atenção a quem é matuto. Eles querem é saber de quem fala bem e o turismo rural precisa de gente que se comporte, tenha educação. (ENTREVISTADO 02).

Essa reconversão na forma de se comportar diante do trabalho no turismo rural, também influencia o consumo cultural dos ex-canavieiros, pois com o contato intenso que estabelecem com o visitante, bem como pela influência dos meios de comunicação de massa, essa população vê no consumo uma forma de estar inserido numa lógica mais moderna. Por essa razão, o poder de consumo das famílias também é apontado como uma mudança significativa advinda do trabalho com o turismo rural:

Hoje a gente conseguiu comprar muita coisa. Muita coisa que tem nas casas do pessoal que tem mais condição a gente tem também. Tem DVD, tem microondas, tem geladeira duplex, tem computador, tem tudo. Aqui, quando alguém já chega

com uma novidade, todo mundo quer logo comprar também pra não ficar por baixo (ENTREVISTADO 05).

Canclini (1988) considera o consumo como um dos espaços importantes onde se constituem as culturas populares. Tauk Santos (2008) situa a questão do consumo em um processo ambivalente, onde, de um lado afirma que é no âmbito do consumo que podem ser observados os conflitos originados pelas formas desiguais e desniveladas de participação da sociedade, na satisfação de suas necessidades. Neste caso, com afirma Tauk Santos (2008, p. 6), “o sentido do consumo seria o da distinção, particularmente no domínio do simbólico, segundo a teoria de Pierre Bourdieu”. Por outro lado, Canclini (1988) afirma que o consumo não pode ser encarado apenas como um elemento de distinção, mas também como um mecanismo de integração ao definir valores comuns (TAUK SANTOS, 2008).

Quando os trabalhadores rurais entrevistados comparam o trabalho no turismo rural com o trabalho que desenvolviam na agricultura canavieira, alguns afirmam que os benefícios proporcionados pelo setor de serviços são bem mais evidentes do que se ainda estivessem atuando como canavieiros, como pode ser ilustrado com as falas a seguir:

O trabalho no turismo rural, pelo que eu vejo, é bem melhor. Se você me perguntar se eu queria deixar de trabalhar na roça, na pecuária, eu vou dizer que não. Mas eu queria trabalhar mais com turismo, porque acho muito prazeroso. Acho que se eu trabalhasse todos os dias teria um dinheiro melhor do que eu tiro com a pecuária aqui dentro (ENTREVISTADO 01).

Não tem nem comparação. Você trabalha menos e recebe mais. Quer coisa melhor? Além disso eu gosto de trabalhar com o turismo. Acho que levo jeito pra coisa. O turismo rural é uma atividade nova, vai crescer muito ainda. E a agricultura canavieira está em decadência (ENTREVISTADO 05).

Apesar de alguns trabalhadores demonstrarem satisfação com o turismo rural, essa atividade não deve ser vista ou promovida como a solução de todas as dificuldades do meio rural, como acaba aparecendo em alguns momentos no discurso do poder público e da iniciativa privada (FROEHLICH, 2002). Essa atividade muitas vezes é promovida como uma ótima alternativa econômica, porém não se considera em alguns momentos a necessidade de um bom planejamento que valorize a participação da comunidade local. Fontana e Dencker (2006) corroboram afirmando que importante, portanto, torna-se o processo de planejamento e implantação de tal atividade, preservando as raízes e atividades cotidianas da propriedade, sendo essas características os principais atrativos para quem busca o turismo rural.

Dessa forma, o turismo rural é uma atividade que deve ser vista e entendida como sendo um complemento às atividades agrícolas das propriedades rurais, de tal forma que o

cotidiano da vida rural, em menor ou maior intensidade, continue a existir, sem prejudicar o tempo livre, o lazer e os costumes tradicionais das famílias rurais que passam a trabalhar com turismo rural, como é o caso do Engenho Itamatamirim.

4.3. Reconversões culturais nas formas de participação política

Embora os ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim estejam envolvidos atualmente com o turismo rural, eles colocaram que essa questão não é discutida na associação que participam - Associação de Produtores Rurais de Galiléia -, tampouco existe o interesse de outros produtores em se engajar na proposta da atividade turística, como pode ser observado nas falas:

Acho que não tem nada a ver, porque a Associação é de produtores rurais e o turismo é outra coisa, não é? Se fosse uma Associação de turismo, aí a gente poderia discutir mais (ENTREVISTADO 02).

Oxe, e o pessoal lá na associação quer lá saber de turismo rural! Turismo rural é uma coisa nova e não tem muita importância lá ainda. Primeiro porque agente não trabalha no turismo de forma legalizada, sabe. É como se fosse um extra, um paliativo (ENTREVISTADO 04).

A partir dessa constatação, ouvimos o Presidente da Associação¹¹ na intenção de confrontar as informações dadas pelos trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim. Percebemos, portanto, que esse representante também promove o discurso de que a Associação não é lugar para discutir o turismo rural, tampouco a participação dos associados em atividades não-agrícolas. Quando questionado sobre o turismo rural, afirmou:

Aqui não é lugar pra falar de turismo, de artesanato, de coisas que não interessam. A gente aqui está preocupado com a produção, com a agricultura da região, saber como o povo está fazendo as coisas, ajudar quando eles precisam. A gente intervém na Prefeitura, em todo lugar. Sempre buscando o benefício dos produtores. Se eles querem falar de turismo, têm que montar uma associação de turismo (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, 2010).

Há aqueles trabalhadores que, demonstrando seu desânimo com relação à atuação da associação acima mencionada, denunciam a ocorrência de uma reconversão induzida, que ocorre no Engenho Itamatamirim. Entende-se que, nesse caso, o sistema econômico-produtivo no qual estão inseridos, não lhes deixa a opção de participar ou não das novas atividades

¹¹ José Maria de Medeiros, em entrevista ao pesquisador em Janeiro de 2010.

produtivas agrícolas e não-agrícolas que passam a ser desenvolvidas dentro das grandes propriedades, como é explicitado pelo entrevistado abaixo:

O pessoal encara o turismo rural como algo que não tem muita segurança, não. A gente só entra por causa que os patrões pedem e porque a gente ganha um trocadinho extra pra ajudar em casa (ENTREVISTADO 01).

A fala desse trabalhador reflete a relação de subordinação que existe entre os trabalhadores rurais e o proprietário do Engenho Itamatamirim, afirmando que o trabalho com o turismo rural se dá em função da exigência dos patrões e não é, portanto, algo negociado com o trabalhador rural e que venha a surgir a partir do interesse do produtor. Mesmo assim, este entrevistado afirma que a condição de trabalhador polivalente não tem trazido grandes dificuldades na sua vida, o que demonstra a falta de consciência sobre a exploração que vêm se submetendo na propriedade:

Eu não tenho o que reclamar. Não faço questão porque trabalho de domingo a domingo. Minha vida é o trabalho, porque eu me preocupo com o futuro da minha família. E a gente se sente seguro aqui dentro. Neyzinho dá tudo o que a gente precisa. Não penso nem em sair daqui. Não dizem que o turismo é a profissão do futuro? Pois então! (ENTREVISTADO 01).

Essa fala deixa clara a reprodução de um sistema patriarcalista ainda presente na Zona da Mata pernambucana, onde o patrão ou proprietário do engenho é quem dá segurança aos seus empregados, como no tempo da “Casa-grande”.

Com relação à participação em Organizações Políticas, foram considerados os sindicatos, partidos, conselhos municipais, redes, etc. Apenas 01 entrevistado afirmou que participa deste tipo de organização, sendo ele filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCDB) e ao Conselho Municipal de Cultura de Vitória de Santo Antão. O mesmo afirmou que não possui nenhum cargo na direção dessas organizações e observa a importância do Conselho Municipal de Cultura como um instrumento que pode auxiliar nas discussões em torno do turismo rural. Além disso, o fato de participar de discussões acerca de políticas culturais é algo que não existia no período em que trabalhou como canavieiro, o que representa uma reconversão importante na sua forma de participação:

Vejo mais com relação ao Conselho Municipal de Cultura, porque nós discutimos muita coisa relacionada à cultura e como fazer com que essa cultura de Vitória e o povo, as associações e os grupos tenham espaço nos eventos do Município. Acho que o turismo rural deveria aproveitar mais essas coisas da cidade, porque o turista que vem para o Engenho, por exemplo, sempre pergunta coisas sobre a cidade e

como faz pra conhecer e tal. Uma coisa está ligada a outra. Ele vem fazer o turismo rural aqui, mas de repente já se interessa em conhecer a história de Vitória, a cultura e o patrimônio histórico. Muitos perguntam inclusive sobre o Monte das Tabocas, que é um acontecimento na nossa história (ENTREVISTADO 03).

Percebe-se que a participação deste trabalhador no Conselho Municipal de Cultura tem influenciado o modo como enxerga o seu trabalho no turismo rural, como uma atividade que, além de gerar renda pode ajudar a preservar a cultura local, constituindo uma reconversão importante nas formas de participação política dessa população. Essa maneira de compreender a atividade turística, como um sistema dinâmico que envolve diversos fatores ligados entre si e que influenciam um ao outro, vai ao encontro do conceito de Sistema Turístico de Mário Beni, quando explica que o turismo deve ser considerado como um sistema aberto, onde o conjunto das partes envolvidas interage com o objetivo de alcançar um único fim (BENI, 2006).

Quanto às Organizações Sociais, foram considerados clubes, grupo recreativo, grupo cultural, grupo religioso, redes sociais e virtuais de relacionamento, etc. Todos afirmaram que participam desse tipo de organização e que sua inserção nesses grupos se deu após iniciarem o trabalho com turismo rural no Engenho Itamatamirim, identificando assim, uma reconversão no discurso que ressalta a importância da cultura local, estimulada pelo trabalho no turismo rural. Nesse tipo reconversão, o carnaval foi o espaço de que mais foi ressaltado pelos entrevistados, como pode ser observado nas falas:

Participo de uma troça de carnaval que se chama Boi da Bela Vista. Bela Vista é um bairro de Vitória, o senhor sabe não é? Então pronto. A gente tem um Boi lá. É simples, mas tem muita gente. Eu sou um dos fundadores. A gente criou o bloco em 2000 (ENTREVISTADO 02).

Participo de um Grupo de Maracatu chamado Horizonte Nordestino. Eu sou caboclo de lança. É uma forma de a gente valorizar nossa cultura, porque tem muita gente aí que não conhece, não valoriza (ENTREVISTADO 03).

Eu participo todo ano do bloco “Acorda Corno”, que sai aqui na cidade. Já faz uns 05 anos. Eu me divirto muito. Como, bebo... O carnaval de Vitória melhorou muito. Os blocos de rua estão voltando e o “Acorda Corno” é um bloco que hoje tem muita gente que gosta, por causa da brincadeira que ele faz de acordar as pessoas de madrugada nas casas, daquele jeito, brincando (ENTREVISTADO 04).

Quando perguntados sobre a relação entre essa experiência e o seu trabalho com o turismo rural, surgiram algumas respostas que demonstram a vontade desses indivíduos de agregar valor ao turismo rural desenvolvido no Engenho Itamatamirim. Trata-se de uma

reconversão na noção da cultura e das expressões populares que passa a ser encarada como um espetáculo para o turista ver, como pode ser observado na fala a seguir:

Acho que nosso bloco podia ser uma atração turística, até aqui no Engenho. Um dia Neyzinho pediu até para eu trazer o pessoal para cá, para dançar, porque tinha um grupo de turistas que queria ver. Foi bom. A gente recebeu dinheiro por isso (ENTREVISTADO 02).

Oxe, o Maracatu tem tudo a ver com o turismo rural, porque nasceu no meio rural. Muito engenho por ai tem o maracatu como atração para os turistas, é um diferencial para eles. Já dei a idéia várias vezes para o pessoal daqui trazer o maracatu nos dias de muito movimento, mas eles têm a cabeça muito fechada. Acham que o turismo rural é só o camarada vir aqui e pescar e comer. Eles deveriam oferecer mais coisas que mostrasse nossa cultura (ENTREVISTADO 03).

Com relação ao Maracatu, percebe-se que antes era encarado como uma manifestação que promovia a participação espontânea das pessoas. Porém, hoje, torna-se uma atividade-espetáculo direcionada, em muitos momentos, como uma fonte de ganhar dinheiro e agradar exclusivamente ao turista.

No conceito de turismo rural do Ministério do Turismo (2004), se afirma que a atividade deve ser desenvolvida estabelecendo um compromisso com a cultura local, com o patrimônio cultural e natural, agregando valor aos produtos e serviços produzidos nos empreendimentos de turismo rural. Nessa direção, entende-se que ao engajamento da população pesquisada em organizações produtivas, políticas ou sociais, aprimora cada vez mais a visão dessas pessoas com relação ao seu papel social, enquanto trabalhador e agente detentor de cultura e de identidade própria, caracterizando um processo de empoderamento. Esse processo é fundamental na construção do desenvolvimento local na região, tendo o turismo rural como uma das atividades que pode contribuir para o mesmo.

4.4. Uso do tempo livre, lazer e o trabalho

As populações de contextos populares, como é o caso de trabalhadores rurais, possuem condições desiguais de apropriação dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia (CANCLINI, 1996). Entre os bens materiais e imateriais aos quais as culturas populares têm acesso desigual, podemos citar as possibilidades de uso do tempo livre e do lazer.

No caso dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim, o que se constatou nas observações é que essa população quase não dispõe de tempo livre, com exceção da noite, quando não estão trabalhando. Quando podem desfrutar de algum tempo livre durante a

semana, aproveitam pra se divertir. As formas de diversão mais citadas foram: assistir televisão, escutar o rádio, jogar futebol, ler jornal e revista e descansar.

O trabalho no Engenho Itamatimir é muito intenso para esses ex-canavieiros e, conseqüentemente, disponibiliza pouco tempo para que os mesmo participem ou façam outras atividades que ainda não tiveram oportunidade. Voltar a estudar é uma vontade de todos os entrevistados, vontade esta que não realizam em função do trabalho polivalente que desenvolvem no Engenho, ocupando atividades na pecuária e no turismo rural. Essa questão pode ser observada nas falas:

Gostaria de estudar. Sei que estou muito velho, mas eu tenho um sonho de estudar e de terminar pelo menos o fundamental (ENTREVISTADO 01).

Educação é tudo, eu sei disso. Mas eu tenho vergonha de voltar a estudar porque estou muito velho. Eu sei que já tem muitas escolas ai para adultos, mas não sei se é feito antigamente. Dizem que hoje é mais difícil. Mas eu ainda vou criar coragem para voltar e terminar meus estudos (ENTREVISTADO 05).

Um fenômeno que também ficou demonstrado nesta pesquisa é que, quando exerciam a função de canavieiros e não estavam engajados no turismo rural ou em outra atividade produtiva complementar, alguns trabalhadores dispunham de mais tempo livre para realizar outras atividades.

A produção de base familiar também perdeu espaço com o aumento da jornada de trabalho, ocasionando uma reconversão no uso do tempo produtivo. Isso ocorreu com alguns trabalhadores que, antes, mantinham pequenas produções para subsistência em suas residências, mas que atualmente, em função da escassez de tempo livre, não perpetuaram essa tradição, como pode ser observado na fala:

Olha, eu tinha uma rocinha aqui em casa, eu cuidava dela e tirava até uma verdurinha. Mas hoje não tenho mais tempo para fazer isso (ENTREVISTADO 01).

Entre os domínios analisados, foi possível identificar as reconversões também na questão do lazer desses ex-canavieiros. Embora se tenha constatado que, hoje, possuem menos tempo livre, há aqueles trabalhadores que afirmam que se divertem mais do que quando eram canavieiros. Nesse momento, identifica-se uma reconversão na importância do lazer como afirmação de uma identidade cultural, adquirida da cultura de massa:

Quando eu cortava cana eu não tinha vida de jovem. Só era trabalhando. Hoje eu me divirto mais, saio mais. Dou mais valor a vida. Não quero ter a vida que meu pai

teve, só de trabalho. A gente precisa de um lazer, não é? Se não, a gente endoida! (ENTREVISTADO 03).

Eu hoje, eu faço coisas que não fazia antes. Eu jogo bola, eu me divirto no carnaval. Antigamente eu não fazia muitas coisas. As coisas por aqui eram muito difíceis pra gente. Ir na cidade mesmo, era uma festa. Quando a gente ia pra feira era o único lazer que a gente tinha (ENTREVISTADO 05).

Franco (2002) diz que para promoção do desenvolvimento, há necessidade que as pessoas sejam empreendedoras, no sentido de serem capazes de inovar e desenvolver características para viabilizar e consolidar visões e desejos. Por essa razão, o lazer pode contribuir, como afirma Dumazedier (1994), para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, que libera os limites que impõe o meio social, o ambiente cultural e a especialização técnica.

4.5. Uso dos meios de comunicação e os seus impactos no trabalho

Uma das formas que os ex-canavieiros encontraram para ocupar o tempo livre foi pelo uso dos meios de comunicação. Antes, quando eram canavieiros, esses trabalhadores possuíam dificuldades de acessar novas tecnologias de informação e comunicação, assim como era incipiente o uso de mídias massivas, como a televisão. Hoje, porém, a prática de assistir televisão nos momentos que não estão trabalhando, sobretudo à noite, foi mencionada como a principal forma de ocupar o tempo livre nesse horário, como podemos constatar nas falas:

Assisto TV à noite e pela manhã bem cedinho. Gosto do Globo Rural, do Jornal Nacional e das novelas. O pessoal diz que eu sou noveleiro. Mas eu gosto mesmo e não tenho vergonha. Às vezes tem coisa que não presta, mas tem vezes que a gente aprende muita coisa boa (ENTREVISTADO 01).

Gosto de assistir futebol, novela. Gosto do Fantástico. Gosto muito também daqueles programas que passam na TV Cultura sobre animais, natureza. A gente enriquece muito. Enche a cabeça! (ENTREVISTADO 03).

Televisão é o que todo mundo gosta aqui em casa. A gente se reúne todo mundo junto na sala pra assistir de noite. Às vezes vem vizinho, vem todo mundo. Eu gosto mais de assistir as notícias (ENTREVISTADO 05).

Entre as diversas mídias, o Rádio foi apontado como o único meio que esteve presente desde o período em que esses trabalhadores cortavam cana-de-açúcar. Naquela época, era o Rádio a principal mídia utilizada para a comunicação e informação dos trabalhadores rurais

daquela região e ainda hoje é apontado por esses indivíduos como um dos meios que têm a preferência entre os residentes do Engenho Itamatamirim, como pode ser ilustrado na fala:

O rádio ainda é melhor do que a televisão porque a gente pode levar para onde quiser. Leva para o trabalho, fica escutando. Hoje, a programação do rádio está bem melhor do que antigamente. Antigamente só tinha aquele Especial de Roberto Carlos que tocava o dia todo. Hoje você tem notícia, piadas, bastante coisa (ENTREVISTADO 04).

Em virtude do baixo nível de escolaridade que possuem, a leitura não figura como uma prática presente na vida desses trabalhadores. Entretanto, foi identificado entre os entrevistados aquele que gosta de ler revistas, jornais, livros e acessar a *internet* como uma forma de “Estar conectado no mundo!” (ENTREVISTADO 03). Na vida desse indivíduo, a reconversão cultural no uso dos meios de comunicação foi fundamental para o aprimoramento de suas competências profissionais, passando a ter acesso a veículos de informação e de comunicação que não dispunha quando era canavieiro, como se segue:

Aqui em casa eu comprei um modem da Vivo. Acesso quase sempre, mais à noite. Gosto dos sites de futebol, de piadas. Vejo meu e-mail. Gosto do site da Globo também, porque tem muita notícia. Acesso o Orkut, MSN e muitas coisas (ENTREVISTADO 03).

O mesmo entrevistado afirma que costuma utilizar os conhecimentos que adquire com o uso dos meios de comunicação no seu dia-a-dia, constituindo uma reconversão no acesso às tecnologias em função do trabalho, como se observa:

Na *internet* mesmo, de vez em quando, eu pego informações sobre a região para passar para os turistas. Pego dicas de turismo rural, de esportes de aventura e a gente sempre usa aqui no trabalho (ENTREVISTADO 03).

Isso demonstra a importância que os meios de comunicação têm para o trabalho que esses ex-canavieiros realizam atualmente, sobretudo no turismo rural. Eles observam que o acesso à televisão, ao rádio e à *internet*, tem ajudado a melhorar cada vez mais o desempenho deles, tanto na pecuária quanto no turismo rural. É, portanto, uma preocupação que não existia quando eram canavieiros, pois as dificuldades de acesso a esses meios era maior, além do interesse em se aperfeiçoar através dessas ferramentas, que praticamente não havia, pois conforme esse trabalhador:

A cana-de-açúcar era aquilo ali e pronto. Ninguém precisava ter *internet* ou ler um livro pra aprender a cortar cana (ENTREVISTADO 05).

A mídia, nesse contexto, atua como uma espécie de manual da modernidade, da cultura de massas, e por isso serve à atividade do turismo, levando a população de ex-canavieiros a reverterem seus códigos culturais no intuito de adquirirem hábitos mais modernos e urbanos, através do uso dos meios de comunicação e da informação.

4.6. Aspirações para o futuro na vida e no trabalho

Para todos os entrevistados, o fato de estarem trabalhando atualmente com o turismo rural melhorou em alguns aspectos a condição de vida que tinham antes. Eles se consideram mais articulados, mais integrados e mais participativos. Mas a principal melhoria, segundo eles, ainda reside na questão financeira e na segurança que lhes é passada pelo proprietário do Engenho Itamatimirim, como explica esse trabalhador:

Melhorou principalmente no salário. Hoje eu tenho um dinheirinho a mais para poder comprar as coisas (ENTREVISTADO 01).

O aumento da auto-estima de trabalhador também pôde ser identificado como uma reconversão determinante na vida dos ex-canavieiros. Isso ocorre porque o turismo rural exigiu dessa população a reconversão nas formas de se vestir, de falar e de se comunicar, como uma forma de interagir melhor com o turista, como explica esse trabalhador:

A gente também se veste melhor, fala melhor, por causa do dia a dia que a gente conversa com os turistas (ENTREVISTADO 01).

Outro entrevistado afirma que o turismo rural foi um “divisor de águas” na sua vida, melhorando-a em vários sentidos, principalmente na estabilidade que lhe é proporcionada enquanto trabalhador:

Melhorou em todos os sentidos. Foi a melhor coisa que me aconteceu. Tenho o maior orgulho de trabalhar com isso hoje, porque sei que emprego tá difícil e muita gente trabalha em coisa que não gosta não é verdade? Eu mesmo não me vejo fazendo outra coisa (ENTREVISTADO 03).

As reconversões culturais na auto-estima desses trabalhadores também atingiram o domínio da moradia, que ganhou contornos mais modernos, com reformas e com a compra de

móveis e equipamentos eletrônicos novos. Nesse sentido, alguns trabalhadores ressaltam com orgulho a aparência física de suas residências como uma recompensa do trabalho que vêm desenvolvendo no turismo rural:

Eu consegui reformar minha casa, colocar cerâmica. Modéstia a parte, aqui dentro é uma das melhores casas que tem. Eu vivo bem graças a Deus. Tenho tudo que preciso. Antigamente não era assim. A casa era muito pobre. Meu pai não tinha muita condição de ajeitar (ENTREVISTADO 03).

Minha casa está mais arrumada, comprei uns móveis novos, uns aparelhos novos também. Minha casa ficou mais bonita, até para receber o turista, porque tem uns aí que vem e querer entrar na casa da gente para conversar. Já estou acostumado (ENTREVISTADO 04).

A questão da moradia influencia diretamente a vontade desses trabalhadores de permanecerem morando dentro do Engenho Itamatamirim, uma vez que o trabalho é desenvolvido próximo às famílias e as mesmas se sentem apadrinhadas pelo proprietário do Engenho, onde se estabelece uma relação paternalista, característica do sistema oligárquico que marcou o desenvolvimento da agricultura canavieira na Zona da Mata de Pernambuco (ANDRADE, 1988). Assim, todos afirmaram que pretendem continuar residindo dentro do Engenho Itamatamirim, onde resume o Entrevistado 05: “Aqui está toda a minha vida”.

O acesso ao lazer também foi ressaltado como uma importante mudança na vida desses trabalhadores a partir da inserção do turismo rural, caracterizando assim uma reconversão no âmbito da qualidade de vida. Apesar de jornada de trabalho, hoje, ser mais intensa para esses indivíduos, o acesso ao lazer aumentou. Ou seja, embora o tempo livre hoje seja menor, eles conseguem preenchê-lo melhor, participando de diversas atividades que lhes dão prazer, como fica evidenciado nas falas:

Hoje eu me divirto mais, quando estou assistindo minha televisão. Às vezes os vizinhos se reúnem, todo mundo, na frente de casa e a gente faz um churrasquinho, conversa besteira a noite toda. É muito bom! (ENTREVISTADO 01).

É como eu falei, hoje eu me divirto mais do que quando era jovem e cortava cana, porque os horizontes abriram pra mim. Eu tinha a cabeça muito fechada. A gente naquela época só via trabalho. Cortar cana consome o camarada. Eu hoje me divirto muito mais (ENTREVISTADO 05).

Os entrevistados também afirmam que a relação deles com a família melhorou, principalmente com os filhos. Ao que parece, o turismo rural proporcionou também uma reconversão na visão que possuíam sobre a educação, fazendo-os perceber que a educação é

fundamental para que obtenham sucesso na vida profissional e, portanto, buscam incentivar os filhos a estarem em constante processo de formação:

Meus dois filhos trabalham. A mais nova estuda e quer fazer faculdade. Se fosse antigamente ninguém ia aceitar uma filha sua fazer faculdade, mas eu quero mais é que ela faça a vida dela, seja uma moça inteligente, arrume um marido bom e tenha um bom trabalho também (ENTREVISTADO 01).

Olhe, todo mundo em casa, hoje, trabalha. Menos o meu filho mais novo, que tem só 07 anos. A gente vai muito a igreja nos domingos. Minha família é muito boa, tranqüila. Meus filhos estudam. Quero que eles sejam alguém na vida, façam faculdade (ENTREVISTADO 02).

Quando perguntados sobre o que mudariam no trabalho que vêm desenvolvendo no turismo rural, alguns reforçam a importância da qualificação profissional para atuar no setor:

Só queria estudar mais, pra trabalhar melhor (ENTREVISTADO 01).

Eu podia fazer mais cursos sobre turismo rural (ENTREVISTADO 02).

Falta pra gente é mais estudo, mais incentivo, mais cursos técnicos (ENTREVISTADO 04).

Esse fato, portanto, demonstra a existência de uma reconversão na visão profissional da nova atividade produtiva, o que tem despertado nos trabalhadores do Engenho Itamatamirim o desejo de buscar uma melhor qualificação para contribuir mais no trabalho e, conseqüentemente, galgarem novas oportunidades profissionais.

Um dos trabalhadores entrevistados, atento para a diversificação das atividades dentro do Engenho Itamatamirim, que podem atrair mais turistas para o Município de Vitória de Santo Antão e gerar mais emprego na região, afirma:

Acho que podia ter mais cultura aqui dentro, porque eu vejo que o turista quer ver isso. Acho que a gente podia fazer um roteiro pela cidade, levar o cara pra conhecer as igrejas e os maracatus da gente. Seria melhor até pra cidade (ENTREVISTADO 03).

Embora tenham elencado algumas dificuldades no trabalho com o turismo rural, tais como a falta de uma melhor formação, jornada de trabalho intensa e uma condição de informalidade, todos afirmaram que pretendem continuar trabalhando com turismo rural dentro do Engenho Itamatamirim, como observamos nas seguintes falas:

Pretendo sim. Eu gosto! Quando chega o final de semana que isso aqui fica cheio de turista eu me animo. O povo que vem é gente fina, conversa com a gente. Eu levo as crianças para andar de cavalo e de quebra ainda ganho um trocado. É bom demais! Minha mulher que tem ciúme porque às vezes vêm umas moças bonitonas e a gente fica tudo de olho [risos] (ENTREVISTADO 01).

Sim, porque tem dado um dinheiro extra pra gente e o trabalho não é pesado feito o da pecuária (ENTREVISTADO 02).

Pretendo sim. É um trabalho que me dá prazer, cada vez mais eu gosto. Esse trabalho abriu minha cabeça pro mundo. Hoje eu sei mexer na *internet*, no computador, sei falar direito, sei me comunicar (ENTREVISTADO 03).

Com relação à atividade agrícola, apenas um demonstrou não ter certeza se deseja continuar trabalhando com a pecuária:

Não sei te dizer. Sou funcionário do Engenho. Minha carteira é assinada como trabalhador rural. Sou responsável pela administração daqui, não trabalho direto com a pecuária. Só oriento, ajudo, supervisiono. Mas estou bem assim (ENTREVISTADO 03).

O trabalho polivalente exige muito desses trabalhadores no Engenho Itamatimir e, por essa razão, a maioria afirmou que não pretende agregar outra atividade produtiva ao seu cotidiano laboral, por acreditar que já estão totalmente ocupados dentro do Engenho. Porém, apenas um deles afirmou que gostaria de desenvolver outra atividade dentro do turismo rural:

Acho muito bonito aquele trabalho de guia turístico. Eu vi na televisão uma vez eles falando assim sobre a cidade e achei muito bonito. Eu sou falador. Acho que daria um bom guia (ENTREVISTADO 01).

Com a intenção de desvendar até que ponto o trabalho polivalente, que possui uma jornada de trabalho intensa e praticamente diminui as possibilidades de tempo livre dessa população, limita-os a realizar os desejos que possuem nas suas vidas. Assim, os trabalhadores rurais foram perguntados sobre o que gostariam de fazer no futuro e que ainda não tiveram oportunidade. Eles responderam:

Terminar meu ensino fundamental, porque eu sei que estudo nessa vida é tudo. Sei que é muito tarde, eu estou muito velho. Mas eu sonho em aprender a ler e escrever melhor. Ter uma formação é muito importante para todo mundo (ENTREVISTADO 01).

Eu queria voltar para a escola. A gente passa a se dedicar só ao trabalho e esquece de estudar. De ocupar a cabeça (ENTREVISTADO 02).

Concluir meus estudos e um dia, quem sabe, fazer uma faculdade. Dar esse orgulho para o meu pai e mostrar para todo mundo que a gente também é capaz, não é? (ENTREVISTADO 03).

Eu queria fazer um curso de computação para aprender a mexer no computador, na *internet*. Eu vejo as coisas aí, tudo hoje é pela *internet* (ENTREVISTADO 04).

O que eu não fiz ainda? Acho que aprender a ler e escrever, não é? É fundamental. Eu queria viajar também pelo Brasil, porque eu vejo na televisão e o Brasil é muito lindo mesmo (ENTREVISTADO 05).

É importante que os gestores do turismo estimulem o desenvolvimento local através da mobilização desses atores sociais, incentivando a participação e a inclusão dos mesmos em processos educativos. O turismo, para gerar desenvolvimento local, deve incluir as populações locais de forma a contribuir para a formação de uma consciência crítica e responsável, atuando sobre o ambiente de forma sustentável e positiva tanto para o estabelecimento da atividade quando para a melhoria da vida das famílias que residem no campo (ALMEIDA & SILVA, 2001).

Assim, no que tange as aspirações para o futuro, fica evidenciado que o trabalho com o turismo rural os levou a almejar uma formação melhor, que reflita no desenvolvimento de suas atividades produtivas, fortalecendo cada vez mais o turismo rural na região e as possibilidades de construção do desenvolvimento local através da atividade turística. Isso remete à necessidade de um trabalho de Extensão Rural comprometida com os processos de gestão do desenvolvimento local e com o compromisso de oferecer assistência técnica permanente, cumprindo os preceitos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004, p. 6), onde:

Os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o processo de hibridização a que estão submetidos os trabalhadores rurais do Engenho Itamatamirim, no Município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. O que se quis compreender foram as reconversões culturais desses trabalhadores rurais no campo do trabalho e da vida, ao passar de uma condição de cortador de cana-de-açúcar para a de trabalhador do turismo rural.

Esses trabalhadores rurais se caracterizam como uma população de ex-canavieiros, que cortavam cana-de-açúcar para a propriedade mencionada em meados dos anos de 1970 e 1980. Quando o Engenho Itamatamirim passou a desenvolver o turismo rural, esses trabalhadores foram impelidos a participar dessa nova atividade produtiva não-agrícola para garantir a sobrevivência de sua família. Para participar do turismo rural, essas pessoas reconverteram seus códigos de canavieiros, considerados tradicionais, para atuar como trabalhador do turismo, que exige, por sua vez, conhecimentos técnicos, específicos de uma atividade de serviços, características de contextos urbanos.

A literatura consultada revela que o turismo rural pode atuar como uma atividade importante na construção do desenvolvimento local, pois pode mobilizar capacidades e energias endógenas. Em Pernambuco, o turismo rural vem despontando como um dos principais atrativos turísticos do Estado e, aliado a isso, o poder público tem investido em políticas públicas que incentivam o desenvolvimento dessa atividade, apoiando a transformação de antigos engenhos de cana-de-açúcar em espaço de lazer e turismo. Porém, ficou demonstrado que essa atividade não pode ser encarada como a panacéia para o campo, ou seja, como a solução dos problemas sociais e econômicos a que estão submetidos os pequenos produtores e suas famílias.

Quanto às políticas públicas, destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário que, em parceria com o Ministério do Turismo, vem promovendo o desenvolvimento do turismo rural como uma atividade não-agrícola, fazendo com que novos atores e práticas sociais venham a surgir no espaço rural. Todavia, ao que parece, as ações da Extensão Rural em Pernambuco ainda são incipientes no que tange ao desenvolvimento do turismo rural como uma atividade importante na dinamização econômica local, na preservação ambiental e na inclusão social da população do campo.

O que vem ocorrendo no desenvolvimento do turismo rural no Brasil e, especialmente, em Pernambuco, é que a população rural vem sendo apropriada pelas propostas da atividade turística sem a devida qualificação profissional para atuar na prestação de serviços. Os empresários do setor, dessa forma, têm desconsiderado a cultura e a identidade desses indivíduos no processo de reconversão dos códigos de sua cultura de trabalhador rural em códigos mais modernos para poder participar na lógica produtiva do turismo rural.

Os resultados da pesquisa revelaram que a passagem da condição de cortador de cana-de-açúcar para a de trabalhador do turismo rural levou essa população a reverter os códigos de sua cultura em diversos domínios da vida, tais como: no trabalho, nas formas de participação política, no uso do tempo livre e no lazer, nos usos dos meios de comunicação e nas aspirações para o futuro.

No trabalho, o que se constatou é que os trabalhadores rurais do Engenho Itamatimir não sentem saudades da época em que eram canavieiros, por afirmar que esse tipo de atividade era desgastante e não proporcionava muitos benefícios a suas famílias. Embora a atual jornada de trabalho tenha se intensificado, eles consideram que o trabalho que desenvolvem hoje na pecuária e no turismo rural é mais gratificante e seguro do que o corte de cana-de-açúcar, embora alguns tenham afirmado que a situação da agricultura canavieira avançou um pouco. No turismo rural, o maior problema diagnosticado pelos trabalhadores rurais foi a falta de capacitações e cursos de qualificação profissional para atuarem melhor na prestação de serviços. Isso demonstra que esses trabalhadores, apesar de estarem algum tempo trabalhando com o turismo rural, ainda possuem dificuldades no desenvolvimento de suas atividades.

Na organização e na participação política, percebe-se que esses indivíduos começaram a participar de grupos culturais, especialmente vinculados ao carnaval, por identificarem que experiências desse tipo também podem ser um atrativo para o turismo rural no Engenho Itamatimir, embora o proprietário ainda não tenha aproveitado esse potencial da forma que se espera. Quanto à participação em associações produtivas, foi constatado que o turismo rural não tem feito parte da pauta de discussões destas instituições, embora existam, além dos trabalhadores do Engenho Itamatimir, outros produtores envolvidos com o turismo na região. A presidência da associação ao qual fazem parte parece atender à vontade dos grandes proprietários da região, na intenção de evitar a formalização do turismo rural, o que implicaria numa mudança significativa nas condições de trabalho a que estão sendo submetidos trabalhadores rurais como os do Engenho Itamatimir.

Com o aumento da jornada de trabalho, resultante da condição polivalente que se estabeleceu na propriedade, o tempo livre disponível para os ex-canavieiros ficou reduzido, dificultando o acesso à formação profissional e ao lazer. Contudo, essas pessoas declararam que se divertem mais do que antes, quando eram trabalhadores da agricultura canavieira. O envolvimento com o turismo rural, portanto, gerou uma reconversão no uso do tempo livre, despertando nessa população a importância do lazer como um indicador de qualidade de vida e, por isso, passaram a utilizar o pouco tempo que não encontram-se trabalhando para desenvolver atividades que lhes divertem e dão prazer, como jogar futebol com os amigos, assistir televisão, ir a praia, organizar rodas de conversa com os vizinhos, etc.

Quanto ao uso dos meios de comunicação, percebeu-se que a televisão é a mídia que mais utilizam no seu dia-a-dia, tanto para entretenimento como para obter informações que podem vir a ser úteis ao seu trabalho. Embora ainda incipiente, o uso de meios de comunicação como a *internet* se disseminou entre parte dessa população após terem sido incorporados pelo turismo rural.

As aspirações para o futuro revelaram que a relação paternalista que se estabeleceu entre o proprietário do Engenho Itamatimir e os trabalhadores rurais fez com que essa população não almejasse sair da propriedade por se sentir segura naquele espaço. Também foi constatado que embora a atividade no turismo rural ainda não esteja formalizada para esses trabalhadores, os mesmos afirmaram que não pretendem abandoná-la, pois o envolvimento na atividade mudou consideravelmente suas vidas, seja na moradia, na renda, no acesso à informação e, principalmente na auto-estima. Contudo, o principal desejo dessa população é o de dar continuidade aos estudos, fazer cursos de qualificação profissional, entrar na universidade e acessar novas tecnologias que podem contribuir para o seu trabalho.

Nesse contexto, reside a importância da Extensão Rural como gestora dos processos de desenvolvimento local, na medida em que a PNATER abre espaço para diálogo com instituições de pesquisa, escolas técnicas e universidades, no intuito de somar esforços para mudar o cenário atual de exclusão e desigualdades sociais no meio rural.

Outro fator observado, do ponto de vista das reconversões culturais foi a constituição de uma identidade híbrida dessa população. Apesar do envolvimento com o turismo rural ter proporcionado a construção de hábitos de vida mais modernos por parte dos ex-canavieiros, como assistir televisão, acessar a *internet*, se vestir e falar “melhor”, percebe-se que alguns costumes tradicionais não foram extintos da vida desses trabalhadores, como escutar o rádio e os programas de “viola”, reunir a família para as refeições, acordar e dormir cedo, etc.

Com o estudo das reconversões culturais dos ex-canavieiros do Engenho Itamatamirim, pôde-se, também, identificar uma tendência que vem ocorrendo no desenvolvimento do turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco. Neste setor está se reproduzindo um fenômeno contemporâneo de exploração do trabalho, exigindo cada vez mais da classe trabalhadora condições laborais polivalentes, isto é, esses trabalhadores passam a desenvolver múltiplas tarefas ao mesmo tempo, para atender à demanda de uma mesma empresa ou propriedade de turismo rural. Da maneira como o trabalho polivalente está se dando no turismo rural dificulta a profissionalização do trabalhador, uma vez que o mesmo passa a desfrutar de menos tempo livre para poder se dedicar a cursos de qualificação voltados para as atividades que desenvolve.

No Engenho Itamatamirim, a população pesquisada está submetida à condição de trabalhador polivalente, uma vez que desenvolvem atividades ligadas à pecuária e ao turismo rural dentro da mesma propriedade que encontram-se empregados. Durante a semana, nos dias considerados úteis, esses trabalhadores estão envolvidos com a atividade primária, para a qual trabalham em condição formal, com todos os direitos trabalhistas previstos na lei. Já nos finais de semana, esses trabalhadores rurais estão envolvidos no turismo rural, desenvolvendo várias atividades como garçom, cozinheiro, monitor de esportes de aventura, condutor de cavalos, entre outras quais sejam requisitados pelo patrão.

No discurso do proprietário do Engenho Itamatamirim, percebe-se que ocorre um fenômeno de reprodução social do sistema patriarcal e autoritário que por épocas marcou a Zona da Mata de Pernambuco, quando o poder se concentrava nas mãos dos senhores de engenho e dos grandes proprietários de terra. Essa relação tem sido observada também na atividade produtiva do turismo rural, onde os empresários do setor e os próprios trabalhadores rurais reproduzem a idéia de que o patrão é quem sabe o que é melhor para os empregados e que estes, por sua vez, devem obedecer a qualquer custo suas ordens, mesmo que estas ordens estejam voltadas para estabelecer condições de trabalho pautadas na polivalência e, conseqüentemente, na exploração desse trabalhador rural.

Sabe-se que o meio rural brasileiro é marcado historicamente por constituir um espaço de desigualdade. Essa desigualdade tem sido reproduzida também no turismo rural, nas relações sociais que se estabelecem entre os proprietários/empresários de turismo e os trabalhadores rurais, como vem ocorrendo no Engenho Itamatamirim. Por muito tempo, o meio rural foi visto como sinônimo de atraso e percebe-se que a população do campo, considerada de contexto popular, ainda hoje vem acessando de forma desigual os bens materiais e simbólicos da sociedade, como assinala Canclini (1988).

Nesse sentido, à luz da teoria trabalhada nesta pesquisa, foi possível fazer algumas recomendações ao processo que vem se estabelecendo na Zona da Mata de Pernambuco com o desenvolvimento da atividade turística, especialmente à experiência do Engenho Itamatamirim.

Quanto à forma de turismo rural, percebe-se a necessidade de agregar a cultura rural como um valor atrativo para a atividade. O conceito de turismo rural defendido nesta pesquisa, afirma que a atividade deve estar comprometida com a produção agropecuária local, agregando valor aos produtos e serviços (EMBRATUR, 1994). Porém, no Engenho Itamatamirim, apesar de ter as dimensões ambientais, gastronômicas e do lazer agregada ao processo, pouco se explora a atividade primária e o cotidiano do trabalho na pecuária como atrativo para o turismo rural, o que poderia atrair um novo público voltado não só para o lazer e para o descanso, mas também interessado na cultura local.

Outra questão fundamental do turismo rural é a necessidade de profissionalização das atividades e funções que são atribuídas aos trabalhadores rurais como forma de estruturar melhor essas atividades, estabelecendo vínculos entre as funções que são desenvolvidas, especialmente pelos ex-canavieiros. É nesse momento que ressaltamos o papel da Extensão Rural nesse processo, sinalizando para a importância de capacitações voltadas para o aprimoramento do trabalho, tanto na pecuária como no turismo rural. Essas capacitações devem estar voltadas inclusive à um processo de empoderamento, estimulando a mobilização dos trabalhadores rurais, a participação social e a formação de opinião, para que esses indivíduos se tornem agentes de mudança social.

À Extensão Rural atribuí-se o papel de gestão do processo de turismo rural para o desenvolvimento local, por meio da assistência técnica e da promoção de políticas públicas de desenvolvimento local para o meio rural, que devam incentivar inclusive a constituição de uma nova ruralidade que enxerga as atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas como propulsoras de uma dinâmica capaz de contribuir para a construção do desenvolvimento local. É preciso que haja, portanto, ações mais efetivas da PNATER no intuito de consolidar a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar e apoiar essas atividades promovendo a profissionalização das mesmas, através dos serviços de Extensão Rural nos Estados brasileiros.

Entende-se que a experiência do Engenho Itamatamirim representa um processo em construção, um cenário de possibilidades e, por isso, pode ser considerada como um esforço de desenvolvimento local no momento em que mobilizou, através do turismo rural, “capacidades e energias endógenas”, gerou novos postos de trabalho, possibilitou aos

indivíduos envolvidos o acesso à informação e estimulou a valorização da educação para o seu crescimento profissional. Entretanto, é importante prestar atenção às evidências dessa pesquisa para que a experiência de turismo rural seja aperfeiçoada a fim de profissionalizar e formalizar esse processo, fundamental ao desenvolvimento local.

Esta pesquisa suscita a necessidade de novos estudos que analisem a recepção dos trabalhadores rurais envolvidos com o turismo em relação às políticas públicas, especialmente a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, identificando como essa população vem se apropriando das propostas de turismo rural e a contribuição dessas para o desenvolvimento local. É importante também aprofundar, numa dimensão mais ampla, as condições de trabalho polivalente que vem sendo exigidas no turismo rural e o processo de reprodução do sistema patriarcal e autoritário que se percebe nas experiências de turismo rural em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.A. **Turismo rural e desenvolvimento local**. Campinas - SP: Papirus, 2000.
- _____.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: Papirus, 2000.
- _____.; SILVA, M. F. O turismo rural transformando os papéis do grupo familiar. In: 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2001.
- _____. (Org.). **O rural como nova opção para o turismo**. 1ª. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- AMORIM, C. E. **Comunicação rural e turismo rural na imprensa de Pernambuco – 1993-2001**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- ANDRADE, M. C. **Terra e homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- ARAGÃO, J. **História da Vitória de Santo Antão**. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. V. 1, 2 e 3, s/d.
- ARAÚJO, J. G. F. **ABC do Turismo Rural**. Viçosa-MG: Editora Aprenda Fácil, 2000.
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?** Recife, s/d. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>> Acesso em 12 de setembro de 2009.
- BALSAMO, L. A. **Estruturação de Setor Produtivo Através do desenvolvimento de Funcionários Polivalentes**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 12ª ed. Editora Senac: São Paulo, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 5.889, de 8 de Junho de 1973. **Lex:** Normas Reguladoras do Trabalho Rural: Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm> Acesso em 30 de novembro de 2009.

BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Geramond, 2002.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003.

CALLOU, A.B.F. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. Culturas Híbridas y Estrategias Comunicacionales. SEMINÁRIO FRONTERAS CULTURALES: IDENTIDAD Y COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA. Santiago. **Anais...** Santiago, 1996.

_____. Gramsci e as Culturas Populares na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Ni folklórico, ni massivo: ¿que es lo popular? **Diálogos de La Comunicación**, Lima, n. 17, Jun. de 1987.

_____. **As culturas populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612392.pdf>> Acesso em 12 de dezembro de 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 1, Out. de 1998.

CARLEIAL, L. **Flexibilidade e Seus Efeitos sobre a organização da Produção, Assalariamento e Ação Sindical: especificidades setoriais e regionais**. Curitiba: Relatório de Pesquisa/FINEP, Versão preliminar(mimeo), 1997.

CASTELLS, M. **O poder da identidade, a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, A. M; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Política Educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação do Brasil. **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano XXII, n. 75, Ago. de 2001.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B (Org). **Geografia e Turismo**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CUCHE, D. **A noção da cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: IAPAR, 2002.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Engenhos de Pernambuco poderão ser usados como hotéis pelos turistas**. Recife, 1976.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do Turismo**: conceitos, normas e definições. São Paulo: Alínea, 2002.

DUMAZEDIER, J. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1994.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília, 1994.

EMPETUR. Empresa de Turismo de Pernambuco. **Pernambuco Conhece Pernambuco**. Recife, 2009. Disponível em <<http://www.peconhecepe.com.br/rotas.kmf>> Acesso em 23 de Agosto de 2009.

FERREIRA, M. M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora LTDA, 1994.

FONTANA, R. F.; DENCKER, A.F.M. Turismo Rural: desencontros de uma realidade. In: IV SEMITUR - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul. **Anais....** Caxias do Sul: Universidade Federal de Caxias do Sul, 2006..

FRANCO, A. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

_____. Pobreza e Desenvolvimento Local. **Sensibilização para o DLIS**. AED - Edição Eletrônica, 2002.

FROEHLICH, J. M. **Turismo Rural e Agricultura Familiar**: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. São Paulo: INTERCOM; Recife: Bagaço, 2002.

FUNDAJ. Fundação Joaquim Nabuco. **Instantâneos da realidade social 2**: desemprego sazonal na atividade açucareira da zona da mata pernambucana. Relatório de pesquisa. Recife, 2007.

FÚSTER, L. F. **Intruducción a la teoria y técnica del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.2, Mar/Abr de 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia: Belo Horizonte, 1997.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. CAMPANHOLA, C. **O Novo Rural Brasileiro**: Políticas Públicas. Jaguariúna, São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. São Paulo: Vozes, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

JACKS, N. **Querência**: cultura regional como mediação simbólica. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Brasília: IICA; Recife: SEPLAN, 1998.

JESUS, P. Desenvolvimento local. In: CATANI, A. D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LIMA, M. E. A. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Educação Tecnológica**, Belo Horizonte, v.12, n.3, Set./Dez de 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 27 de Julho de 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

MAISONNAVE, F. Sobrados e Mocambos: Engenhos desviam o turista para a zona da mata. **Folha de São Paulo**. 14 de Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u5791.shtml>> Acesso em 14 de Dezembro de 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFSJ, 2001.

MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Geográfica**. Bauru, nº 20, 2001.

MTUR. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/arquivos-internos/Diretrizes -Turismo Rural.pdf](http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/arquivos-internos/Diretrizes-Turismo Rural.pdf)> Acesso em 06 de Junho de 2009.

PAULINO, R. A. F. **Comunicação e Trabalho – Estudo de Recepção**: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

PROMATA. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco. **Identificação das Áreas Críticas do Ponto de Vista Ambiental – Subprograma III**. Recife, 2005. (CD-ROM).

_____. **Rota Engenhos e Maracatus**. Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.promata.pe.gov.br/internas/turismo/index.asp>> Acesso em 07 de Setembro de 2009.

RAMEH, L. M. **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo**: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2009. Dissertação (Mestrado em

Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

RIBEIRO, S. V. P. **Para entender o Turismo Rural**. Olinda: Livro Rápido, 2004.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas – SP: Papyrus, 2000.

SANTO, F.B.E. **Políticas públicas para o Turismo Rural e Desenvolvimento Local: a aplicação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em Goiana-PE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

TAUK SANTOS, M. S. Receptores Imaginados: os sentidos do popular. In: XVII ENCONTRO DA COMPÓS. São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNIP, 2008.

_____.; CALLOU, A. B. F. (Orgs.). **Associativismo e Desenvolvimento Local**. Recife: Bagaço, 2006.

_____. Comunicação Rural — velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, M. I. V.; FRAUGMEIGS, D.; TAUK SANTOS, M. S. (Orgs.). **Comunicação e Informação: Identidades e Fronteiras**. São Paulo/Recife: Intercom e Edições Bagaço, 2000.

_____. O consumo de bens culturais nas culturas populares: identidade reconvertida ou diversidade refuncionalizada? In: PERUZZO, C.; PINHO, J. (Orgs.). **Comunicação e multiculturalismo**. São Paulo: Intercom; Manaus: UFAM, 2001.

_____ et al. Políticas de comunicação e as novas ruralidades: estudo de recepção das propostas de turismo rural pelos canavieiros do Engenho Santa Fé, Pernambuco. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001.

VIEGAS, J. M. **Turistificação em áreas rurais e perspectivas de desenvolvimento socioespacial na Zona da Mata norte de Pernambuco**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

XAVIER, B. L. A mobilidade funcional e a nova redação do art. 22º da LCT. **Revista de Direito e Estudos Sociais**, Lisboa, nº. s. 1-2-3, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA, T. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: PNUD/BNDES, 2000.

ZIMMERMAN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento local**. Campinas: Papyrus, 2000.

APÊNDICE 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM O PROPRIETÁRIO DO ENGENHO ITAMATAMIRIM

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Salett Tauk Santos

Mestrando: João Paulo da Silva

1. Como se deu a transformação do Engenho de cana-de-açúcar em equipamento turístico?
2. O que levou a mudança?
3. Quais as atividades produtivas que são desenvolvidas na propriedade?
4. O Engenho desenvolve ainda atividades agropecuárias? Se sim, quais?
5. Quais as principais dificuldades que enfrenta na implantação das novas atividades ligadas ao turismo rural?
6. Acredita que o turismo rural é uma saída para o desenvolvimento local da região? Por quê? Quais as evidências?
7. Na sua opinião, quais os principais desafios/dificuldades encontradas pelos trabalhadores nessa transição de cortador de cana-de-açúcar para trabalhador do turismo rural?

APÊNDICE 02

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM EX-CANAVIEIROS

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
 Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX
 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Salett Tauk Santos
 Mestrando: João Paulo da Silva

1º Bloco: Identificação

Nome:

Sexo: () M () F

Idade:

Onde nasceu?

Número de integrantes familiares morando na mesma casa:

Escolaridade:

() Analfabeto () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo

Profissão:

Cargo ou função atual na agricultura? Tipo de vínculo trabalhista?

Função no Turismo Rural? Tipo de vínculo trabalhista?

Há quanto tempo trabalha no Engenho Itamatamirim?

Qual(is) a(s) atividade(s) produtivas que desenvolve atualmente no Engenho Itamatamirim?

- na pecuária

- no turismo rural

Há quanto tempo desenvolve esta(s) atividade(s)?

Desenvolve alguma atividade produtiva fora do Engenho Itamatamirim? Se sim, qual(is)? Há quanto tempo?

2º Bloco: Organização/Participação Política

2.1 Organização produtiva

Participa de alguma associação produtiva? Se sim, qual(is)? (associação de produtores, cooperativas, etc.)

Possui algum cargo na direção dessa organização? Se sim, qual?

Qual a relação dessa experiência com o seu trabalho no turismo rural?

2.2 Organização política

Participa de alguma organização política? Se sim qual(is)? (sindicatos, conselhos municipais, partidos, redes, etc.)

Possui algum cargo na direção dessa organização? Se sim, qual?

Qual a relação dessa experiência com o seu trabalho no turismo rural?

2.3 Organização social

Participa de alguma organização social? Se sim, qual(is)? (clube, grupo recreativo, grupo religioso, redes sociais e virtuais, etc.)

Possui algum cargo na direção dessa organização? Se sim, qual?

Qual a relação dessa experiência com o seu trabalho no turismo rural?

3º Bloco: História, identidade e trabalho

3.1 Trabalho como canavieiro:

Como começou a cortar cana?

Desenvolveu esse trabalho por quanto tempo?

Com quem aprendeu esse ofício?

Recebeu algum tipo de formação para trabalhar como canavieiro? De que tipo? Quem ofereceu?

Descreva o trabalho que você desenvolvia como canavieiro.

Quantas horas trabalhava por dia?

Qual a quantidade de cana, em média, que você cortava por dia?

Há quanto tempo deixou de cortar cana? Por quê?

Como avalia o trabalho de canavieiro hoje? Quais as principais dificuldades?

Quais as diferenças da atividade de canavieiro hoje e no passado?

3.2 Trabalho no turismo rural:

Como começou a trabalhar como agente/trabalhador de turismo rural?

Recebeu algum tipo de formação para trabalhar com turismo rural? De que tipo? Quem ofereceu?

Descreva o seu trabalho no Engenho desde a hora que você chega até a hora que você sai do trabalho.

Tem alguma pessoa de sua família que trabalho com turismo rural? Se sim, quem? O que faz?

Que tipo de dificuldades você encontra no seu trabalho no turismo rural?

O que mudou no seu trabalho quando você passou a trabalhar com o turismo rural?

O que mudou na sua vida como resultado da mudança de atividade no trabalho no que se refere a:

- salário
- jornada de trabalho
- possibilidades de crescimento profissional
- outros? quais?

Como avalia o trabalho no turismo rural comparando com o trabalho de canavieiro?

3.3 Lazer e divertimento

O que faz quando não está trabalhando?

O que gosta de fazer para se divertir?

Existe outra coisa que gostaria de fazer e que não consegue em função do trabalho no Engenho Itamatimirim?

Existe alguma coisa que você fazia quando era canavieiro que hoje não pode fazer mais em função da mudança na jornada de trabalho? Se sim, o que?

Assiste a TV? Em que horários? Quais programas?

Ouve rádio? Em que horários? Quais programas?

Costuma ler jornal? Qual(is)?

Costuma ler revista? Qual(is)?

Costuma ler livro? Qual(is)?

Tem acesso à *internet*? Em que horários? Quais os sites que mais acessa?

Costuma aprender alguma coisa com os meios de comunicação e aplicar/utilizar no seu trabalho? Se sim, o que?

3.4 Aspirações para o futuro:

Na sua opinião, o trabalho com o turismo rural melhorou ou piorou sua vida? Em que?

- moradia

- acesso a divertimento

- vida familiar

- tempo livre

O que você mudaria no trabalho do turismo rural que você desenvolve hoje?

Você pretende continuar trabalhando com o turismo rural? Se sim, por que? Se não, por que?

Você pretende continuar trabalhando com a atividade agrícola?

Você gostaria de trabalhar em outra atividade? Qual(is)? Por quê?

Você pretende permanecer morando no Engenho Itamatamirim?

O que você gostaria de fazer no futuro e que não conseguiu ainda?

ANEXO 01

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

EU, _____ Trabalhador Rural, residente na Propriedade Engenho Itamatamirim, localizada às margens da BR 232, km 32, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco-Brasil, AUTORIZO o uso de minha imagem na Dissertação de Mestrado de João Paulo da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral.

Assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitória de Santo Antão, ____ de _____ de 2010.

ASSINATURA